



02008.022321/2013-11

...ICAD/COAPS/CGEAD

Em 26/11/13

As 11:02 horas

Assinatura

ENEVA\_ITAQUI/DT/066/13

São Luis, 26 de Novembro de 2013

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA  
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA  
Brasília – DF – 70818-900

A/C: Dra. Gisela Damm Forattini – Diretora de Licenciamento Ambiental

Ref: *Licenciamento Ambiental da Usina Termoeétrica (UTE) Porto de Itaqui*  
CNPJ: 08.219.477-0001/74

Prezada Senhora,

Ao tempo em que a cumprimentamos, vimos por meio desta apresentar em anexo, relatório de atendimento as condicionantes da Licença de Operação nº 1.101/2012 da UTE Porto do Itaqui.

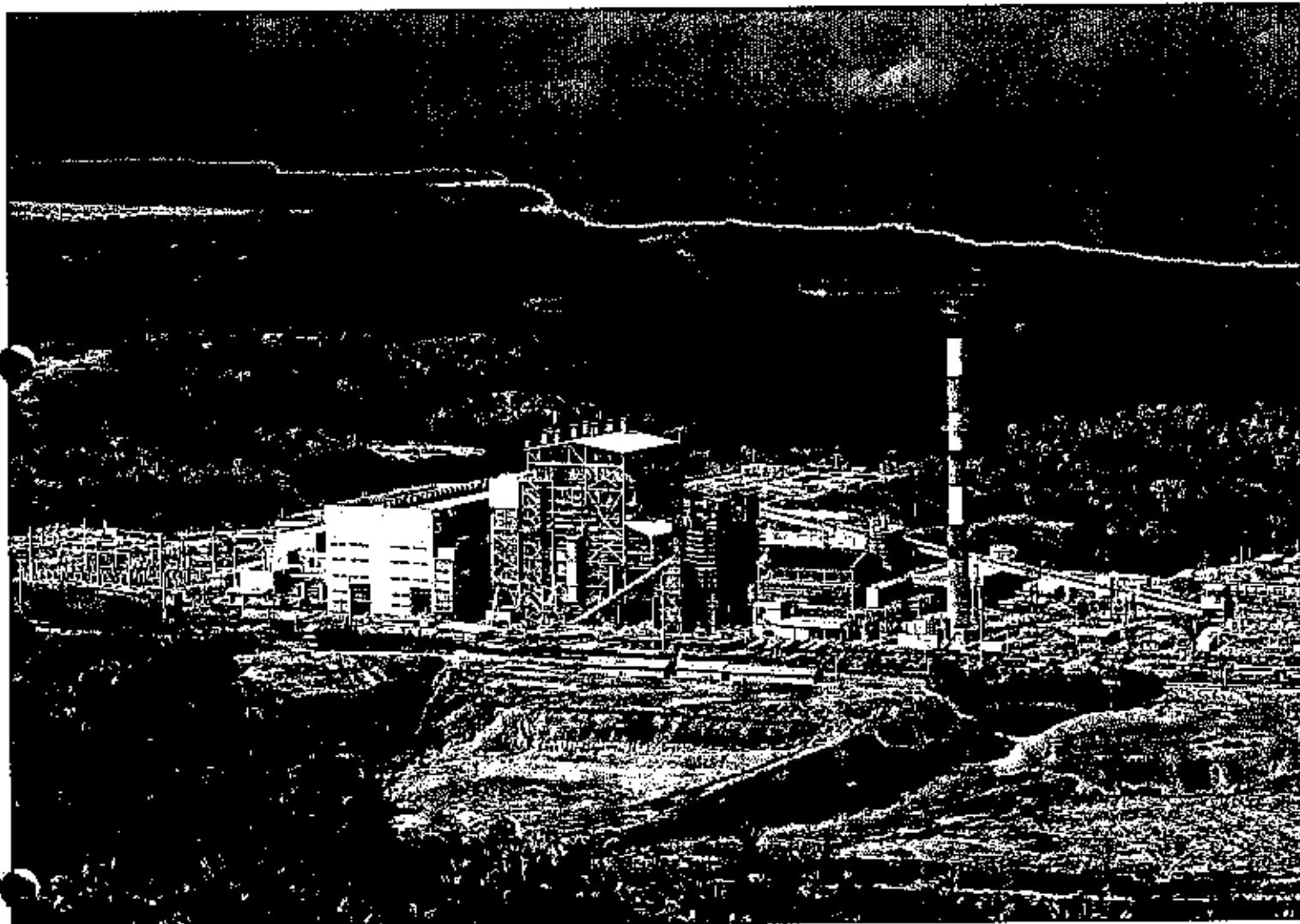
Sendo o que nos cabia para o momento e renovando as nossas mais cordiais saudações, permanecemos à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,

**UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A**

Julio Marcante

Diretor Técnico



SUMÁRIO

	<u>Página</u>
1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. EMPREENDIMENTO .....	4
3. CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES.....	5
4. ASSINATURA DO COLABORADOR TÉCNICO.....	72

**ANEXOS**

- ANEXO 01 CÓPIA DAS PUBLICAÇÕES
- ANEXO 02 PBA DE SOCIOECONOMIA
- ANEXO 03 MONITORAMENTO ATMOSFÉRICO E DA QUALIDADE DO AR
- ANEXO 04 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS
- ANEXO 05 ATA DE REUNIÃO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÕES DOS PBA's
- ANEXO 06 PLANO DE AÇÃO DE ATENDIMENTO AS CONDICIONANTES
- ANEXO 07 LISTA DE PRESENÇA DO SEMINÁRIO DE MEDIDAS DEVOLUTIVAS
- ANEXO 08 CONVÊNIO COM SECRETARIAS DE SAÚDE
- ANEXO 09 CARTILHA DE PRODUÇÃO
- ANEXO 10 CONVÊNIO IFMA – INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO
- ANEXO 11 CONVÊNIO UEMA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
- ANEXO 12 PROJETO HORTA COMUNITÁRIA
- ANEXO 13 CONTRATOS DE COMERCIALIZAÇÃO
- ANEXO 14 EMENTA 2014
- ANEXO 15 AVALIAÇÃO DA OFICINA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS
- ANEXO 16 LISTA DE PRESENÇA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS
- ANEXO 17 OFÍCIOS DO VIGIAR
- ANEXO 18 RELATÓRIO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL
- ANEXO 19 RELATÓRIO DE GERMOPLASMA
- ANEXO 20 RELATÓRIO DE MONITORAMENTO BIÓTICO
- ANEXO 21 PROJETO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
- ANEXO 22 MONITORAMENTO DE RUÍDO
- ANEXO 23 MONITORAMENTO DE EFLUENTES
- ANEXO 24 MONITORAMENTO DE ÁGUAS COSTEIRAS
- ANEXO 25 PROPOSTA DE MONITORAMENTO DE SEDIMENTOS
- ANEXO 26 PROPOSTA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO SOLO ENTORNO DA UTE
- ANEXO 27 MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

## 1. APRESENTAÇÃO

Em 26/10/2012 o Instituto Brasileiro do Meio do Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu à empresa UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA. (UTE ITAQUI), a **Licença de Operação nº 1.101/2012** para operação de Unidade Geradora Termelétrica (UTE Porto do Itaqui) em ciclo simples de 360MW de potência instalada, utilizando carvão mineral importado como combustível, no município de São Luís - MA.

Tendo em vista que a UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A até Setembro/2013 era uma empresa controlada pela empresa outrora MPX ENERGIA S.A., atualmente sob controle ENEVA S.A., neste documento o empreendedor será mencionado como ENEVA.

A UTE Porto do Itaqui tem como finalidade fornecer energia elétrica ao Sistema Integrado Nacional (SIN) através da linha de transmissão 230 Kv UTE – Subestação São Luís 2 (Eletronorte).

Este relatório constitui-se em uma compilação de todas as informações e/ou ações previstas nas condicionantes relacionadas ao período de operação da licença ambiental supracitada, ou seja, das ações desenvolvidas pela empresa desde Outubro de 2012.

Os Relatórios completos referentes aos Programas de Monitoramento, Socioeconômicos entre outros serão apresentados em anexo a este Relatório Anual de Cumprimento de Condicionantes da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012.

## 2. EMPREENDIMENTO

### 2.1 Identificação da Empresa

**RAZÃO SOCIAL:** UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S/A.

**CNPJ:** 08.219.477/0001-74

**ENDEREÇO:** AV. DOS PROTUGUESES S/N – MÓDULO G - BR 135 - ITAQUI –  
PEDRINHAS – DISTRITO INDUSTRIAL - DISAL.

**Bairro:** PEDRINHAS

**CEP:** 65085-502

**Município:** São Luís/MA

**Telefone:** (98) 3334-6300 / fax (98) 3334-6320

### 3. CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES

**3.1 Da condicionante nº 1.1 – Esta Licença de Operação deverá ser publicada conforme a Resolução do CONAMA nº 006/86, e cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA:**

**Análise:** As publicações de recebimento da licença de operação da UTE Porto do Itaqui foram realizadas nos jornais O Estado do Maranhão e Diário oficial em 08 de novembro de 2012. As cópias das publicações serão apresentadas no Anexo 01 deste relatório de cumprimento de condicionantes.

**Situação:** Atendida.

**3.2 Da condicionante nº 1.2 - Quaisquer alterações nas especificações do projeto deverão ser precedidas de anuência do IBAMA:**

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Informativa.

**3.3 Da condicionante nº 1.3 – O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação. Bem como, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:**

- *Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;*
- *Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Licença;*
- *Graves riscos ambientais e a saúde.*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Informativa.

**3.4 Da condicionante nº 1.4 – Perante o IBAMA, a UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. é o único responsável pela implementação**

*dos Planos, Programas, Medidas Mitigadoras e de Controle, e por qualquer dano ambiental:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Informativa.

**3.5 Da condicionante nº 1.5 – O IBAMA e o Órgão de Meio Ambiente do Estado do Maranhão deverão ser comunicados, imediatamente, no caso de ocorrência de qualquer tipo de acidente (intencional ou ocasional):**

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e irá comunicar, imediatamente, todas as ocorrências de qualquer tipo de acidente (intencional ou acidental) ao IBAMA e Órgão de Meio Ambiente do Estado do Maranhão.

**Situação:** Informativa.

**3.6 Da condicionante nº 1.6 – O não cumprimento das condicionantes e dos prazos aqui determinados acarretará imediata suspensão desta Licença de Operação:**

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Informativa.

**3.7 Da condicionante nº 1.7 – Em havendo necessidade de renovação desta Licença de operação o empreendedor deverá requerê-la num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade:**

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e irá requerer a renovação da Licença de operação IBAMA nº 1.101/2012 no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

**Situação:** Informativa.

**3.8 Da condicionante nº 1.8 – Esta Licença de operação não autoriza a supressão de vegetação de espécies nativas:**

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e não irá proceder de forma a suprimir qualquer vegetação sem prévia comunicação e autorização do órgão competente.

**Situação:** Informativa.

**3.9 Da condicionante nº 2.1 - Informar a este Instituto o término da fase de teste e início da fase de operação comercial do empreendimento:**

**Análise:** Foi protocolado aos dias 07 de Fevereiro de 2013 o Ofício MPX/ITAQUI/DP/010/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.002233/2013-95, informando o início das atividades da UTE Porto do Itaqui.

**Situação:** Atendida.

**3.10 Da condicionante nº 2.2 – Apresentar anualmente a previsão do cronograma de operação da UTE:**

**Análise:** Foi protocolado aos dias 05 de Junho de 2013 o Ofício MPX/ITAQUI/DT/016/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.010058/2013-18, informando a previsão de operação da UTE Porto do Itaqui.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.11 Da condicionante nº 2.3 – Apresentar em até 90 (noventa) dias, a partir da emissão desta Licença, a atualização dos procedimentos operacionais de todos os Programas Ambientais, conforme as orientações do IBAMA:**

**Análise:** Conforme estabelecido na ATA de Reunião de 30 de novembro de 2012 e 17 de janeiro de 2013, foi definido que os programas dependentes da operação da UTE, deverão ser redefinidos de acordo com os dados referentes aos primeiro monitoramentos da fase de operação. Os programas ambientais serão redefinidos após o primeiro ano de operação comercial da UTE Porto do Itaqui. Quanto aos Programas Básicos Ambientais (PBAs) do Meio Socioeconômico foi protocolado aos dias 06 de Março de 2013 o Ofício MPX/ITAQUI/DT/001/13, conforme protocolo do



IBAMA nº 02001.003804/2013-17, apresentando a minuta dos programas para avaliação e comentário do IBAMA. O IBAMA, na reunião de 03 de Setembro de 2013 ratificou que as oficinas de planejamento e o seminário de devolução das ações de socioeconomia formalizaram a versão definitiva dos PBAs em questão.

Os PBAs são apresentados no Anexo 02.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.12 Da condicionante nº 2.4 - *Apresentar relatórios de atendimento das condicionantes desta Licença, considerando a periodicidade definida para cada Programa:***

**Análise:** A ENEVA em atendimento a tal condicionante e ciente da sua responsabilidade socioeconômica e ambiental com o estado do Maranhão, principalmente com a população diretamente e indiretamente afetada pela instalação e operação deste empreendimento, vem através deste Relatório Anual de Cumprimento de Condicionantes, referente ao ano 2012 e 2013, apresentar todas as condicionantes que foram atendidas durante esse primeiro ano de operação da UTE Porto do Itaqui.

**Situação:** Atendida.

*a) Monitoramento Semestral da Fonte Pontual (Chaminé da Caldeira) de Emissões Atmosféricas:*

**Análise:** O monitoramento isocinético da fonte pontual vem sendo realizado conforme *Parecer nº 63/2012/COEND/CGENE/DILIC*. Tais relatórios de monitoramento serão brevemente relatados na condicionante 2.41.F da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 apresentado no Anexo 03 deste relatório de cumprimento de condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

*b) Monitoramento contínuo da Fonte Pontual (Chaminé da Caldeira) de Emissões Atmosféricas:*

**Análise:** O monitoramento contínuo da fonte pontual vem sendo realizado conforme *Parecer nº 63/2012/COEND/CGENE/DILIC*. Tais relatórios de monitoramento serão brevemente relatados na condicionante 2.41.E da Licença de Operação IBAMA nº

1.101/2012 apresentado no Anexo 03 deste relatório de cumprimento de condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

*c) Monitoramento e Controle de Emissões Atmosféricas para as Fontes de Emissões Fugitivas;*

**Análise:** O monitoramento e controle de emissões atmosféricas para as fontes fugitivas vêm sendo realizado conforme *Parecer nº 63/2012/COEND/CGENE/DILIC*. Tais relatórios de monitoramento serão brevemente relatados na condicionante 2.41.E da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 apresentado no Anexo 03 deste relatório de cumprimento de condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

*d) Monitoramento e Controle de Emissões Veiculares para a fase de operação:*

**Análise:** O monitoramento e controle de emissões veiculares vêm sendo realizado conforme *procedimentos internos*.

**Situação:** Em cumprimento.

*e) Monitoramento Ambiental:*

**Análise:** O monitoramento ambiental vem sendo realizado conforme *Parecer nº 63/2012/COEND/CGENE/DILIC*. Tais monitoramentos serão brevemente relatados na condicionante 2.41.E da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 e apresentado no Anexo 03 deste relatório de cumprimento de condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

*f) Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a fase de operação:*

**Análise:** O Gerenciamento de resíduos para fase de operação vem sendo realizado conforme *Parecer nº 63/2012/COEND/CGENE/DILIC e procedimentos internos*. O gerenciamento será relatado na condicionante 2.32 da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 e apresentado no Anexo 04 deste relatório de cumprimento de condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

g) *Programa de Gerenciamento de Riscos:*

**Análise:** O Gerenciamento de risco para fase de operação vem sendo realizado conforme *procedimentos internos*. O gerenciamento será relatado na condicionante 2.31 da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.13 Da condicionante nº 2.6 - *Dar continuidade aos Programas Ambientais do Meio Socioeconômico:***

- a) *Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas*
- b) *Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde*
- c) *Programa de Educação Ambiental Socioeconômico*

**3.14 Da condicionante nº 2.8 - *Coordenar as ações dos programas - concepção, planejamento, implementação, acompanhamento, avaliação e devolução, apresentando ao IBAMA relatórios anuais de suas atividades aos quais deverá ser dado publicidade.***

**Análise:** Todos os programas se encontram em execução com as devidas atividades que serão descritas nesse relatório.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.15 Da condicionante nº 2.9 - *Reapresentar ao IBAMA, em 90 dias, a concepção de cada um desses PBAs definindo seu escopo, os sujeitos das ações, o Objetivo Geral, desdobrado em Objetivos Específicos, com ações/atividades para consecução de cada um dos objetivos específicos, a metodologia para execução dessas ações/atividades programadas, o cronograma de execução das ações/atividades, as metas a serem alcançadas, as estratégias de execução, indicadores de avaliação dos resultados e estratégias de devolução às comunidades interessadas.***

**Análise:** O Plano Básico Ambiental (PBA) foi devidamente elaborado e aprovado pelo órgão licenciador, contemplando todos os Programas e Projetos propostos e

ênfatisando todas as diretrizes supracitadas na condicionante, conforme pode ser comprovado com documento apresentado no Anexo 02.

**Situação:** Atendido.

**3.16** Da condicionante nº 2.10 - *Realizar reuniões de planejamento permanentes relativas aos Programas de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas, de Controle e Monitoramento de Condições de Saúde e de Educação Ambiental, buscando avaliar permanentemente as interfaces entre eles.*

**Análise:** As reuniões de planejamento e avaliação dos PBAs com suas devidas coordenações estão sendo realizadas trimestralmente, visando à correta execução dos mesmos e buscando a melhoria socioambiental das partes interessadas envolvidas por meio das avaliações, assim como o desenvolvimento e crescimento voltado para o âmbito sustentável da própria empresa, todos os termos determinados são efetivamente cumpridos.



Foto 1: Reunião de planejamento e avaliação dos PBAs

Todas as informações anteriormente citadas podem ser comprovadas por meio de ata da primeira reunião já realizada conforme Anexo 05 a este documento.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.17** Da condicionante nº 2.11 - *Criar instrumentos de avaliação periódica que permitam aferir os resultados dos Programas junto aos diferentes grupos sociais, avaliando sua eficácia.*

**Análise:** Próxima pesquisa para avaliação do andamento e resultados dos Programas propostos deverá ser realizada no mês de março de 2014, conforme Plano de Ação

apresentado no Anexo 06. Pesquisa essa que servirá de base para continuidade e/ou melhoramento dos Programas em andamento.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.18** Da condicionante nº 2.12 - *Realizar a cada ano, seminários de devolução das ações dos PBAs da Socioeconomia, compartilhando com os sujeitos das ações de cada programa a avaliação de seus resultados, assim como proposições de mudanças e avanços. O Seminário deverá ser organizado em conjunto com o IBAMA, e a MPX deverá dar publicidade aos resultados, nos moldes da publicação do 3º Seminário, e cuidar do seu histórico e documentação.*

**Análise:** Em cumprimento a condicionante da Licença foi realizado o 4º Seminário de Avaliação e Devolução das Ações Programas Básicos Ambientais, tendo como principal objetivo discutir os resultados das atividades desenvolvidas e apresentar as ações futuras para essa nova fase de operação do empreendimento. O evento contou com a participação de mais de 150 pessoas, entre elas lideranças comunitárias e representantes da Secretaria de Segurança Pública (lista de presença no Anexo D). O evento ainda oficializou o PBA de Socioeconomia perante o IBAMA Federal, e as partes interessadas envolvidas, conforme lista de presença em Anexo 07. O livro deste Seminário contendo as discussões, proposições e avaliações encontra-se em planejamento. O evento de publicação do mesmo está programado para Janeiro de 2014.



Foto 2: Seminário Devolutivo

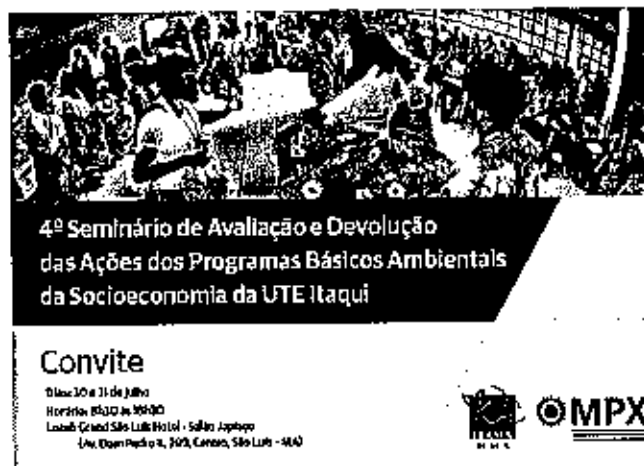


Foto 3: Convite do Seminário

**Situação:** Em cumprimento.

- 3.19** Da condicionante nº 2.13 - *A MPX deverá continuar a dar suporte técnico e financeiro às ações/atividades do Projeto do Polo Agrícola, assim como à Rádio Comunitária da Vila Nova Canã.*

**Análise:** As ações e atividades estão descritas abaixo nos Programas de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas e Educação Ambiental.

**Situação:** Em cumprimento.

- 3.20** Da condicionante nº 2.14 - *Implementar o Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas, de acordo com as seguintes diretrizes:*

- 3.21** Da condicionante nº 2.15 - *Conceber estratégias de aporte às ações/atividades dos Programas de Educação Ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde.*

**Análise:** As estratégias de suporte, assim como a interface dos Programas Básicos Ambientais estão sendo planejadas nas reuniões de alinhamento das coordenações dos mesmos, conforme Plano de Ação apresentado no Anexo 06.

**Situação:** Em cumprimento.

- 3.22** Da condicionante nº 2.16 - *Dar suporte à concepção, formatação, planejamento e formas de execução das ações (programação, calendário,*

*promoções, festas e festejos etc.) da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã em seu processo de expansão; e*

**Análise:** O processo de revitalização e possível expansão da Rádio Comunitária da Vila Canaã, assim como as ações estratégicas envolvidas no mesmo, que estão descritas no PBA, já estão sendo discutidas e analisadas em conjunto com a Associação de moradores da Vila Canaã e a Associação de Agricultores do Polo Agrícola HortCanaã, por meio das Assembléias Gerais. O cronograma de execução do Projeto Rádio Comunitária encontram-se no Plano de Ação apresentado no Anexo 06.



Foto 4: Visita de intercâmbio à Rádio Comunitária Itaqui-Bacanga

**Situação:** Em cumprimento.

*a) Estabelecer estratégias de avaliação das ações dos PBAs divulgando e disponibilizando informações ao público sobre o empreendimento e ações decorrentes de seu processo de licenciamento.*

**Análise:** Vide condicionantes 2.11 e 2.12.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.23 Da condicionante nº 2.17 - O Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde deverá ser reformulado de modo a conter ações/atividades a serem trabalhadas:**

*a) com as famílias de Camboa dos Frades, da Vila Nova Canaã, com moradores ao longo da faixa de servidão da LT e dos três bairros da AID;*

**Análise:** As atividades estão sendo desenvolvidas em conjunto com o Programa de Formação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, com a participação de lideranças comunitárias e a realização de visitas domiciliares.

**Situação:** Em cumprimento.

*b) com os ACS, incluindo os Agentes do Posto de saúde da Vila Nova Canaã, oficinas relativas ao programa Vigiar: o AR, as ÁGUAS e o SOLO.*

**Análise:** As atividades estão sendo desenvolvidas conforme o projeto de formação dos ACS, apresentado a seguir.

**Situação:** Em cumprimento.

*c) com as Secretarias de Saúde dos municípios da All, bem como com os Conselhos Municipais, referentes aos convênios, incorporando novos dados de monitoramento das ÁGUAS e do SOLO, às estratégias de implementação do Programa Vigiar.*

**Análise:** Os Convênios de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar foram renovados, conforme Anexo 08, constituindo assim o primeiro termo de aditivo incorporando na cláusula do objeto a disponibilização dos dados do programa vigiar, contemplando água e solo. O convênio de São Luís permanece ainda com o mesmo objeto, devidos algumas alterações na Secretaria e o novo convênio será firmado em fevereiro quando sua vigência será encerrada e incorporando os novos dados. Além dos convênios ora firmado, a ENEVA sempre mantém contatos com os conselhos de saúde, assim como os responsáveis pela a disponibilização dos dados para alimentar o SIA (Sistema de Informações Ambientais). No entanto vale mencionar aqui, que devido aos grandes problemas na gestão de saúde e mudança de gestão nas secretárias de saúde de São Luís algumas destas informações com dados encontram-se desatualizadas. Continuamos participando das reuniões dos Conselhos Municipais quando possível, com a apresentação dos dados da qualidade do ar . Além disso, alguns conselheiros, já estão participando das capacitações dos agentes comunitários de saúde e entendendo a importância dessa qualificação para o trabalho desses profissionais. Houve ainda a participação na conferência de saúde, organizada pelo Conselho Municipal de Saúde, aonde o objetivo é formar um Conselho de Saúde no distrito Itaqui Bacanga com intuito de melhorar as ações de saúde do distrito.

**Situação:** Em cumprimento.



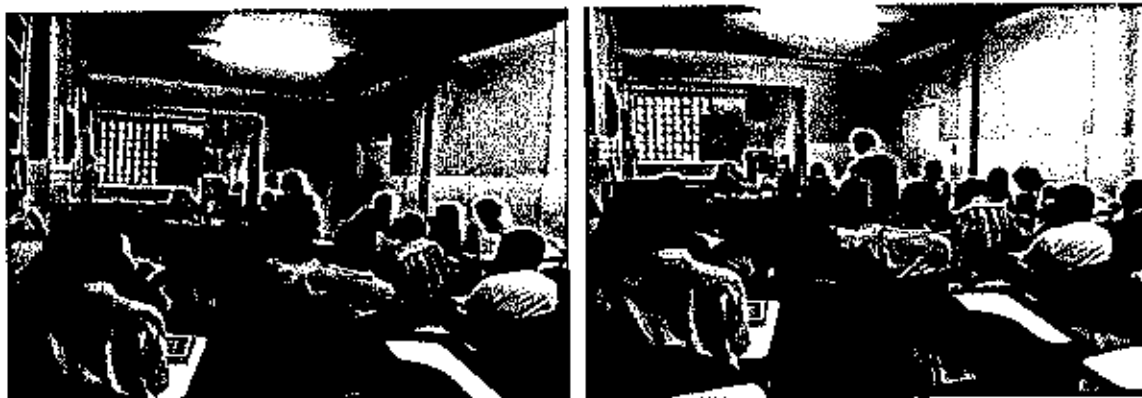


Foto 5: Apresentação no Conselho de Saúde Municipal de São Luís

**3.24 Da condicionante nº 2.18 – O Programa de Educação Ambiental deverá pautar em suas formulações as seguintes proposições:**

- a) *Fortalecer a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola Nova Canaã, possibilitando e facilitando seu papel frente ao desafio de liderar o processo de autonomia e emancipação do processo de produção, escoamento e comercialização.*
- b) *Incentivar a participação ativa fortalecendo o sentido de pertencimento e de atitudes proativas das pessoas e dos grupos familiares do polo Agrícola incorporando às práticas a busca do entender e do saber/fazer.*
- c) *Proporcionar e incentivar a capacitação e a formação técnica dos grupos familiares do polo Agrícola buscando incorporar os jovens no processo produtivo buscando refletir no presente a perspectiva do futuro.*
- d) *Possibilitar que os grupos familiares se auto-retratam como forma de memória e documentação, buscando o sentido de coletividade, inclusive como forma de marketing do Polo Agrícola em torno de sua marca.*
- e) *Envolver a Universidade, a Escola, a Associação dos Moradores da Vila Nova Canaã e a Associação dos Agricultores/Agricultoras do Polo Agrícola na criação de um espaço de formação e capacitação de jovens e adultos.*
- f) *Constituir estratégias que permitam a incorporação paulatina dos custos orçamentários, inclusive da manutenção das atividades do Polo Agrícola, orientando e dando suporte à Associação dos Agricultores/Agricultoras nas etapas de concepção e implementação das ações/atividades previstas nas estratégias concebidas.*

*g) Trabalhar em conjunto - dando aporte teórico/metodológico e didático/pedagógico - com o Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde a concepção e estratégias de implementação de suas ações/atividades junto aos diferentes públicos.*

**Análise:** O Programa de Educação Ambiental (PEA) para os empreendimentos Usina Termoelétrica (UTE) e Linha de Transmissão (LT) 230 KV UTE-Subestação São Luís II para a etapa de operação é uma das condicionantes exigidas pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O Programa será focado em 5 (cinco) Projetos Básicos abordando as questões referentes:

1. – aos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola com o desafio de levá-los à emancipação;
2. – às famílias, reassentadas para a Vila Nova Canaã, auxiliando-as nas ações de gestão socioambientais do contexto do novo bairro;
3. – à Rádio Comunitária auxiliando a estruturação de sua programação diária até o momento de sua expansão nos termos da Condicionante 2.10;
4. – à Formação dos ACS para trabalhar com as famílias dos bairros Anjo da Guarda, Vila Embratel, Vila Maranhão; Vila Nova Canaã e às famílias ao longo da faixa de servidão da LT;
5. – aos Convênios com as Secretarias de Saúde, envolvendo os Conselhos de Saúde dos Municípios da São Luís, São José do Ribamar, Passo do Lumiar e Raposo, voltado ao apoio à implementação do Programa Vigiar do Ministério da Saúde.

### **1) Projeto Polo Agrícola**

#### **1.1 Cartilha de Produção**

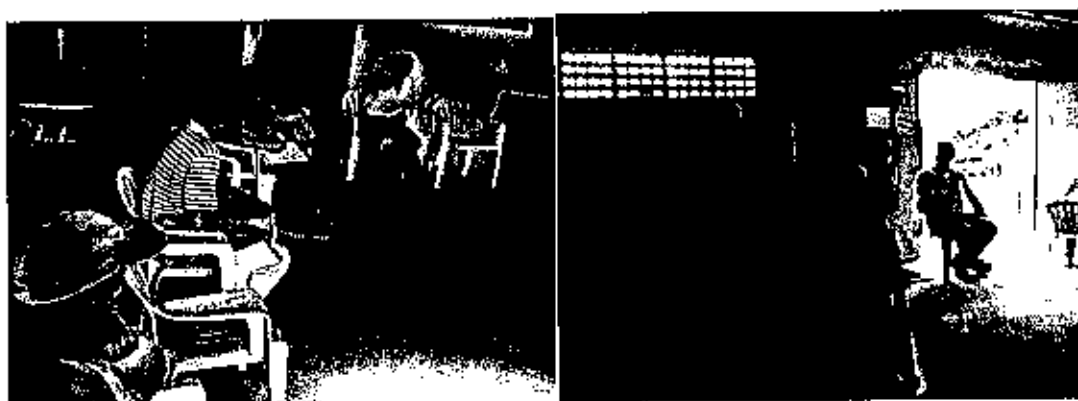
Realizada como a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares da Vila Residencial Nova Canaã e seus assosociados a construção Cartilha de Produção atualizada, a mesma tinha como objetivo auxiliar o agricultor na produção de média e longa duração , respeitando as características climáticas da região , com a finalidade de aumentar a produção e comercialização do Polo Agrícola. A cartilha conta com suporte e contatos com Orgãos e Agências públicas, fornecedores de insumos e materiais, além da época de valorização comercial dos cultivo, possibilitando o



escalonamento da produção, podendo o agricultor fornecer produtos de qualidade, novas quantidades e em tempo hábil, conforme Anexo 09 - Cartilha de Produção.



Fotos 6 e 7 – Construção da Cartilha com Associação de Agricultores e Agricultoras



Fotos 8 e 9: Reunião para oficialização da revisão do Calendário de Produção.

#### 1.2 Alternativa de Celeridade de Produção (Enxertia de Mudas)

Em conjunto com a Universidade Estadual do Maranhão foram realizadas oficinas teóricas e práticas sobre as diversas formas de celeridade de produção, chegando a forma mais adequada a realidade do Polo Agrícola Hortcanaã a técnica de Enxertia de Mudar. A mesma consiste em promover rapidez na produção das hortaliças e frutíferas. A técnica obteve sucesso e grande adesão por parte dos agricultores que se adequaram ao novo ciclo de produção.



Foto 10: Agricultores participando da prática da Oficina de Enxertia de Mudas



Foto 11: Oficina de Enxertia de Mudas

### 1.3 Convênios / Parcerias

- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

A Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã estabeleceu uma parceria com o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), no qual o Polo Agrícola se habilita a receber estagiários supervisionados por profissionais da instituição de ensino. O termo de compromisso entre as partes segue no Anexo 10.

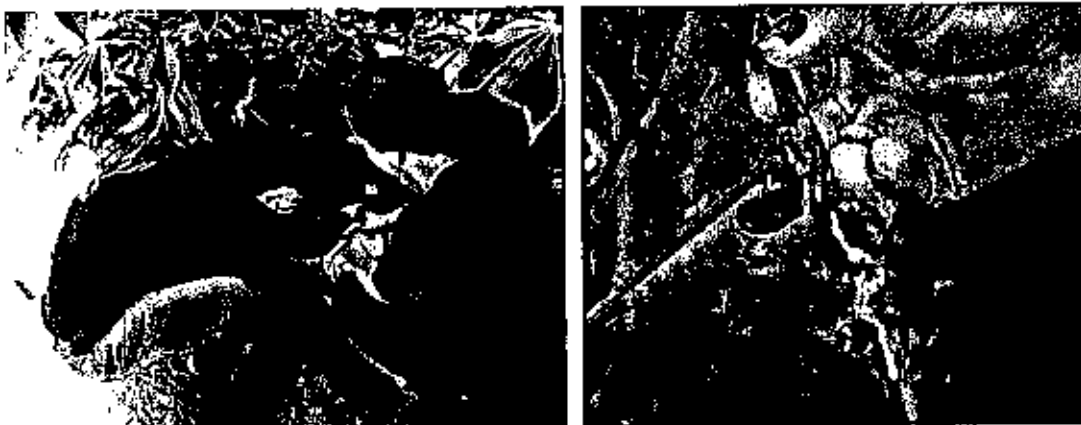


Foto 12: Alunas do IFMA – Maracanã, Atividade de campo – Controle Fitossanitário

- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A Universidade Estadual do Maranhão e a Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã estabeleceram um convênio de parceria e articulação . O objetivo do convênio apresentado no Anexo 11, consiste na implementação da área de pesquisa envolvendo bolsistas de extensão da UEMA. Além disso, promove a capacitação e suporte técnico dos agricultores por meios dos alunos, mestres e doutores da instituição. A parceria vai muito além do Polo Agrícola, hoje alcançando alunos e alunas da UEB Vila Canaã, que hoje dão maior valor e participação as atividades dos seus pais e avós que realizam as atividades no Polo Agrícola.



Foto 13 e 14: Visita técnica dos alunos do Mestrado e Doutorado em Agroecologia da  
UEMA

- Secretaria de Agricultura de Paço do Lumiar

Firmado termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Agricultura de Paço do Lumiar e Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã, no mesmo foi

estabelecido o apoio do suporte técnico por meio de visitas mensais ao Polo Agrícola, em contrapartida a prioridade para saída dos produtos dos agricultores seria dos programas da Secretaria de Agricultura (Programa Merenda Escolar, Feiras Itinerantes, Feiras Locais).



Foto 15: Agricultores participando da elaboração do termo de cooperação

#### 1.4 Horta Escolar Vila Canaã

Com o objetivo de promover capacitação e formação técnica dos agricultores, assim como proporcionar maior envolvimento da Universidade Estadual no âmbito educacional com a Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã e Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã, deu-se partida em um projeto denominado de Horta Escolar (Anexo 12), na Unidade de Ensino Básico Vila Canaã. A horta é cultivada pelos alunos da escola, que recebem orientação dos agricultores e capacitação de alunos e mestres da Universidade Estadual. Os alunos em sua maioria são filhos, sobrinhos e netos dos agricultores que tem manifestado interesse nas atividades de seus pais e avós. Além de capacitar, essa ação visa resgatar esses jovens as atividades rurais, já propondo uma nova perspectiva de futuro ao Polo Agrícola.

A ideia é que sejam plantadas mudas de cheiro verde, cebolinha, rúcula, alface, almeirão e pimentinha de cheiro. Os produtos cultivados na horta vão enriquecer a merenda escolar da unidade, beneficiando cerca de 300 crianças e jovens com uma alimentação mais saudável.

A ação é fruto de uma parceria com a Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares HortCanaã, Secretaria Municipal de Educação, Universidade Estadual do Maranhão e ENEVA.



Foto 16: Início da Horta Comunitária.



Foto 17: Apresentação da Horta Comunitária aos alunos e Moradores da Vila Canaã.

Ainda fazendo parte do Projeto da Horta Comunitária, os alunos da UEB Vila Canaã participaram das oficinas práticas e teóricas sobre o processo de compostagem, a mesma foi ministrada por representantes da Universidade Estadual do Maranhão.



Foto 18: Alunos participando da Oficina

Realizou-se ainda a primeira colheita da Horta Comunitária, com presença de todos os alunos, professores e alguns pais, além dos agricultores que demonstraram muita satisfação na hora da colheita, pois todo esforço diário foi recompensado. Logo depois

a colheita foi realizada uma oficina que tratava em como utilizar as hortaliças corretamente na alimentação.



Foto 19: 1º Colheita da Horta Comunitária

#### 1.5 Feiras Rurais

Os agricultores do Polo Agrícola participam de todas as Feiras Rurais dos Municípios de Paço do Lumiar e São Luís. Além disso, encontram-se participando do processo de formação da Associação dos Feirantes Locais, buscando promover maiores parcerias com os órgãos públicos para comercialização dos seus produtos. Além disso, a Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã foi inserida no programa de transporte as feiras livres, através do Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana de São Luís (CAAUP) vinculado a Universidade Estadual do Maranhão. Esta parceria permite o transporte dos produtos da Associação para serem comercializados nas feiras locais.

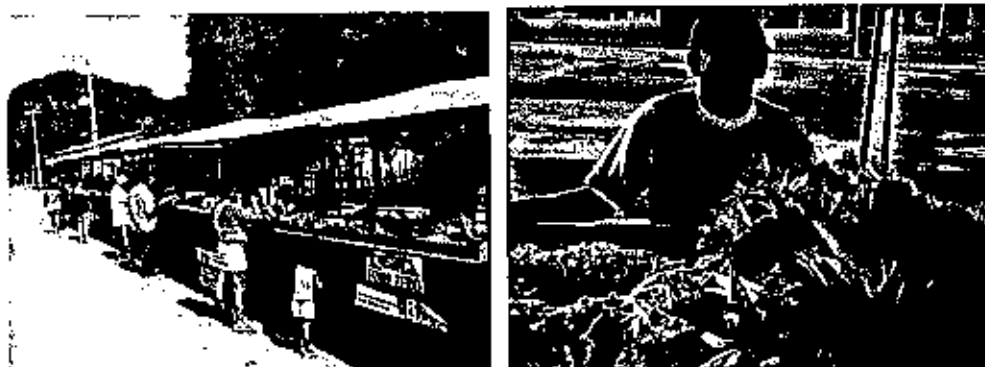


Foto 20: Participação dos Agricultores nas Feiras Rurais





Foto 21: Reunião da futura Associação dos Feirantes Locais

#### 1.6 Sindicato Rural

A Associação de Agricultores e Agricultoras da HortCanaã participaram de um encontro com representante do Sindicato Rural do município de Paço do Lumiar. Na ocasião foram esclarecidas dúvidas sobre as funções da diretoria de uma Associação, o funcionamento burocrático, e ações de fortalecimento da mesma. A parceria com essa instituição tem proporcionado um maior conhecimento e entendimento dos agricultores sobre a importância de uma Associação fortalecida e as consequências disso ao cotidiano dos mesmos.



Foto 22: Reunião com Sindicato Rural

#### 1.7 Associação de Agricultores e Agricultoras

A Associação de Agricultores e Agricultoras da HortCanaã possui uma nova diretoria, houve um novo processo de eleição e a maioria optou por continuar com o antigo presidente, mas com alterações significativas nos principais cargos da diretoria da mesma. Em total funcionamento, a Associação de Agricultores e Agricultoras possui CNPJ e Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) em caráter de Pessoa Jurídica.

Além disso, se encontram participando dos principais programas públicos relativo às atividades agrárias do Município e Estado.



Foto 23: Assembléia geral da Associação de Agricultores.

São realizadas reuniões mensais com a Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã, onde são abordadas questões que incentivem a proatividade e autonomia dos mesmos, promovendo a formalização de compromissos que gerem o fortalecimento da Associação, que é a base essencial para o processo de emancipação. A inserção das políticas públicas nas atividades da Associação tem apresentando um avanço significativo na emancipação do grupo, pois os transformar em agentes de direitos, prontos a resolverem situações internas e externas de conflitos. Além disso, participam de todos os processos de decisões relativos aos programas públicos municipais, se tornando atuantes nas formulações e execuções das políticas locais.



Foto 24: Reunião com Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola



Foto 25: Reunião com Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares

Em conjunto com a AGERP/Sindicato Rural/SEBRAE foram realizadas no Polo Agrícola oficinas teóricas e práticas sobre Associativismo e Cooperativismo. Tivemos resultados muito positivos, os agricultores tiveram a oportunidade de visitar outras Associações Agrícolas e formar parceria com muitas delas. Os agricultores estão articulando uma nova forma de organização social com a intenção de aprimorar a gestão e administração do Polo.



Foto 26: Oficina de Associativismo e Cooperativismo.

### 1.8 Negociação (COMERCIALIZAÇÃO)

Realizamos um processo de conhecimento e entendimento sobre a importância da negociação para o aumento da comercialização com a Associação de Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola. As ações se basearam em teoria e prática e contaram com o apoio da Universidade Estadual do Maranhão e SEBRAE orientaram sobre a importância de formalizar a compra e venda dos produtos agrícolas da agricultura familiar, e a inserção de um contrato formal para o fechamento dos negócios.

A prestação de serviços e venda de produtos envolve responsabilidades, sendo primordial conhecer bem o escopo dos próprios contratos, evitando que o agricultor deixe de prestar serviços negociados.

Como fruto dessas ações foram elaborados juntamente com a Associação de Agricultores e Agricultoras contratos formais de compra e venda entre pessoa física e jurídica e entre pessoas jurídicas (Associação), apresentados no Anexo 13. Assim, podendo o agricultor negociar diretamente com os fornecedores garantindo maior segurança na venda e entrega do produto.



Fotos 27 e 28 – Elaboração dos Contratos durante Reunião da Associação

#### 1.9 II DIA DE CAMPO SOBRE PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS EM SISTEMA AGROECOLÓGICO

O manejo convencional das hortaliças em solos arenosos de baixa fertilidade natural na Grande de São Luís tem resultado na degradação progressiva dos recursos naturais, com o aumento de pragas e doenças de solo e a necessidade crescente de aplicação de agrotóxicos, o que eleva o custo de produção das hortaliças e reduz a lucratividade, levando os horticultores a abandonarem suas áreas para se tornarem assalariados em outras atividades. Assiste-se, como consequência desse processo, ao encarecimento das hortaliças, que passam a ficar com seus preços muito elevados em função da escassez de oferta.

A substituição do modelo convencional de produção de hortaliças é crucial para a sustentabilidade dessa atividade nas áreas periurbanas e rurais da Ilha de São Luís. O modelo Agroecológico adotado pelos agricultores do Polo Agrícola HortCanaã, incorpora um série de práticas sustentáveis, tais como: uso de adubos de baixa solubilidade; compostagem de resíduos orgânicos para aumentar a matéria orgânica do solo; consorciação de culturas; rotação e culturas; ferti-irrigação automatizada; instalação de sistemas agroflorestais diversificados, entre outros.

Todas essas práticas diminuem a necessidade de insumos externos e a dependência dos horticultores dos fabricantes de insumos, além de aumentar a biodiversidade na

área em que está associada, contribuindo para um maior equilíbrio dos sistemas, reduzindo a necessidade de controle de pragas.

Diante deste cenário, o II Dia de Campo do Polo Agrícola HortCanaã, realizado em Outubro, objetivou demonstrar à comunidade do entorno, em especial aos estudantes da rede das escolas públicas do município de Paço do Lumiar aos profissionais da área agrícola e representantes públicos as técnicas e sistemas de produção agroecológica localmente inseridas e executadas, visando a manutenção da sustentabilidade agrícola e ambiental e a produção de alimentos saudáveis.

Oportunamente, aliado ao evento de divulgação do sistema produtivo, no II Dia de Campo também foi realizado a Revitalização da marca do Polo Agrícola, com o lançamento da Linha de Produtos personalizados da HortCanaã, que tem o propósito de identificar os produtos da Polo Agrícola, posicionando-os e diferenciando-os de seus concorrentes, a fim de obter maior visibilidade para as ações realizadas e serviços disponibilizados pelos agricultores, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a emancipação dos agricultores. A própria Associação de Agricultores realizou o trabalho de divulgação nos meios de mídias locais e nas instituições públicas, participando dos processos de divulgação do evento e fortalecimento da marca. Assim foi promovida uma capacitação aos agricultores a respeito do trabalho de divulgação, da importância da marca e da visibilidade do Polo Agrícola em todo o município. Sendo o objetivo maior visibilidade à marca do Polo Agrícola, como potencial fornecedor de produtos saudáveis produzidos sem agrotóxicos, com vistas à expansão dos produtos a novos mercados, o evento ainda foi inserido no calendário local da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

O público estimado do evento foi de mais de 500 pessoas, constituído principalmente por agricultores, estudantes, funcionários e professores das escolas do entorno; além de diretoras das escolas inseridas no PNAE (Programa Nacional de Aquisição de Alimentos nas Escolas) Municipal e servidores das Secretarias de Agricultura dos quatro municípios da Ilha.

O evento foi organizado em dois turnos, pela manhã e à tarde. A equipe do projeto foi constituída pelos próprios agricultores e agricultoras do Polo Agrícola HortCanaã e estudantes da UEMA 9 Universidade Estadual do Maranhão) e servidores da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão). Além de outros parceiros, tais como: IFMA (Instituto Federal do Maranhão), Associações do entorno, Clube de Mães da Pindoba, membros da FETAEMA (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Maranhão); membros do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Paço do Lumiar - STTR; do Sindicato de

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Raposa, São Luís, São José de Ribamar, IBAMA; Técnicos da AGED; Técnicos da AGERP; CONAB, SEBRAE, SENAR, MDA, UEB Nova Canaã, ONG'S, Agricultores e agricultoras da grande Ilha de São Luís e Sempre Verde.

O II Dia de Campo seguiu a seguinte metodologia:

- Apresentação dos participantes e palestrantes;
  - Lançamento da Marca Hort Canaã e Linha de Produtos;
  - Apresentação sobre as diversas técnicas utilizadas no Polo Agrícola;
  - Atributos e benefícios do Plano de Manejo Horticultura;
  - Discussão sobre os aspectos referentes a produção, pós-colheita, comercialização e sustentabilidade.
- Visita às 10 estações explicativas sobre a estrutura produtiva, organizacional e comercialização, a saber:

- 1 – Apresentação do Polo e a importância das hortaliças orgânicas para a saúde dos consumidores;
- 2 – Associação dos Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola HortCanaã;
- 3 – Preparo do composto orgânico;
- 4 – Preparo do biofertilizante
- 5 – Manejo de pragas e doenças;
- 6 – Técnicas conservacionistas de solo;
- 7 – Sistemas agroflorestais;
- 8 – Plantas medicinais, identificação, cultivo, preparo para o consumo;
- 9 – Higienização e comercialização dos produtos;
- 10 – Apresentação da Casa de Farinha.

#### ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Discussão do projeto com a Associação de Agricultores e Agricultoras HORTCANAÃ;
- Articulação com Sindicato dos trabalhadores rurais do Paço do Lumiar e de Raposa;
- Divulgação do dia de campo realizado pela Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã junto ao público interessado e na mídia do meio rural;

- Capacitação de três membros da Associação em relação às questões relacionadas a comunicação e divulgação do Polo Agrícola;
- Preparo das atividades do dia de campo;
- Realização do Dia de Campo.



Fotos 29 e 30: Capacitação de Membros da Associação HortCanaã



Fotos 31 e 32: Dia de Campo – Visitas as estações



Fotos 33 e 34: Apresentação do Polo/ Divulgação da Marca



Fotos 35 e 36: Dia de Campo – Visitas as estações



Fotos 37 e 38: Dia de Campo – Visita as estações



Camisa





Sacola



Chapéu




## II Dia de Campo

Produção de Hortaliças em Sistema Agroecológico

Prezado Senhor (a),

A Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiar da Vila Residencial Nova Canaã convida V. Sa. para participar do II Dia de Campo sobre Produção de Hortaliças em Sistema Agroecológico, a ser realizado em 23 de outubro de 2013 na sede da Associação.

Endereço: Rua Tia Bia, nº100, Pindoba, Paço do Lumiar.  
Horário: 08h30 às 12h e 14h às 17h30



Convite

**Situação:** Em cumprimento.

## 2) Projeto Vila Nova Canaã

### 2.1 Residencial Vila Nova Canaã

O acompanhamento psicossocial é realizado mensalmente por meio de visitas domiciliares realizadas na Vila Canaã, o principal objetivo dessa atividade é verificar o nível de qualidade de vida dos reassentados e identificar os efeitos ocasionados pelo

processo de realocação. Segue abaixo as principais informações encontradas no último trimestre:

- 47 famílias das 95 realocadas ainda permanecem no assentamento;
- Existem somente 3 pessoas sem ocupação (desempregadas) na Vila Canaã;
- Todas as crianças e adolescentes em idade escolar estão devidamente matriculados;
- A Renda Média dos reassentados é R\$ 1.000;
- 9 Moradores trabalham contratados na UEB Vila Canaã;
- Moradores trabalham no Posto de Saúde da Vila Canaã;
- 20 casas vendidas;
- 18 casas alugadas;

## 2.2 Campanhas Educativas

### Campanha Pré- Carnaval: Viva com Segurança

Realizamos uma Campanha de Pré-Carnaval na comunidade da Vila Canaã e Pólo Agrícola com o principal objetivo de sensibilizar os moradores sobre os riscos apresentados nesse período, abordando temas relativos à saúde, uso de drogas, segurança no trânsito e DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). O trabalho foi realizado juntamente com a Polícia Militar e Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã. Os temas foram trabalhados com encenações teatrais, distribuição de preservativos, e panfletos informativos.



Fotos 39 e 40: Campanha de Pré – Carnaval com agricultores e moradores da Vila Canaã/ Pólo Agrícola

2.3 Semana do Meio Ambiente: Desperdício de água

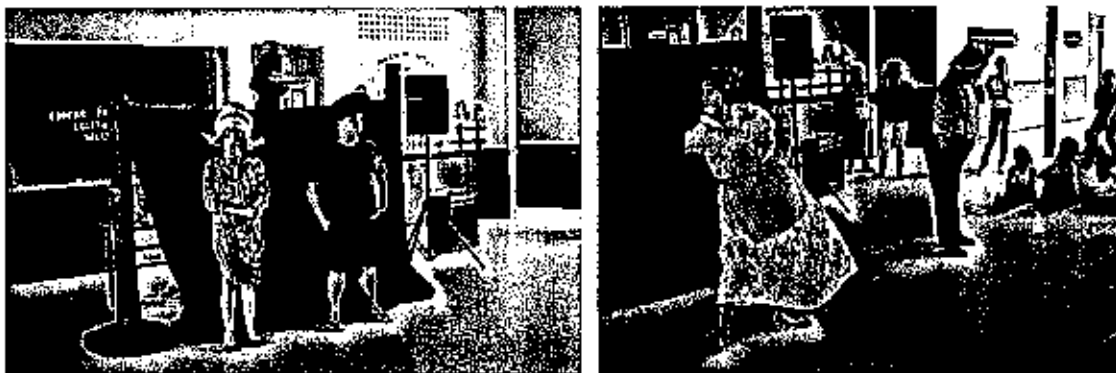
A Semana de Meio Ambiente na Vila Canaã foi lembrada por meio de uma Ação Educativa que abordou a temática do desperdício de água, assunto escolhido por meio do acompanhamento psicossocial, que observou essa dificuldade dos moradores no uso correto da água. A atividade utilizou o espaço da Unidade de Ensino Básica da Vila Canaã e contou com a participação dos alunos, professores, diretores e moradores da Vila Canaã. Tivemos palestra Educativa, apresentação dos trabalhos das turmas sobre coleta seletiva, amostra de trabalhos artesanais com resíduos provenientes do lixo e apresentação do grupo de teatro com a peça "A revolta da torneira", que sensibilizou a utilização consciente da água.



Fotos 41 e 42: Alunos expondo seus trabalhos



Fotos 43 e 44: Palestra Educativa "Desperdício da Água"



Fotos 45 e 46: Apresentação da Peça "Desperdício da Água"

#### 2.4 Unidade de Saúde da Vila Canaã

Realizamos a entrega da Unidade de Saúde da Vila Canaã. O evento contou com a presença de representantes dos órgãos públicos municipais, representantes das lideranças comunitárias do entorno. A Unidade de Saúde tem capacidade para duas equipes de PSF, com previsão de atendimento para 10 mil famílias. O posto encontra-se em pleno funcionamento e tem em sua grade de funcionários moradores do residencial Vila Nova, uma parceria entre a Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã e Secretaria Municipal de Saúde.



Fotos 47 e 48: Evento de Entrega da Unidade de Saúde

#### 2.5 Unidade Básica de Ensino Vila Canaã

A Unidade Básica de Ensino Vila Canaã possui turmas do Ensino Infantil ao Ensino Fundamental, e EJA com aulas semanais de informática, pré-vestibular, Karatê e natação. Todas as ações são realizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Paço do Lumiar, que receberam a unidade de ensino logo após a sua construção. A Unidade de Ensino é referência no município de Paço do Lumiar, pela qualidade e seu

funcionamento integral. Foi realizada recentemente a inauguração do Projeto Horta Escolar, o mesmo é uma parceria entre a Universidade Estadual do Maranhão e Associação de Agricultores e Agricultoras HortCanaã grande objetivo dessa ação é fortalecer os conceitos de agricultura familiar por meio da prática, aumentando assim o interesse dos filhos dos agricultores às práticas agrícolas e o desenvolvimento dos agricultores do Pólo Agrícola , por meio de palestras e atividades práticas.



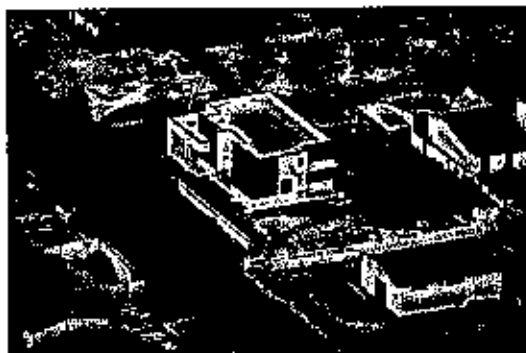
Fotos 49 e 50: Reunião e Planejamento com Diretoria da UEB Vila



Fotos 51 e 52: Horta Escolar

## 2.6 Pelotão Policial da Vila Canaã

O Pelotão Policial ainda encontra-se em construção finalizada com seus equipamentos e veículos entregues, tendo sua inauguração prevista para o mês de dezembro. A implantação do mesmo se deu por um convênio de parceria entre a ENEVA e a Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão. O Pelotão Policial tem previsão de cobertura de 500 comunidades do município de Paço do Lumiar e São José de Ribamar.



Fotos 53 e 54: Pelotão Policial



Fotos 55 e 56: Entrega de Veículos

As demais atividades previstas no Programa Básico Ambiental relativos ao Projeto da Vila Canaã, estão em processo de planejamento e elaboração, os mesmos se encontram no Plano de Ação no Anexo 06.

**Situação:** Em cumprimento.

### 3) Projeto Rádio Comunitária

A Rádio Comunitária da Vila Canaã é composta por 8 moradores , que receberam capacitação por meio de curso de formação de comunicadores da ONG Formação e hoje se encontram habilitados para tal atividade.Com 4 anos de funcionamento a Rádio tem contribuído para o processo de emancipação da comunidade, pois se tornou um instrumento de orientação e esclarecimento dos seus direitos, além de apresentação das principais manifestações culturais dos moradores. Realizamos nesse período ações educativas utilizando a Rádio Comunitária por meio de programações especiais em que tratamos de temas relativos ao Uso abusivo do álcool e outras drogas, com a equipe da saúde da MPX, Lei Maria da Penha e Divulgação da Marca do Polo Agrícola.

O Projeto Rádio Comunitária encontra-se em planejamento e elaboração, além de ser pauta de discussão e análise nas reuniões com a Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã. As ações pertinentes ao projeto estão inseridas no Plano de Ação no Anexo 06.

**Situação:** Em cumprimento.

#### 4) Projeto de Formação dos ACS

No mês de Agosto foi dado início a 4ª Etapa do Projeto de Formação dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias, o mesmo encontrando-se em um novo formato seguindo as orientações do PBA de Socioeconomia, buscando garantir uma capacitação adequada aos ACSE, com resultados esperados para a comunidade.

O processo de articulação desta nova etapa iniciou-se junto aos gestores dos Postos de Saúde da AID e AII para apresentação da nova proposta, conforme ementa apresentada no Anexo 14, se estendendo posteriormente junto aos agentes comunitários, com o objetivo de mostrar para ambos de forma transparente como a ENEVA pretende contribuir para a formação dos Agentes de Saúde Familiar e Endemias, e de que forma os gestores e agentes podem apoiar para a execução do projeto, atuando como parceiros ativos deste programa, tendo a liberdade para mencionarem suas expectativas, sugestões de temas e práticas de acordo com as atividades que serão desenvolvidas.



Fotos 57 e 58: Articulação com Gestores dos Centros de Saúde

O feedback das primeiras reuniões foi bastante positivo, os gestores entenderam importância dessa parceria para o sucesso do programa e se dispuseram apoiar a ENEVA no que for preciso, desde o planejamento até a execução das atividades.

Na oficina de abertura, realizada no mês de Setembro, foi fornecido um curso de "Ambientação no trato com o carvão mineral", ministrada pelo Engenheiro Renato

Camargo, Relações Institucionais da ENEVA, que realizou um resgate dos principais conceitos e meios de controle e monitoramento do Ar, Águas e Solos realizados pela ENEVA, destacando-se as suas relações e efeitos com as condições locais de saúde. Em continuidade a palestra sobre o estudo do carvão ministrada pelo Renato Camargo, no mês de Outubro realizou-se uma apresentação sobre "Doenças respiratórias" com o enfoque em Pneumoconiose, ministrada pelo Dr. João de Deus Souza Lima, médico clínico geral e pós-graduado em medicina do trabalho e administração hospitalar. Nas duas ocasiões foram preparados materiais didáticos de apoio para as apresentações, bem como aplicados questionários de avaliação das oficinas apresentado no Anexo 15. Os agentes participantes mostram-se bastante otimistas e aprovaram as mudanças ocorridas, conforme Anexo 16.



Foto 59: Oficinas da 4ª Etapa do PEACS



**Situação:** Em cumprimento.

### 5) Projeto Vigiar

O Projeto Vigiar tem complementação no Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde e se baseia na implementação e apoio as estratégias que possibilitem a discussão sobre a importância da qualidade do ar, água e solo da Grande São Luís. O primeiro passo foi iniciar o relacionamento com as entidades públicas que estão relacionadas à execução dessa política pública, enviamos ofícios as Secretarias Municipais de Saúde (Coordenação da Vigilância Ambiental) de São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar solicitando o status do Programa Vigiar nas regiões , assim como os dados do ar , água e solo do mesmo. Recebemos em ofícios, conforme Anexo 17 as seguintes respostas:

✓ **São Luís**

Existem implantados o VIGIÁGUA e VIGISOLO e em fase de organização de equipe técnica o VIGIAR.

✓ **São José de Ribamar**

Em execução somente o VIGIAR, os outros se encontram em implantação

✓ **Raposa**

A Vigilância Ambiental encontra- se em processo de implantação, realizando capacitação dos profissionais.

✓ **Paço do Lumiar**

Não existe estrutura e profissionais capacitados para execução do VIGISOLO e VIGIAR. Possui somente o monitoramento da qualidade da água (VIGIÁGUA).

As ações e atividades que estão descritivas no Programa Básico Ambiental, especificamente o Projeto Vigiar do Programa de Educação Ambiental, encontram-se em fase de planejamento e elaboração e vão seguir o cronograma previsto no Plano de Ação do Anexo 06.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.25 Da condicionante nº 2.19 – Atender o sisposto na Instrução Normativa do IBAMA nº 02/2012, no que se refere a qualquer divulgação ou publicações de ações da MPX Porto de Itaqui decorrente do processo de licenciamento ambiental.**

**Análise:** Todos os materias de divulgação que fazem escopo do licenciamento encontram-se dentro da Instrução Normativa do IBAMA nº 02/2012.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.26 Da condicionante nº 2.20 – *Firmar Termo de Compromisso referente à obrigação de compensação ambiental de que trata o art. 36, da Lei nº 9985/00, assim que definido o seu valor e a sua destinação, nos termos do art. 31-B, do Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002, conforme redação estabelecida pelo Decreto nº 6848 de 14 de maio de 2009:***

**Análise:** Foi apresentado ao IBAMA em resposta ao ofício nº 628/2012/CGENE/DILIC/IBAMA revisão do valor de referência.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.27 Da condicionante nº 2.21 – *Dar continuidade às atividade do programa de Reposição Florestal (Subprograma de Recomposição Vegetal, de Enriquecimento de Remanescentes Florestais e de Recomposição de Manguezal), com a apresentação de relatórios semestrais das ações realizadas e cronogramas atualizados:***

**Análise:** Foi protocolado aos dias 07 de Maio de 2013 o Ofício MPX/ITAQUI/DT/012/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.007887/2013-13, apresentando relatório semestral do programa de reposição florestal. O programa de Reposição Florestal vem sendo continuamente executado, O relatório completo com todas as campanhas de reposição florestal consta no Anexo 18 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

a) *O Ibama deverá ser comunicado sobre o início e o término das atividades relacionadas aos Subprogramas:*

**Análise:** Partindo do pressuposto de esta ser uma exigência imposta pelo IBAMA nas condicionantes elencadas na Licença de Operação, a ENEVA manteve este mesmo órgão devidamente informado sobre o início e possível período de finalização do



Programa de Reposição Florestal e seus respectivos subprogramas, ainda na fase de implantação da UTE Porto do Itaqui. Quanto ao subprograma de recomposição do manguezal em 05 de Junho de 2013 foi protocolado o Ofício MPXITAQUI/DT/015/2013, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.010059/2013-54 informando a impossibilidade de cumprimento da referida condicionante em virtude das transformações na área do manguezal do emissário de efluentes da UTE Porto do Itaqui.

**Situação:** Em cumprimento.

- b) As atividades do Subprograma de Recomposição de Manguezais deverão atender ao disposto na Instrução Normativa MMA nº 05 de 08 de setembro de 2009:*

**Análise:** Em 03 de Setembro de 2013 foi protocolado o ofício MPXITAQUI/DT/37/13, conforme protocolo do IBAMA 02001.016407/2013-05, apresentando projeto revisado de compensação de recuperação de mangue na área da Raposa/MA.

**Situação:** Em cumprimento.

- c) Apresentar, em até 30 (trinta) dias após a expedição da Licença, as readequações dos Subprogramas de Recomposição Vegetal e de Recomposição de Manguezal relacionadas aos acréscimos de área indicados no Parecer nº 63/2012/COEND/CGENE/DILIC:*

**Análise:** Foi protocolado aos dias 13 de março de 2013 o Ofício MPX/ITAQUI/DT/004/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.004091/2013-09, apresentando relatório fotográfico atualizado apresentando fotos das pressões ocorridas nas áreas de recuperação manguezal. Em 05 de Junho de 2013 foi protocolado o Ofício MPXITAQUI/DT/015/2013, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.010059/2013-54 informando a impossibilidade de cumprimento da referida condicionante em virtude das transformações na área do manguezal do emissário de efluentes da UTE Porto do Itaqui. Em 03 de Setembro de 2013 foi protocolado o ofício MPXITAQUI/DT/37/13, conforme protocolo do IBAMA 02001.016407/2013-05, apresentando projeto revisado de compensação de recuperação de mangue na área da Raposa/MA.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.28** Da condicionante nº 2.22 – *Dar continuidade ao Programa de Resgate de Germoplasma, com apresentação dos resultados em relatórios semestrais nas quais deverá constar a lista das espécies, mapa com a localização georreferenciada das matrizes e a lista com o número de tombamento das espécies coletadas e enviadas a coleções científicas:*

**Análise:** O Programa de Resgate de Germoplasma vem sendo executado desde o ano de 2011. Foi protocolado em 07 de Maio de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/012/13, conforme protocolo IBAMA nº 02001.007887/2013-13, apresentando relatório semestral do Programa de Resgate de Germoplasma.

Em 2013 até a presente data de elaboração deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes da Licença de Operação IBAMA nº1.101/2012 foram realizadas trabalhos de resgate de Germoplasma. Desta forma, a ENEVA vem cumprindo o Cronograma apresentado no Relatório Semestral de Resgate de Germoplasma em 2012, este consta no item nº 8, página nº 58 de tal Relatório. O Relatório anual deste Programa deverá ser entregue até Janeiro de 2014.

No quadro abaixo, é apresentado os resultados preliminares do número de frutos coletados e semeados de outubro de 2012 até o momento.

Mês de Referência	Nº de Frutos Coletados	Nº de Frutos Semeados
Outubro de 2012	1.166	7.941
Novembro e Dezembro de 2012	3.922	9.642
Janeiro de 2013	3.373	12.717
Fevereiro e Março de 2013	2.276	10.092
Abril de 2013	1.288	6.633
Mai de 2013	3.250	4.419
Junho de 2013	4.344	4.597
Júlio de 2013	4.344	4.597
Agosto de 2013	562	3.687
Setembro de 2013	3.517	6.880
Outubro de 2013	424	2.374

Durante todo o trabalho de Resgate de Germoplasma foram verificadas o endemismo das espécies coletadas. Contudo, visto que as áreas de coletas de germoplasma atualmente se encontram em áreas em franco desenvolvimento industrial e urbano, a UTE Porto do Itaqui solicita o fim da realização deste programa depois de completado um ano de coleta na fase de operação comercial.

O relatório completo com todas as campanhas de Resgate de Germoplasma consta no Anexo 19 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.29 Da condicionante nº 2.23 – *Dar continuidade ao Programa de Monitoramento da Biota Aquática e Terrestre, através da realização de campanhas trimestrais, com a apresentação dos relatórios com igual periodicidade:***

**Análise:** O programa de monitoramento dos Ecossistemas Terrestres e Aquáticos compreende 5 subprogramas vem sendo executado desde o ano de 2010, abrangendo as fases de implantação e operação da UTE Porto do Itaqui:

- Subprograma de Monitoramento do Plâncton: fitoplâncton e zooplâncton;
- Subprograma de Monitoramento da Fauna Bêntica;
- Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna;
- Subprograma de Monitoramento do Manguezal;
- Subprograma de Monitoramento da Vegetação;
- Subprograma de Monitoramento da Fauna Terrestre.

As coletas até o presente momento estava programadas para serem realizadas trimestralmente conforme cronograma de execução apresentado no Plano de Monitoramento Biótico, além do que pede a condicionante nº 2.23 da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012.

Durante o primeiro ano de emissão da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 foram realizadas 02 (duas) campanhas de monitoramento da fauna terrestre e aquática, em Outubro/2012 e Janeiro/2013. Além das campanhas foi elaborado relatório conclusivo em atendimento a condicionante 2.3 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº035/2010, conforme processo IBAMA nº 02001.000777/2009-36.

Devido à necessidade de renovação Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico, foi protocolado no IBAMA em 06 de Maio de 2013, o Ofício MPXITAQUI/DT/010/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.07774/2013-18 com relatório conclusivo do monitoramento da biota aquática e terrestre durante os Anos I e II. Adicionalmente, ao referido Ofício foi solicitado Reunião com a equipe de responsável pelo acompanhamento do programa do monitoramento biótico para



apresentar nova proposta de monitoramento, visto as interferências e modificações sofridas nas áreas monitoradas em virtude da expansão do distrito industrial.

Durante o trabalho de monitoramento da biota aquática e terrestre foram verificadas as interferências em virtude da expansão da ocupação urbana e desenvolvimento do distrito industrial impossibilitando a execução das atividades de monitoramento principalmente em razão da falta de segurança devido ao grande número de vasos próximos aos pontos de monitoramento e coleta. Por isso, a UTE Porto do Itaqui solicita alteração da frequência e alteração dos pontos de monitoramento.

Programa	Executado	Proposta
Monitoramento do Plâncton: fitoplâncton, zooplâncton e lctioplâncton;	Frequência: trimestral Pontos: 7 (sete) pontos sendo 6 (seis) AID e 1 (um) controle. Período: Enchente e vazante.	Frequência: Semestral Pontos: 7 (sete) pontos sendo 6 (seis) AID e 1 (um) controle. Período: Enchente ou vazante.
Monitoramento da Fauna Bêntica	Frequência: trimestral Pontos: 3 (três) pontos sendo 2 (dois) AID e 1 (um) controle.	Frequência: Semestral Pontos: 3 (três) pontos sendo 2 (dois) AID e 1 (um) controle.
Monitoramento da Ictiofauna	Frequência: trimestral Pontos: 8 (oito) pontos sendo 6 (seis) AID e 2 (dois) controle.	Frequência: Semestral Pontos: 8 (oito) pontos sendo 6 (seis) AID e 2 (dois) controle.
Monitoramento do Manguezal	Frequência: trimestral Pontos: 6 (seis) pontos sendo 2 (dois) AID, 2 (dois) na linha de transmissão e 2 (dois) controle.	Frequência: Semestral Pontos: 6 (seis) pontos sendo 2 (dois) AID, 2 (dois) na linha de transmissão e 2 (dois) controle.
Monitoramento da Vegetação	Frequência: trimestral Pontos: 6 (seis) pontos sendo 2 (dois) AID, 2 (dois) na linha de transmissão e 2 (dois) controle.	Frequência: Semestral Pontos: 6 (seis) pontos sendo 2 (dois) AID, 2 (dois) na linha de transmissão e 2 (dois) controle.
Monitoramento da Fauna Terrestre	Frequência: trimestral Pontos: 6 (seis) pontos sendo 2 (dois) AID, 2 (dois) na linha de transmissão e 2 (dois) controle.	Frequência: Semestral Pontos: 6 (seis) pontos sendo 2 (dois) AID, 2 (dois) na linha de transmissão e 2 (dois) controle. Excluindo o monitoramento de felinos e Abelhas Euglossini.

Os relatórios referentes ao monitoramento da Biota Aquática e Terrestre durante o primeiro ano Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 e Relatório Conclusivo do Ano II serão apresentados no Anexo 20.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.30 Da condicionante nº 2.24 – Apresentar para a comunidade científica e sociedade locais, em forma de seminário, os resultados obtidos no**

***Programa de Monitoramento da Biota Aquática e Terrestre, a cada oito campanhas de monitoramento:***

**Análise:** O seminário de monitoramento da biota aquática e terrestre será apresentado junto com a apresentação do livro de socioeconomia. Paralelo à apresentação do seminário, será apresentado para comunidade científica o novo plano de trabalho para o monitoramento da biota aquática e terrestre.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.31 Da condicionante nº 2.25 – *Dar continuidade ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, executando ações nas áreas sob influência dos rip-raps, na área de buritizal adjacente ao Terreno 8 e nas áreas brejosas sob influência do empreendimento, apresentando as atividades realizadas e cronogramas atualizados em relatórios semestrais:***

**Análise:** Foi protocolado aos dias 13 de março de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/004/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.004091/2013-09, apresentando relatório fotográfico atualizado apresentando fotos das pressões ocorridas nas áreas a serem recuperadas. Em 02 de Agosto de 2013, durante vistoria o IBAMA esclareceu as ações a serem executadas nas áreas de influência dos rip-raps e localização das áreas brejosas a serem recuperadas.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.32 Da condicionante nº 2.26 – *O projeto executivo para a recuperação deverá ser apresentado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a emissão da L.O:***

**Análise:** Foi protocolado aos dias 02 de Setembro de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/37/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.016407/2013-05 proposta para a elaboração do projeto de recuperação de áreas degradadas da área sob influência dos Rip – Raps e traçado da linha de transmissão. Para efeito de cumprimento desta condicionante, será apresentado no Anexo 21 do Relatório de cumprimento das condicionantes o projeto executivo de recuperação de áreas degradadas da área sob influência dos rip-raps e traçado da linha de transmissão.

**Situação:** Em Cumprimento



3.33 Da condicionante nº 2.27 – *Apresentar e implementar o programa de monitoramento o controle de ruídos para a fase de operação, atendendo às recomendações do Ibama, bem como:*

a) *Seguir as recomendações da Resolução do CONAMA nº 01 de 08 de Março de 1990, referente ao uso das Normas ABNT NBR 10151/00 e ABNT NBR 10.152/00 para avaliação e controle do impacto ambiental:*

**Análise:** Foi protocolado aos dias 28 de junho de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/023/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.012555/2013-42 relatório referente à simulação computacional de impacto sonoro devido às atividades da UTE Porto do Itaqui e proposta de monitoramento para a fase de operação, em atendimento ao Parecer Técnico nº063/2012/COEND/GGENE/DILIC.

As ações do Programa de Monitoramento e Controle de Ruídos vem sendo desenvolvida pela empresa desde Outubro de 2010.

N.º do ponto	Descrição dos pontos	Coordenadas geográficas
01	Camboa dos Frades	23M 0572197 / 9713850
02	Vila Madureira	23M 0572759 / 9714264
03	Área interna na MPX	23M 0573408 / 9714178
04	Vila São Benedito – A	23M 0573893 / 9713200
05	Vila São Benedito – B	23M 0574284 / 9713348
06	Ilhina	23M 0572354 / 9714732

No ano de 2013 foram realizadas campanhas de monitoramento de ruído seguindo a metodologia estabelecida com IFC, sendo o monitoramento realizado nos 6 (seis) pontos continuamente por 48 (quarenta e oito) horas.

Os relatórios referentes ao monitoramento de ruído durante o primeiro ano Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 e o relatório de simulação computacional de ruído serão apresentados no Anexo 22 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.



b) *Realizar manutenção periódica de equipamentos e máquinas visando reduzir os níveis de ruído:*

**Análise:** A manutenção em máquinas e equipamentos da UTE Porto do Itaqui, vem sendo realizadas periodicamente sendo este fato comprovado através do monitoramento de ruído ambiental ao entorno da UTE que não apresentou níveis acima do limiar permitido.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.34** Da condicionante nº 2.28 – *Implementar o Plano de Continuidade de melhorias a serem executadas para UTE com foco na conformação de taludes e controle de processos erosivos. Apresentar, em 15 (quinze) dias, o cronograma das atividades:*

**Análise:** Foi protocolado aos dias 12 de Novembro de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DP/096/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.067302/2012-35, informando que as ações de melhorias a serem executadas com foco na reconformação de taludes e controle de processos erosivos a serem realizadas pela ENEVA. Em virtude das chuvas, foi protocolado junto ao IBAMA em 06 de Maio de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/009/13 conforme protocolo do IBAMA nº 02001.007773/2013-65, informando que as ações imediatas de recuperação/reconformação já estariam sendo realizadas pela ENEVA nos taludes.

**Situação:** Atendida.

**3.35** Da condicionante nº 2.29 – *Implementar a proposta encaminhada pela MPX Porto do Itaqui referente à “Planta Piloto com Microalgas para Captura Bioquímica de CO2 em Gases de Exaustão de Termoelétrica in situ, através de biorreatores”, dimensionando o projeto de forma a garantir a captura das emissões do gás carbônico emitido pela térmica, apresentando estudo de viabilidade técnica para sequestro de pelo menos 20% em massa de CO2:*

**Análise:** O estudo de viabilidade técnica de mitigação de 20 % em massa dos gases de efeito estufa foram revalidados com a COPPETEC, sofrendo acréscimo de 50 % em sua primeira etapa, tendo sido aprovado internamente e assinada folha de contrato

pelos representantes legais em novembro de 2013, tendo-se planejada a mobilização para dezembro de 2013 e kick off do trabalho em janeiro de 2014.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.36 Da condicionante nº 2.30 – *Apresentar e Implementar proposta de “Coqueima de Matéria Orgânica na UTE Porto do Itaqui, prioritariamente com resíduos provenientes do beneficiamento manual do babaçu” dando prioridade à aquisição dos insumos para os grupos sociais locais:***

**Análise:** Devido ao status atual de fluxo financeiro negativo, o projeto foi reenquadrado como projeto a ser enquadrado em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), para poder usufruir dos benefícios tributários existentes, formatando-se projeto para pesquisa e desenvolvimento de diferentes tipos de matéria orgânica na coqueima, citando-se gramíneas como do gênero Bambusa, babaçu, resíduos de lenha ou quaisquer outros materiais.

A análise preliminar de Babaçu encontra em sua cadeia de suprimentos, por envolver muitas vezes trabalho familiar, incluindo menores da idade do núcleo familiar, e condições de trabalho ergonômicas inadequadas, além de área de produção distante da UTE Porto do Itaqui, o que gera alto custo de logística. O material produzido usualmente possui impurezas devido ao processo de beneficiamento manual, o que demanda limpeza e secagem do material, para não provocar incrustação na caldeira e tubulações.

Com os projetos de P & D já encontram-se em andamento para o ano de 2013, com projetos já avaliados pela ANEEL, e a unidade ainda encontra-se com problemas operacionais diversos que geram “Trips” e paradas operacionais, após a manutenção da base load de projeto, poderá se iniciar novo ciclo de projetos de P & D, o que atualmente geraria a inserção de nova variável no processo.

Desta forma, solicita-se a apresentação de proposta após validação pela ANEEL e melhorias de processo necessárias ao controle fino operacional, para desenvolvimento de potenciais fontes de matéria orgânica.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.37 Da condicionante nº 2.31 – Implementar o Programa de Gerenciamento de Riscos. De acordo com as seguintes diretrizes:**

- a) *Apresentar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Plano de Ação de Emergência (PAE) revisados e atualizados, bem como a programação de simulados de emergência para o ano de 2013. Para a revisão, deverão ser consolidadas as medidas previstas no APR, HAZOP e Formulários de Avaliação do IBAMA:*

**Análise:** Em meados de 2012 a UTE Porto do Itaquí realizou análises de riscos no formato de APR e de análises de vulnerabilidades para a Planta que, naquela época, estava ainda em fase final de construção. Na época de emissão da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012, por solicitação do IBAMA, apresentamos ao IBAMA projeto de implementação do PGR que iniciaria pela atualização do PGR e do PAE incluindo recomendações expedidas pelos estudos de riscos realizados, em conformidade com a nova situação de fase operacional. Em 23 de novembro de 2012 foi protocolado o Ofício MPXITAQUI/DP/098/12 conforme protocolo do IBAMA nº 02001.067608/2012-81 apresentando o PGR revisado e considerando o PAE integrado como Anexo. Em 28 de junho de 2013 foi protocolado o Ofício MPXITAQUI/DT/022/13 conforme protocolo do IBAMA nº 02001.012550/2013-10 solicitando prazo de 90 (noventa) dias para atendimento dos itens "b", "c" e "e" da condicionante 2.31 e apresentando relatório de acompanhamento e implementação de todas as recomendações geradas pela APR e HAZOP. Em adição, foi estabelecido pela UTE Porto do Itaquí com o patrocínio integral da Diretoria, um plano de implementação do PGR durante todo o ano de 2013 e início de 2014.

Item	Etapa	Resp.	Início	Fim	Duração	Recursos	Observações
1	Revalidar recomendações da última APR - Planta	GS	13/5	17/5	5 dias	Pessoal: GP, SOA, GS, GO, ES. Outros Recursos: Engenharia (Corporativo)	Última APR da Planta foi realizada em meados de 2012 pela DNV.
2	Revalidar recomendações dos últimos HAZOP - Planta e Periféricos	GS	13/5	17/5	5 dias	Pessoal: SOA, GS, GO, ES. Outros Recursos: Engenharia (Corporativo)	Último HAZOP da Planta foi realizada em meados de 2012 pela DNV.
3	Desenvolver e implementar sistemática de acompanhamento das recomendações com indicador	GS	20/5	31/5	10 dias	Pessoal: GP, GS, SOA, GP, GM. Outros Recursos: N.A.	Desenvolver ferramenta adequada para acompanhamento e metodologia de divulgação.
4	Contratar revisão das Análises de Risco - Fase Operacional	GS	13/5	30/6	1,5 mês	Pessoal: GS, ES, TS (com suporte suprimentos). Outros Recursos: N.A.	Fase de Contratação iniciada com o recebimento de propostas.
5	Revisar Análise de Risco - Fase Operacional - Planta	GS	1/7	31/8	2 meses	Pessoal: GO, GS, ES, TS (com suporte suprimentos). Outros Recursos: GT.	Contratação em andamento. Início dos trabalhos do Consultor Técnico

							como guardião conceitual.
6	Revisar Análise de Risco - Fase Operacional - Periféricos	GS	1/8	30/9	2 meses	Pessoal: GP, GS, ES, TS (com suporte suprimentos). Outros Recursos: CT.	Contratação em andamento.
7	Incluir novas recomendações na sistemática de acompanhamento	GS	1/9	31/10	2 meses	Pessoal: GS, ES, TS. Outros Recursos: CT.	
8	Revisar documento PGR com base nas novas Análises de Risco	GS	1/9	31/10	2 meses	Pessoal: GS, GO, GM, GP. Outros Recursos: CT.	
9	Revisar documentos (PORs e outros) com base nas novas Análises de Risco	GS	1/9	31/10	2 meses	Pessoal: GS, GO, GM, GP. Outros Recursos: CT.	
10	Treinamento de Gerentes, Supervisores de Operação e Facilitadores	GS	1/10	31/10	1 mês	Pessoal: GS, GO, GM, GP. Outros Recursos: CT, Sala de reunião, equipamentos audio visuais, Flipchart.	
11	Implantação do primeiro ciclo - áreas consideradas críticas	GP	16/10	28/2	4 meses	Pessoal: GS, GO, GM, GP. Outros Recursos: CT, Comitê de Gestão de Sustentabilidade.	
12	Monitoramento e medição	GS	16/10	28/2	4 meses	Pessoal: GS, GO, GM, GP. Outros Recursos: CT, Comitê de Gestão de Sustentabilidade.	
13	Análise crítica do primeiro ciclo de implantação	GP	1/2	28/2	1 mês	Pessoal: GS, GO, GM, GP. Outros Recursos: CT, Comitê de Gestão de Sustentabilidade.	

Item	Etapa	Cronograma																																					
		Criação (período)												Método (período)																									
		Mês												Dia																									
		Janeiro												Fevereiro																									
		13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31												1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31																									
1	Revalidar recomendações da última APR - Planta																																						
2	Revalidar recomendações dos últimos HAZOPs																																						
3	Implementar sistemática de acompanhamento																																						
4	Contratar revisão das Análises de Risco - Fase Operacional																																						
5	Revisar Análise de Risco - Fase Operacional - Planta																																						
6	Revisar Análise de Risco - Fase Operacional - Periféricos																																						
7	Incluir novas recomendações no acompanhamento																																						
8	Revisar documentos (PGR e outros) com base nas novas ARs																																						
9	Revisar documentos PORs com base nas novas ARs																																						
10	Treinamento de Gerentes, Superv. Operação e Facilitadores																																						
11	Implantação do primeiro ciclo - áreas consideradas críticas																																						
12	Monitoramento e medição																																						
13	Análise crítica do primeiro ciclo de implantação																																						

GP - Gerente da Planta

GS - Gerente de SSMA

CT - Consultor Técnico

GO - Gerente de Operação

SQA - Supervisor de Operação Administrativa

ES - Engenheiro de Segurança

GM - Gerente de Manutenção

SOT - Supervisores de Operação em Turno

TS - Técnico de Segurança

Atualizado em: 21/02/2013

Situação: Em cumprimento.

*b) Realizar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, para os cenários acidentais identificados na Análise de Vulnerabilidades da UTE, cálculo do risco individual:*

**Análise:** Com base nas recomendações do IBAMA em seu Parecer Técnico nº 067/2012 e nas tratativas anteriormente iniciadas, abrimos concorrência para as empresas que pudessem atender ao escopo do trabalho:

### 1.1 LOCAL E ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem realizados são relativos a UTE Porto do Itaqui, localizada em São Luiz – MA, com finalidade de licenciamento no IBAMA (atendimento ao Parecer Técnico N° 67/2012/COEND/CGENE/DILIC), abrangendo os seguintes itens:

- ITEM 1 Avaliação do Risco Individual e Social, das Hipóteses Acidentais identificadas/selecionadas no Estudo Qualitativo de Risco já realizado;
- ITEM 2 Elaboração do Mapeamento dos Riscos Ambientais – MARA da instalação.

### 1.2 ESCOPO DOS SERVIÇOS

O presente documento preconiza a execução dos seguintes serviços:

#### ITEM 1 - Avaliação do Risco Individual e Social

- Identificação e quantificação das populações sensíveis no entorno da UTE;
- Estimativa das Frequências de Ocorrência das Hipóteses Acidentais;
- Cálculo e mapeamento da severidade das Consequências e Vulnerabilidade;
- Avaliação do Risco Individual e Social e comparação com os Critérios de Tolerabilidade definidos pelo IBAMA.

#### ITEM 2 - Elaboração do Mapeamento dos Riscos Ambientais – MARA da instalação.

Descrição das bacias hidrográficas e uso da água

Descrição dos elementos ambientais sensíveis, ao longo das bacias hidrográficas e faixa de dutos.

- ✓ Elaboração dos Mapas dos Elementos Ambientais Passíveis de Impacto por Vazamento por Oleoduto, temas abordados:
  - Mapa Hidrográfico
  - Hidrografia natural
  - Hidrografia passível de impacto

- o Sentido da drenagem;
- o Malhas viárias (ferrovias, rodovias e linhas de transmissão);
- o Unidades de conservação;
- o Uso do solo
- o Fauna;
- o Pontos de captação de água
- o Classificação da sensibilidade ambiental (ambientes naturais)
- ✓ Identificação dos pontos notáveis
- ✓ Estimativa dos volumes e tempos de vazamentos, prováveis recursos impactados, bem como os primeiros recursos da ação da emergência.
- ✓ Planilhas de Reunião de Contingência
- ✓ Conclusão e ações de mitigação.

Foi contratada a empresa de Consultoria EIDOS do Brasil, contrato ITA 039-13, que está trabalhando desde Julho/2013 nas seguintes atividades:

- Revisões de todas as análises de riscos com base na fase de Operação da UTE: Elaboradas em Outubro/2013 e passando por revisão final em Novembro/2013 as 13 APRs. Observa-se que o cronograma, se comparado ao plano de implementação, encontra-se com quase dois meses de atraso por conta de detalhes do processo de contratação.
- Finalizando em Dezembro/2013 a segunda parte, com os cálculos de risco individual e social;
- Finalizando em Dezembro/2013 a elaboração do MARA.

**Situação:** Em cumprimento.

- c) *Realizar, no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, Análise Preliminar de Riscos ao Meio Ambiente cujo objetivo seja a estruturação de um Mapeamento de Riscos Ambientais (MARA), tendo como base o Termo de Referência deste IBAMA:*

**Análise:** O Mapeamento de Riscos Ambientais foi inserido no mesmo escopo dos serviços contratados com a EIDOS do Brasil, conforme descrito no item anterior, cujo trabalho encontra se em fase final com previsão de entrega para Dezembro/2013.

**Situação:** Em cumprimento.

- 3.38 Da condicionante nº 2.32 – *Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da UTE MPX Itaqui, cujas informações deverão ser compiladas em relatório a ser encaminhado ao IBAMA, devendo o PGRS seguir as seguintes diretrizes e observações:*

**Análise:** A atividade de gerenciamento de resíduos sólidos e industriais da UTE Porto do Itaqui é realizado baseada em atividades estruturantes, como: Classificação e caracterização dos resíduos gerados; segregação, coleta e acondicionamento; movimentação interna; armazenamento temporário, controle de estoque e compatibilidade de resíduos; transporte externo de Resíduos; tratamento e disposição final; estudo de alternativas; sistematização das informações; auditorias;

Estas atividades estruturantes estão baseadas, conforme determinações de procedimentos internos e do Parecer Técnico Nº 063/2012 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA.

- a) *Conforme disposto no parágrafo primeiro do Art. 27 da Lei nº 12.305/2010, a UTE MPX Itaqui, perante o IBAMA, é a responsável por qualquer dano ambiental que venha a ser provocado pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos gerados em decorrência da operação do empreendimento:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- b) *As estruturas de coleta, acondicionamento e armazenamento temporário, bem como a capacidade de resposta do PGRS, sobretudo das empresas responsáveis pelo transporte e destinação dos resíduos sólidos gerados, deverão atender as necessidades operacionais da UTE:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- c) *A sistematização das informações acerca do PGRS deverá seguir as diretrizes constantes na NBR – 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação, e na Resolução CONAMA nº 313/2012 – Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- d) *Estabelecer índices que relacionem, quando possível, a geração dos principais resíduos sólidos e a geração de energia, bem como ao consumo de matérias primas/insumos, a fim de avaliar a evolução do desempenho ambiental da usina:*

**Análise:** Foi estabelecido índice para geração de cinzas, em função da geração de energia. Os índices são apresentados no relatório de gerenciamento de resíduos sólidos e industriais da UTE Porto do Itaquí, Anexo 04.

**Situação:** Em cumprimento.

- e) *Seguir as diretrizes postas pela Resolução CONAMA nº 275/01 e Normas da ABNT: NBR 7500/2009; NBR 12.235/1992; NBR 11.174/1990; NBR 14.619/2009; NBR 13.853/1997; NBR 12.810/1993 em relação à Segregação, Coleta e Acondicionamento dos resíduos perigosos:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- f) *Seguir as diretrizes postas pelas Normas da ABNT: NBR 10.004/2004; NBR 12.235/1992; NBR 11.174/1990; NBR 7500/2009; NBR 14.095/2008 em relação ao armazenamento temporário dos resíduos gerados:*



**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- g) Em relação ao transporte dos resíduos gerados pela UTE MPX Itaqui, deverão ser seguidas as diretrizes postas pela Resolução nº 420 da ANTT, e pelas Normas da ABNT: NBR 7501/2011; NBR 7503/2012; NBR 13.221/2010; NBR 9735/2012; NBR 14064/2003; NBR 14095/2008; NBR 15480/2007; NBR 15481/2008 e NBR 14619/2009:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- h) Para o transporte externo dos resíduos perigosos, as transportadoras deverão estar munidas de Autorização de Transporte de Produtos Perigosos, emitida pelo IBAMA, caso haja transportes marítimos, fluviais ou terrestres interestaduais. Para transportes realizados apenas no Estado do Maranhão, a licença ou autorização a ser obtida é de competência do órgão ambiental estadual:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- i) Seguir as diretrizes postas pelas Resoluções: CONAMA nº 362/2005; CONAMA nº 307/2002 e CONAMA nº 358/2005 em relação à disposição final dos Resíduos Sólidos pertinentes às referidas Resoluções:*

**Análise:** **Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- j) *Estabelecer, no âmbito do processo de melhoria contínua, alternativas ambientalmente mais adequadas da gestão de resíduos, tendo como referência as prioridades de ações de gestão previstas no Art 9º da Lei nº 12.305/10 (PNRS):*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- k) *Caso haja atualização das normativas exigidas no escopo desta Condicionante, a empresa deverá incorporá-la ao PGRS:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- l) *Criar um mecanismo de controle da vigência das licenças e autorizações ambientais das empresas prestadoras de serviços ao PGRS, bem como em relação à regularidade destas junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- m) *Os resultados das auditorias previstas deverão compor o relatório do PGRS, dando relevância às não conformidades técnicas e gerenciais identificadas e as ações corretivas e preventivas tomadas:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.



Os relatórios referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos e industriais durante o primeiro ano Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 serão apresentados no Anexo 04 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.39 Da Condicionante nº 2.33 – Implementar o Subprograma de Monitoramento e Controle de Efluentes da UTE MPX Itaquí, de acordo com as seguintes diretrizes:**

**Análise:** O Monitoramento de efluentes da UTE Porto do Itaquí teve seu início desde a fase de implantação do empreendimento, sendo antes anteriormente monitorado nas diversas bacias instaladas para receber os efluentes. A partir de Abril de 2013 com a entrada da UTE Porto do Itaquí em operação comercial com carga de 360 MW, o monitoramento passou a ser baseado nas determinações de procedimentos internos e do Parecer Técnico Nº 063/2012 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA expedido pelo IBAMA anexo a Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012.

*a) Manter as condições operacionais das UTE's adequadas, a fim de permitir o estabelecimento de eficiências de tratamento que atendam às Normativas pertinentes:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

*b) Sem prejuízos às outras normativas pertinentes, realizar o monitoramento dos efluentes conforme as diretrizes dos seguintes documentos: NBR 9897/1987 – Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento; NBR 9898/1987 – Preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento; Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater APHA-AWWA-WEF, 21ª Edição. (APHA, 2005); NBR/ISO/IEC 17025/2005 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração; Resolução CONAMA nº 430/2005:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes. A documentação referente aos laboratórios é apresentada no relatório de monitoramento de Efluentes da UTE Porto do Itaqui durante o primeiro ano da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 apresentado no Anexo 23 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

- c) Apresentar detalhamento operacional das unidades geradoras dos efluentes Ácidos/Alcalinos, focando na caracterização dos processos que possam incorporar contaminantes não passíveis de remoção pelo sistema de tratamento proposto (Tanque de Neutralização):*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes. O detalhamento operacional da unidade de neutralização é apresentado no relatório de monitoramento de Efluentes da UTE Porto do Itaqui durante o primeiro ano da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 apresentado no Anexo 23 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Atendido.

- d) Apresentar uma proposta para implementação do teste de ecotoxicidade a serem realizados no efluente final da UTE. Esta deverá identificar os principais agentes nocivos ao ambiente afetado, os testes pertinentes, e avaliar a possibilidade de utilização de bioindicadores naturais na área afetada pelo emissário de efluentes da UTE:*

**Análise:** Durante o monitoramento de efluente final foram realizados testes de toxicidade com o objetivo de avaliar se o efluente descartado possui um grau elevado que possa vir a contribuir para degradação do corpo receptor quanto a ecotoxicidade do efluente gerado pela UTE Porto do Itaqui. Foi realizada a avaliação de ecotoxicidade do efluente final com *Lytechinus variegatus*, sendo este o microorganismo mais sensível quanto à contaminação da UTE.

Os dados do teste de ecotoxicidade são apresentados no relatório referente ao monitoramento de Efluentes da UTE Porto do Itaquí durante o primeiro ano da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012 apresentado no Anexo 23 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

- e) *Estabelecer, no âmbito do processo de melhoria contínua, ações que visem reduzir a geração de efluentes desnecessariamente pela operação da UTE MPX Itaquí:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- f) *Caso haja atualização das normativas exigidas no escopo desta Condicionante, a empresa deverá incorporá-las no Programa em tela:*

**Análise:** A empresa está ciente de que deve estar acompanhando as atualizações da legislação brasileira no que tange ao monitoramento de efluentes. Como até a presente data da elaboração deste relatório não ocorreu mudanças na legislação, a empresa continua a utilizar as seguintes legislações: *NBR 9897/1987 – Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento; NBR 9898/1987 – Preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores; NBR/ISO/IEC 17025/2005 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração; Resolução CONAMA nº 430/2005 - Dispõe sobre o padrão de lançamento de efluentes em corpos hídricos.*

**Situação:** Em cumprimento.

- g) *Os resultados das auditorias previstas deverão compor o relatório do Programa, dando relevância às não conformidades técnicas e gerenciais identificadas e as ações corretivas e preventivas tomadas:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

*h) Seguir as demais recomendações do Monitoramento e Controle dos Efluentes da UTE MPX Itaqui, conforme Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.40 Da Condicionante nº 2.34 – *Apresentar os resultados dos ensaios de Lixiviação e Solubilização do carvão e das cinzas geradas durante a operação da UTE, conforme ABNT/NBR 10004/NBR, bem como uma proposta de reformulação dos Subprogramas de Monitoramento que dizem respeito à contaminação das águas por metais decorrentes dos processos industriais envolvendo o carvão e as cinzas de sua queima:***

**Análise:** As cinzas são definidas como subproduto do processo de geração de energia a partir da queima do carvão mineral, conforme solicitação do IBAMA foi protocolado em 02 de Setembro de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/38/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.016405/2013-16 que apresenta relatório de ensaios de lixiviação e solubilização do carvão e das cinzas geradas durante a operação da UTE Porto do Itaqui. Em relação à reformulação dos programas de monitoramento que envolve a possibilidade de contaminação das águas por metais. A UTE Porto do Itaqui tem realizado ensaios constantes das cinzas e carvão visando à utilização como subproduto. Com isso, serão utilizados estes resultados para a redefinição dos subprogramas de monitoramento após 1 (um) ano de operação comercial.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.41 Da Condicionante nº 2.35 – *Realizar investigação da formação de compostos organoclorados (trihalo – metanos e cloraminas) nos efluentes da UTE MPX Itaqui. Caso seja confirmada a formação dos organoclorados, será necessário complementar esse Estudo com uma avaliação da dimensão desse impacto sobre a biota aquática, bem como a carga de contaminante formada, considerando para tanto matéria***

*orgânica (ácidos fúlvicos, húmicos dentre outros orgânicos recalcitrantes) existente na água de captação (considerando variações sazonais), e os níveis de hipoclorito aplicados:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e está fase de elaboração estudo de formação de compostos organoclorados nos efluentes, respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.42** Da condicionante nº 2.36 – *Apresentar estudo que avalie a viabilidade ambiental da captação e utilização das águas pluviais nos processos industriais da operação da UTE MPX Itaqui, identificando os aspectos positivos e negativos desta alternativa, considerando, para tanto, os postos levantados no Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e está fase de elaboração estudo viabilidade ambiental da captação e utilização das águas pluviais nos processos industriais da operação, respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.43** Da condicionante nº 2.37 – *Implementar o Subprograma de Monitoramento das Águas Costeiras, de acordo com as seguintes diretrizes:*

**Análise:** O Monitoramento de águas costeiras teve seu início desde a fase de implantação do empreendimento, sendo monitorado pontos de monitoramento nos Igarapé Buenos Aires, Igarapé Iriema e em pontos ao entorno do emissário de efluentes da UTE Porto do Itaqui. A partir de Abril de 2013 com a entrada da UTE Porto do Itaqui em operação comercial com carga de 360 MW, o monitoramento passou a ser baseado nas determinações de procedimentos internos, pontos de monitoramentos estabelecidos na proposta da ASA apresentado em 11 de Dezembro de 2013 através do Ofício MPXITAQUI/DP/103/12 e do Parecer Técnico Nº 063/2012 – COEND/CGENE/DILIC/IBAMA expedido pelo IBAMA anexo a Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012.

- a) *Sem prejuízos às outras normativas pertinentes, realizar o monitoramento das águas Costeiras conforme as diretrizes postas pelos seguintes documentos: NBR 9897/1987 – Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento; NBR 9898/1987 – Preservação e técnicas de amostragem de afluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento; Standart Methods for the Examination of Water and Wastewater APHA-AWWA-WEF, 21ª Edição. (APHA, 2005); NBR/ISO/IEC 17025/2005 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração; Resolução CONAMA nº 357/2005:*

**Análise:** A coleta das águas costeiras dos Igarapés Buenos Aires e Irinema é planejada para ocorrer semestralmente em dois pontos em cada Igarapé, conforme solicitado pelo IBAMA, sendo que os trabalhos foram realizados no dia 21 de maio de 2013.

A coleta das águas costeiras do Emissário foi planejada para ocorrer mensalmente em 12 pontos, conforme malha amostral apresentada e posteriormente aprovada pelo IBAMA.

O Relatório completo das Águas Costeiras será apresentado no Anexo 24 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

- b) *Apresentar uma Proposta de malha amostral para o entorno do ponto de lançamento do emissário, bem como uma rotina para calibração da "Modelo Numérico de Dispersão do Efluente Proveniente da UTE do Porto de Itaqui na Baía de São Marcos", conforme diretrizes do Programa de Monitoramento das Águas Costeiras – Emissário da UTE MPX Itaqui:*

**Análise:** A Proposta de malha amostral para o entorno do ponto de lançamento do emissário, bem como uma rotina para calibração da "Modelo Numérico de Dispersão do Efluente Proveniente da UTE do Porto de Itaqui na Baía de São Marcos" foi protocolada em 11 de Dezembro de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DP/103/12.

**Situação:** Atendida.

- c) *Seguir as demais recomendações de monitoramento das Águas Costeiras conforme o Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/DILI/IBAMA:*



**Análise:** A empresa tem ciência do Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/DILI/IBAMA, e vem implementado todas as recomendações solicitadas em tal parecer.

**Situação:** Em cumprimento.

- d) *Os resultados das auditorias previstas deverão compor o relatório do PGRS, dando relevância as não conformidades técnicas e gerenciais identificadas e ações corretivas e preventivas tomadas:*

**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.44 Da condicionante nº 2.38 – Implementar o Subprograma de Monitoramento de Sedimentos nos Igarapés de Buenos Aires e Iriema, e na área sob influência do emissário da UTE, conforme diretrizes do Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/IBAMA:**

**Análise:** Foi protocolado aos dias 09 de Julho de 2013 o Ofício MPXITAQUI/DT/021/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.012549/2013-95, apresentada uma proposta simplificada ao IBAMA de monitoramento de sedimentos. Para efeito de cumprimento desta condicionante, será apresentado no Anexo 25 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes, proposta detalhada do monitoramento de sedimentos.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.45 Da condicionante nº 2.39 – Apresentar e implementar, após aprovação do IBAMA, proposta de monitoramento de qualidade do solo do entorno da UTE, a fim de avaliar possíveis efeitos da dispersão de particulado de carvão, de cinzas, bem como de aerossóis da torre de resfriamento:**

**Análise:** Para efeito de cumprimento desta condicionante, será apresentado no Anexo 26 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes, proposta detalhada do monitoramento de qualidade do solo do entorno da UTE.

**Situação:** Em cumprimento.

**3.46 Da condicionante nº 2.40 – Implementar o Subprograma de Monitoramento das Águas Subterrâneas seguindo as seguintes diretrizes:**

**Análise:** O Monitoramento de águas subterrâneas teve seu início desde a fase de implantação do empreendimento, sendo monitorado 14 (quatorze) pontos na UTE Porto do Itaqui. Em março de 2013 foi realizada a 11ª Campanha de monitoramento ambiental de águas subterrâneas.

A campanha de amostragem das águas subterrâneas contemplou 12 (doze) dos 14 (quatorze) poços de monitoramento existentes na área para a verificação do atual quadro ambiental da área. Os poços PM-04 e PM-13 não foram amostrados, pois tanto os poços rasos quanto os poços profundos encontravam-se secos. A amostragem foi realizada através da técnica de baixa vazão.

O relatório referente à 11ª campanha de Monitoramento da Água Subterrânea será apresentado no Anexo 27 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

- a) *Reavaliar o Estudo Potenciométrico da UTE, considerando, além dos poços já existentes, pontos de avaliação dentro da área industrial do empreendimento, cujas localizações sejam adequadas às instalações do empreendimento:*

**Análise:** Durante a 11ª Campanha de monitoramento ambiental das águas subterrâneas, foi realizado estudo potenciométrico visando avaliar a área de abrangência dos poços instalados as possíveis fontes poluidoras. O estudo potenciométrico consta no capítulo 4 do relatório da 11ª Campanha de monitoramento ambiental das águas subterrâneas que será apresentado no Anexo 27 deste Relatório de Cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Atendida.



- b) *Definir a localização dos poços de monitoramento das fontes de contaminação da área industrial do empreendimento, sendo que o posicionamento deverá estar à jusante das fontes de contaminações identificadas:*

**Análise:** Durante a 11ª Campanha de monitoramento ambiental das águas subterrâneas, foi realizado estudo potenciométrico visando avaliar a área de abrangência dos poços instalados as possíveis fontes poluidoras. A partir disso, pode-se verificar que os pontos de monitoramento atualmente instalados estão o mais próximo possível das fontes de contaminação.

**Situação:** Atendida.

- c) *Sem prejuízos às outras normativas pertinentes, instalar e operar os poços de monitoramento conforme as diretrizes das seguintes Normas Técnicas da ABNT: NBR 15492-1/2007 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulosos Parte 1: Projeto e construção; NBR 15492-2/2008 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento, e NBR 15847/2012 – Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento – Métodos de purga; e Resolução CONAMA nº 396/2008 – Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências:*

**Análise:** Os poços de monitoramento foram instalados conforme ABNT: NBR 15492-1/2007 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulosos Parte 1: Projeto e construção; NBR 15492-2/2008 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento.

Quanto a operação destes mesmos poços, a ENEVA vem cumprindo com todos os requisitos estabelecidos na legislações NBR 15847/2012 – Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento – Métodos de purga; e Resolução CONAMA nº 396/2008 – Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

**Situação:** Atendida.

- d) *Os resultados das auditorias previstas deverão compor o relatório do Programa, dando relevância as não conformidades técnicas e gerenciais identificadas e as ações corretivas e preventivas tomadas:*



**Análise:** A empresa está ciente da condicionante supracitada e se esforça em cumprir todas as condições impostas pelo IBAMA para manutenção de sua licença ambiental, sempre respeitando as normas ambientais e requisitos legais pertinentes.

**Situação:** Em cumprimento.

- e) *Reabilitar os poços PM-05 (A e B) e PM-13 (A e B), conforme orientações do oitavo relatório de monitoramento das águas subterrâneas apresentado pela CRA:*

**Análise:** Visando a manutenção da rede de monitoramento solicitada pelo IBAMA, sendo este objeto de cumprimento desta condicionante, foram reinstalados 03 (três) poços de monitoramento de água subterrânea (PM) para substituir os PM-05A, PM-11A e PM-11B que foram destruídos durante os trabalhos de obra civil. Relatório de evidência dos pontos reinstalados é apresentado no Anexo 27 deste relatório de cumprimento das condicionantes.

**Situação:** Atendida.

- f) *Seguir as demais recomendações de monitoramento das águas subterrâneas estabelecidas no Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/DILI/IBAMA:*

**Análise:** A empresa tem ciência das recomendações feitas no *Parecer Técnico nº 063/2012/COEND/CGENE/DILI/IBAMA* e vem implementando conforme possível, todas as recomendações constante em tal parecer.

**Situação:** Em cumprimento.

- 3.47 Da condicionante nº 2.41 – *Implementar o Programa de Monitoramento de Emissões Atmosféricas e Qualidade do Ar, em conformidade com as seguintes diretrizes:*

**Análise:** O Programa de monitoramento da qualidade do ar teve seu início na fase de instalação do empreendimento através dos monitoramentos referentes à fase de construção e deu continuidade a partir do monitoramento de emissões atmosféricas e qualidade do ar em virtude da operação da UTE Porto do Itaquí.

Os Relatórios referentes ao monitoramento da rede automática de qualidade do ar serão apresentados no Anexo 03 deste Relatório de cumprimento de Condicionantes.

**Situação:** Em cumprimento.

- a) *Apresentar, a cada 02 (dois) anos, atualização do estudo de modelagem de campo próximo (near field) que vise caracterizar as situações da saturação ou insaturação da bacia aérea de entorno (raio de 25 km com centro nas coordenadas das chaminés), em função das fontes fixas de emissão atmosférica instaladas e a serem instaladas, contemplando os seguintes poluentes atmosféricos: SO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub>, PM10 e HC. Considerar no modelo os padrões de qualidade do ar estabelecidos na Resolução CONAMA nº 03/90 como os limites máximos de saturação (níveis I e II), identificando os receptores; os mecanismos que governem os transportes nos sentido horizontal e vertical dos poluentes gasosos na atmosfera relevando os parâmetros para determinação das camadas de mistura e estabilidade, influencia das condições meteorológicas, climatológicas, antropogênicas, relevo e uso e ocupação do solo. Todos os dados utilizados deverão ser disponibilizados em arquivos eletrônicos compatíveis com os modelos USEPA/AERMOD:*

**Análise:** A empresa está ciente desta condicionante e apresentará a cada dois anos a atualização solicitada na letra a da condicionante nº 2.41 da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012. Até o momento da conclusão deste relatório a UTE Porto do Itaqui está finalizando o processo comercial para contratação de empresa para realização da atualização do estudo de modelagem de campo próximo (near field). O estudo será apresentado de acordo com a Instrução técnica nº 01/2011/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA encaminhada para UTE Porto do Itaqui através do ofício 02001.011309/2013-73 DILIC/IBAMA em 30 de setembro de 2013.

**Situação:** Em cumprimento.

- b) *Com base nos estudo de modelagem, propor, através de relatório conclusivo, a consolidação de um plano de monitoramento por tubos passivos e a proposição de uma rede de monitoramento atmosférico considerando estações instaladas na região e novas estações:*

**Análise:** A empresa está ciente desta condicionante. Até o momento da conclusão deste relatório a UTE Porto do Itaqui está finalizando o processo comercial para contratação de empresa para propor, através de relatório conclusivo, a consolidação de um plano de monitoramento por tubos passivos. O estudo será apresentado de

acordo com a Instrução técnica nº 01/2011/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA encaminhada para UTE Porto do Itaqui através do ofício 02001.011309/2013-73 DILIC/IBAMA em 30 de setembro de 2013.

**Situação:** Em cumprimento.

- c) *Propor estudo de modelagem fotoquímica para determinação das concentrações de ozônio na atmosfera da AID conforme modelos da USEPA/COMA ou CMax, por exemplo:*

**Análise:** A empresa está ciente desta condicionante e elaborará o estudo de modelagem fotoquímica solicitado na condicionante nº 2.41 da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012. Até o momento da conclusão deste relatório a UTE Porto do Itaqui está finalizando o processo comercial para contratação de empresa para propor, estudo de modelagem fotoquímica para determinação das concentrações de ozônio. O estudo será apresentado de acordo com a Instrução técnica nº 01/2011/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA encaminhada para UTE Porto do Itaqui através do ofício 02001.011309/2013-73 DILIC/IBAMA em 30 de setembro de 2013.

**Situação:** Em cumprimento.

- d) *Apresentar inventário das emissões fugitivas da UTE e Plano de Monitoramento pela adoção de um programa de detecção e reparo de vazamentos (LDAR):*

**Análise:** A empresa está ciente desta condicionante e apresentará o inventário de emissões fugitivas conforme solicitado na letra d da condicionante nº 2.41 da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012. Até o momento da conclusão deste relatório a UTE Porto do Itaqui está finalizando o processo comercial para contratação de empresa para elaboração do inventário das emissões fugitivas da UTE e Plano de Monitoramento pela adoção de um programa de detecção e reparo de vazamentos (LDAR). O inventário será apresentado de acordo com a Instrução técnica nº 01/2011/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA encaminhada para UTE Porto do Itaqui através do ofício 02001.011309/2013-73 DILIC/IBAMA em 30 de setembro de 2013.

**Situação:** Em cumprimento.

- e) *Os dados de monitoramento das emissões atmosféricas, qualidade do ar e condições meteorológicas gerados pelos Sistemas de Monitoramento Contínuo*

*da UTE deverão ser transmitidos para o IBAMA via Sistema de Informações Ambientais. Manter os sistema de monitoramento continuo calibrado com gases padrão e operacional:*

**Análise:** No 5º Relatório Semestral foi apresentada evidência da instalação e do funcionamento do SIA. Em vistoria realizada ainda na fase de instalação, a UTE Porto do Itaqui apresentou o sistema à equipe do IBAMA. O sistema SIA realiza o gerenciamento dos dados das 3 (três) estações automatizadas de qualidade do ar. Além disso, na fase de implantação da UTE foi utilizado como Banco de dados de alguns resultados de monitoramento.

Com a emissão da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012, foi solicitado à interligação dos dados provenientes dos monitores contínuos de emissão (CEMS – Continuous Emission monitoring system). Inicialmente, foi verificado que para a realização do sistema seria necessário à criação de plataforma com proteções (Firewall e malwares) visto que os dados seriam retirados direto do sistema supervisorio de operação da UTE Porto do Itaqui. Este fato foi apresentado ao IBAMA na reunião realizada na sede do instituto em 17/01/2013.

Em virtude de problemas técnicos no sistema de tratamento de gases a UTE Porto do Itaqui realizou em 03 de setembro de 2013 reunião na sede do IBAMA visando apresentar do plano de ação para ajustes do equipamento. Sendo apresentado também, estudo de modelagem atmosférica com o objetivo de avaliar a alteração da qualidade do ar, em virtude das emissões de SO2 devido ao problemas técnicos do equipamento.

Como resultado, foi alinhado com o IBAMA o envio mensal de relatórios de acordo a Instrução Técnica nº 01/2011/COEND/CGENE/DILIC/IBAMA. Adicionalmente, foram enviados relatórios mensais de monitoramento da qualidade do ar.

Em Outubro de 2013, foi concluída a configuração do software, sendo a partir de então concretizado o envio em tempo real dos dados da rede automática de qualidade do ar da UTE Porto do Itaqui.

Os Relatórios referentes ao monitoramento de emissões atmosféricas durante a fase de operação, proposta do estudo de dispersão atmosférica e estudo de modelagem para SOx serão apresentados no Anexo 03 deste Relatório de cumprimento de Condicionantes

**Situação:** Em cumprimento.

- f) *Amostragens isocinéticas deverão ser realizadas no primeiro mês de operação, semestralmente e na primeira operação após paradas da planta para manutenção geral:*

**Análise:** Durante o primeiro ano de emissão da Licença de Operação IBAMA nº 1.101/2012, foram realizadas campanhas de amostragem isocinética com o objetivo de avaliar os dados de processo e de desempenho dos equipamentos e sistemas. Em novembro, ainda na fase de comissionamento do sistema foi realizada campanha de monitoramento, cujo relatório é apresentado no Anexo 03 deste relatório de cumprimento de Condicionantes. Em atendimento a condicionante, foi realizado monitoramento em Março de 2013 representando o primeiro mês de operação e primeira campanha semestral. Contudo, os resultados do referido monitoramento não foram satisfatórios, face aos problemas técnicos encontrados no sistema de abatimento de SO<sub>2</sub>. O relatório preliminar desta campanha, encaminhado pela empresa prestadora é apresentado no Anexo 03 deste relatório de cumprimento de Condicionantes.

Até o momento da conclusão deste relatório a UTE Porto do Itaqui estava sendo finalizando o monitoramento referente ao 2º semestre e novamente a um mês de operação. Este relatório será apresentado a este instituto em anexo ao relatório de monitoramento de emissões de Dezembro/2013.

**Situação:** Em cumprimento.

- g) *Ficam estabelecidos os seguintes Limites Máximos de Emissão:*

- *Material Particulado (MP): não poderá exceder a concentração de 50,0 mg/Nm<sup>3</sup> (cinquenta miligramas por normal metro cúbico), em base seca, corrigido para 6% de oxigênio;*
- *Óxidos de Nitrogênio (NO<sub>x</sub>): não poderá exceder a concentração de 510,0 mg/Nm<sup>3</sup> (quinhentos e dez miligramas por normal metro cúbico), em base seca, corrigido para 6% de oxigênio ;*
- *Dióxido de Enxofre (SO<sub>2</sub>): não poderá exceder à concentração de 400,00 mg/Nm<sup>3</sup> (quatrocentos miligramas por normal metro cúbico), em base seca, corrigido para 6% de oxigênio;*

**Análise:** A empresa tem ciência deste item da condicionante e tem realizado seu monitoramento conforme solicitado pelo IBAMA.

**Situação:** Em cumprimento.

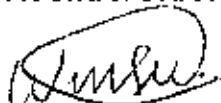


**3.48** Da condicionante nº 2.42 – *Apresentar, no prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, proposta de Termo de Referência para desenvolvimento de Sistema de Informações de Georreferenciamento Ambiental – SIGA, que contemple os Programas Ambientais da Fase de Operação da UTE:*

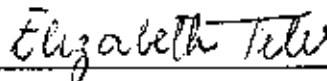
**Análise:** Foi protocolado aos dias 09 de Julho de 2013 o Ofício MPX/ITAQUI/DP/024/13, conforme protocolo do IBAMA nº 02001.012552/2013-17, encaminhando a proposta simplificada de Termo de Referência para desenvolvimento do SIGA contemplando os Programas Ambientais da fase de Operação da UTE PORTO DO ITAQUI. Para efeito de cumprimento desta condicionante, a UTE Porto do Itaqui encontra se em contratação com prazo previsto para Dezembro/2013 de empresa especializada para elaboração e execução de Termo de Referência para desenvolvimento de Sistema de Informações de Georreferenciamento Ambiental – SIGA para a fase de operação.

**Situação:** Em cumprimento.

#### 4. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO



Wesley Magalhães  
Colaborador Técnico



Elizabeth Teles  
Colaboradora Técnica



**eneva**

# **ANEXO 01**

# Panorama político

Ilmar Franco

## Campo de batalha

Esquema a briga pela sucessão de Wilton Flloriano na presidência do PTB. O Tijuco tem candidato o deputado Gilv Assis (ES), fechado com o ex-deputado estadual Campos Machado (SP), candidato interno. Além o senador Antônio Manoel (PS), que pode alistar as parcas do partido para o governador Eduardo Campos (PSB).

## A cáia-justa dos royalties

A despeito das declarações da presidente Dilma sobre a manutenção das regras para a exploração do petróleo (B-licença), há dúvida no PTB sobre a que fazer com a Lei dos Royalties aprovada pelo Congresso. A experiência do processo de votação do novo Código Tributário não é considerada positiva. A presidente viu em algumas vezes artigos incluídos no código e aprovados pelos deputados. Sua atuação acabou desagrando e sendo alvo de críticas dos ruralistas e também dos ambientalistas. Há um temor de que a questão se repita agora. O Pito e o Espírito Santo têm votos, mas os outros estados também. O mais comum seria seguir pelo STJ.

## "O Lula planejou este encontro com o presidente Dilma para sinalizar aos aliados que o PT e o PMDB estão mais fechados do que nunca"

Reinaldo Oliveira, Senador (PMDB-CE) e ex-vice de Cezar

## O anticandidato

Os adeptos do candidatura de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) à presidência do Senado avultam que detém 20 votos. O presidente do conselho do grupo é chegar nos 27. Na eleição anterior, Raulo de Figueiredo (PSD-AP) teve nove votos.

## Palavra empenhada

O presidente da Câmara, Marco Maia (PMDB-RJ), promete ao líder do PDR, Henrique Alves (DEM), candidato ao succeeder no cargo, que ambas viajarão juntas, em quatro para reuniões com as bancadas regionais dos dez estados com maior número de deputados. Eles devem partir em novembro. Mas o acordo PT-PMDB, faz questão de cumprá-lo.



## O jetinho

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), corrigiu ontem em Brasília a nome da Lei dos Royalties aprovada pelo Congresso. A soma dos percentuais dava 101%. Sarney fez uma correção de pontuação, corrigindo para 100%.

## Trabalhismo em ebulição

Sob os auspícios para a eleição da presidência do PTB, Carlos Araújo, que está na China, afirmou: "Não é difícil melhorar o comando do partido. Um erro não cometido. É só formar um núcleo e ganhar no voto". Ele faz ironia de seus opositores, dizendo que "um partido político não é uma captação hereditária". Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "é a evidência de um acerto".

## Preparando a campanha

O chefe de gabinete do ministro Gleisi Hoffmann, Carlos Galvão, de férias em Chicago, retornou ao Paraná para organizar a campanha de Gleisi no governador. Seu substituto, Leonor Dall'Agnol, atua no Ministério das Comunicações.

## Os amigos do vice Michel Temer

Na divulgação do livro do filólogo Guimarães, o nome do Deputado Constituinte, o deputado Helder Padilha (PMDB-MS) pronunciou "O PMDB tem que ter candidato à Presidência". O ministro Marcos Ferraz não mudou: "Podará tem 2012".

## DUAS TÁTICAS. Na Câmara, o PMDB quer fechar já a sucessão na presidência da Casa. No Senado, o partido quer arguir o processo de distribuição.

Dem Stávoe Iglesi, sucessão e correspondentes  
www.estado.com.br

# Equipes de transição de Edivaldo Júnior e Castelo terão encontros semanais

Antônio José Costa Brito, presidente da comissão do prefeito João Castelo, disse que a determinação do atual gestor é de fornecer todas as informações solicitadas

Reinaldo Costa  
De editoria de Política

As comissões de transição montadas pelo prefeito Edivaldo Júnior (PTC) e João Castelo (PSDB) realizarão encontros semanais e terão o objetivo de discutir a gestão da administração, a partir da próxima semana. Foi o que ficou decidido em reunião, durante o primeiro encontro realizado entre as partes, no Palácio da Nevoeiro, sede da administração de Edivaldo Júnior, que foi realizada pela continuidade.

O presidente da comissão do Castelo, Antônio José Costa Brito, acompanhado de José Carlos Pinheiro, coordenador de assuntos jurídicos, e Roberto Rocha (PSB), que por sua vez levou para o encontro alguns membros do seu comitê, o subprocurador chefe da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ivair José Costa Camargo, e o advogado Unildo de Almeida Silva.

Três horas de discussões, com o objetivo de discutir a continuidade da gestão, foram realizadas sobre a atual situação do município e a disposição de manter uma reunião semanal a partir de 31 de dezembro, quando Edivaldo Júnior se aposentará. José Brito disse que a intenção do prefeito Castelo é manter a gestão de Edivaldo Júnior até o fim do mandato.



Antônio José Costa Brito em reunião com Roberto Rocha, sob os olhos dos demais membros da comissão

dos debates administrativos e financeiros em andamento. Rocha coordenou o primeiro encontro com o advogado Unildo de Almeida Silva e o subprocurador chefe da UFMA, Ivair José Costa Camargo, e o advogado Unildo de Almeida Silva. Rocha disse que o objetivo é discutir a continuidade da gestão, a partir da próxima semana. Foi o que ficou decidido em reunião, durante o primeiro encontro realizado entre as partes, no Palácio da Nevoeiro, sede da administração de Edivaldo Júnior, que foi realizada pela continuidade.

José Brito afirmou que o objetivo de sua comissão é colaborar com o prefeito João Castelo e o prefeito Edivaldo Júnior, fornecendo todas as informações solicitadas. "É uma fase de transição, com o objetivo de garantir a continuidade da gestão, a partir da próxima semana. Foi o que ficou decidido em reunião, durante o primeiro encontro realizado entre as partes, no Palácio da Nevoeiro, sede da administração de Edivaldo Júnior, que foi realizada pela continuidade.

## Mais

Durante a reunião que abriu o diálogo institucional entre a comissão de transição do prefeito João Castelo e a comissão de transição do prefeito Edivaldo Júnior, foram realizadas reuniões semanais entre as partes. O local para os próximos encontros ainda não foi definido. Os debates, segundo relatos, José Brito, devem ser realizados por sessões. "A ideia é que os encontros sejam realizados por sessões, com o objetivo de garantir a continuidade da gestão, a partir da próxima semana. Foi o que ficou decidido em reunião, durante o primeiro encontro realizado entre as partes, no Palácio da Nevoeiro, sede da administração de Edivaldo Júnior, que foi realizada pela continuidade.

# Edivaldo Júnior não justifica ausência em votação de royalties

Prefeito eleito, que estava em Brasília, mas não apareceu na Câmara

Gilberto Leda  
Da editoria de Política

O prefeito eleito de São Luís, Edivaldo Júnior, não compareceu à votação da Lei dos Royalties na Câmara Municipal de São Luís.

O prefeito eleito de São Luís, Edivaldo Júnior, não compareceu à votação da Lei dos Royalties na Câmara Municipal de São Luís. O prefeito eleito de São Luís, Edivaldo Júnior, não compareceu à votação da Lei dos Royalties na Câmara Municipal de São Luís.

Em Brasília, Edivaldo Júnior participou de reuniões com membros do PTB e do PMDB. O prefeito eleito de São Luís, Edivaldo Júnior, não compareceu à votação da Lei dos Royalties na Câmara Municipal de São Luís.

O prefeito eleito de São Luís, Edivaldo Júnior, não compareceu à votação da Lei dos Royalties na Câmara Municipal de São Luís. O prefeito eleito de São Luís, Edivaldo Júnior, não compareceu à votação da Lei dos Royalties na Câmara Municipal de São Luís.

## COM O LULA NÃO SE ENTRA EM CONTO

BRASÍLIA, 8 de novembro de 2012 (EBC) - O presidente do PTB, Carlos Araújo, afirmou nesta quinta-feira (8) que não se entra em conta com o ex-presidente Lula quando se trata de discutir a sucessão presidencial. Araújo disse que o PTB não quer discutir a sucessão com o ex-presidente Lula, mas sim com o atual presidente Dilma Rousseff. Araújo afirmou que o PTB não quer discutir a sucessão com o ex-presidente Lula, mas sim com o atual presidente Dilma Rousseff. Araújo afirmou que o PTB não quer discutir a sucessão com o ex-presidente Lula, mas sim com o atual presidente Dilma Rousseff.

## UTE PORTO DO ITAUN DEPARA COM ENERGIA S.A. RECALIBRAMENTO DE LICENÇA

UTE PORTO DO ITAUN DEPARA COM ENERGIA S.A. RECALIBRAMENTO DE LICENÇA. UTE PORTO DO ITAUN DEPARA COM ENERGIA S.A. RECALIBRAMENTO DE LICENÇA. UTE PORTO DO ITAUN DEPARA COM ENERGIA S.A. RECALIBRAMENTO DE LICENÇA.

CAIXA - Agência de Fomento - BRASIL - 1505 ANOS DE EXISTÊNCIA

Fale com OESTADO - Central de Atendimento (98) 3215.5055



## COMUNICAÇÃO

### MARIDETE COELHO LIMA

Torna público que requereu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Licença de Operação - LO, para atividade de extração de areia, conforme Processo nº 4403/2012, localizado no Endereço: Rua Beira Rio, nº. 1 - Beira Rio - Brejo - MA - CEP: 65.520-000.

### PEDRO ROCILIA LIMA - ME CNPJ Nº 02.813.838/0001-20

Torna público que requereu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Licença de Operação (LO), conforme Processo nº 2500/2012, para atividade de serraria com desdobramento de madeira. Localizada na Rodovia BR 222 s/n - Km 165 - Bairro Baixão no Município de Buriticupu - MA

### MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. CNPJ Nº 08.343.492/0001-20

Torna público, que recebeu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, de São José de Ribamar, Licença Prévia para construção do condomínio dunas do sol, Proc. nº 452/2012, localizado na Estrada da Maioba, Loteamento Sitio Saramanta, Quadra: A - São José de Ribamar - MA.

### KELLE ALLAN BRANDÃO DE OLICEIRA CNPJ Nº 04.356.001/0001-24

Torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMAM, a renovação da Licença de Operação, para a atividade de limpeza e esgotamento de fossa séptica, locação de equipamento e vácuo para prevenção e correção de acidentes ambientais, localizado na Rua 16 de Julho Nº 399-A, São Cristóvão, São Luís - MA.

### MADECAV CARVOARIA SERRARIA LTDA CNPJ Nº 12.802.556/0001-80

Torna público que recebeu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA, renovação da Licença de Operação e conforme Processo de nº2908/2012, localizado na BR 222 s/n Km 156 Bairro Sagrima na Cidade de Buriticupu -MA.

### UTE PORTO DO ITAQUI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Torna público que recebeu do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação nº 1.101/2012, válida até 26 de outubro de 2017, referente à usina termelétrica porto de itaqui, movida a carvão mineral, com capacidade nominal de geração de energia de 360MW, localizada na Avenida dos Portugueses, s/n, Mod. G BR 135, Distrito Industrial de São Luís, Maranhão, conforme informações constantes do Processo Administrativo nº 02001.002362/08-16.

### COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO COMPANHIA ABERTA Nº 01660-8 CNPJ/MF Nº 06.272.793/0001-84 NIRE Nº 21300006869

Torna público, que recebeu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais- SEMA, a Licença de Instalação - LI, para o projeto e construção de linha de distribuição na tensão de 69 KV - São Bernardo/Barro Duro conforme Processo 1725/2011 localizada nos Municípios de Magalhães de Almeida, Araiozes, Água Doce do Maranhão e Tutóia.

### PORTOS EMPREENDIMENTOS LTDA CNPJ Nº 73.787.483 / 0001-90

Torna público que recebeu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, em 06.11.2012, a Licença de Instalação conforme Processo nº 2.784/12 para um Comércio varejista de combustíveis e lubrificantes localizada na Rodovia BR 135, Km 02 - Pedrinhas/Itaqui, no Município de São Luís - MA.

### GEORADAR LEVANTAMENTOS GEOFÍSICOS S.A CNPJ Nº 03.087.282 / 0001-02

Torna público que requereu junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, em 05.11.2012, a Licença Prévia conforme Processo nº 5.057/12 para um Levantamento de dados sísmicos nos municípios dos Blocos PN-T-46, PN-T-47 e PN-T-65 localizada nos Municípios de Alto Alegre do Pindaré, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim, Buriticupu, Santa Luzia, Altamira do Maranhão, Brejo de Areia, Paulo Ramos, Arame, Lagoa Grande do Maranhão, Itaipava do Grajaú e Marajá do Sena - MA.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS-MA

Torna público que requereu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a outorga de água superficial (açude), conforme Processo nº 5048/2012, localizadas na Zona Rural do Município de Colinas - MA

### ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO POVOADO OLHO D'ÁGUA CNPJ Nº 00.836.995/0001-14

Torna público que requereu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a outorga de água superficial (açude), conforme Processo nº 5047/2012, localizadas na Zona Rural do Município de Paraibano - MA

### SERGIO MARCOS SANTOS DE ASSIS CPF Nº 402.131.533 -00

Torna público que recebeu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Açailândia-MA -SEMA, a Licença de Instalação - LI Nº 012/2012 para a atividade: Extração de argila, no seguinte Endereço: BR 222, Km 72, Povoado Novo Bacabal entrando 04 Km adentro - Açailândia-MA. Expedida em 10 de outubro de 2012 e com Validade: 01 (um) ano vencendo em 10 de outubro de 2013.

### BELA TELHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO PRODUTOS CERÂMICOS LTDA CNPJ Nº 14.789.464/0001-33

Torna público que recebeu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Açailândia-MA- SEMA, a Licença de Instalação - LI- nº- 011/2012 para a atividade: fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso e construção, exceto azulejos e pisos. Expedida em 10 de outubro de 2012 e com Validade: 01(um) ano vencendo em 10 de outubro de 2013. Situada a BR222 Km 74 - Povoado Novo Bacabal - Açailândia - MA.

### NERCI ANTONIO TONTINE CPF Nº 190.411.280-34

Torna público que requereu junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, a Licença de Operação para a atividade de regularização de área para fins agrícola, conforme Processo nº 4557/2011, a ser localizado na Fazenda Modelo 1, área de 581,2415 ha, no Município de Balsas - MA.

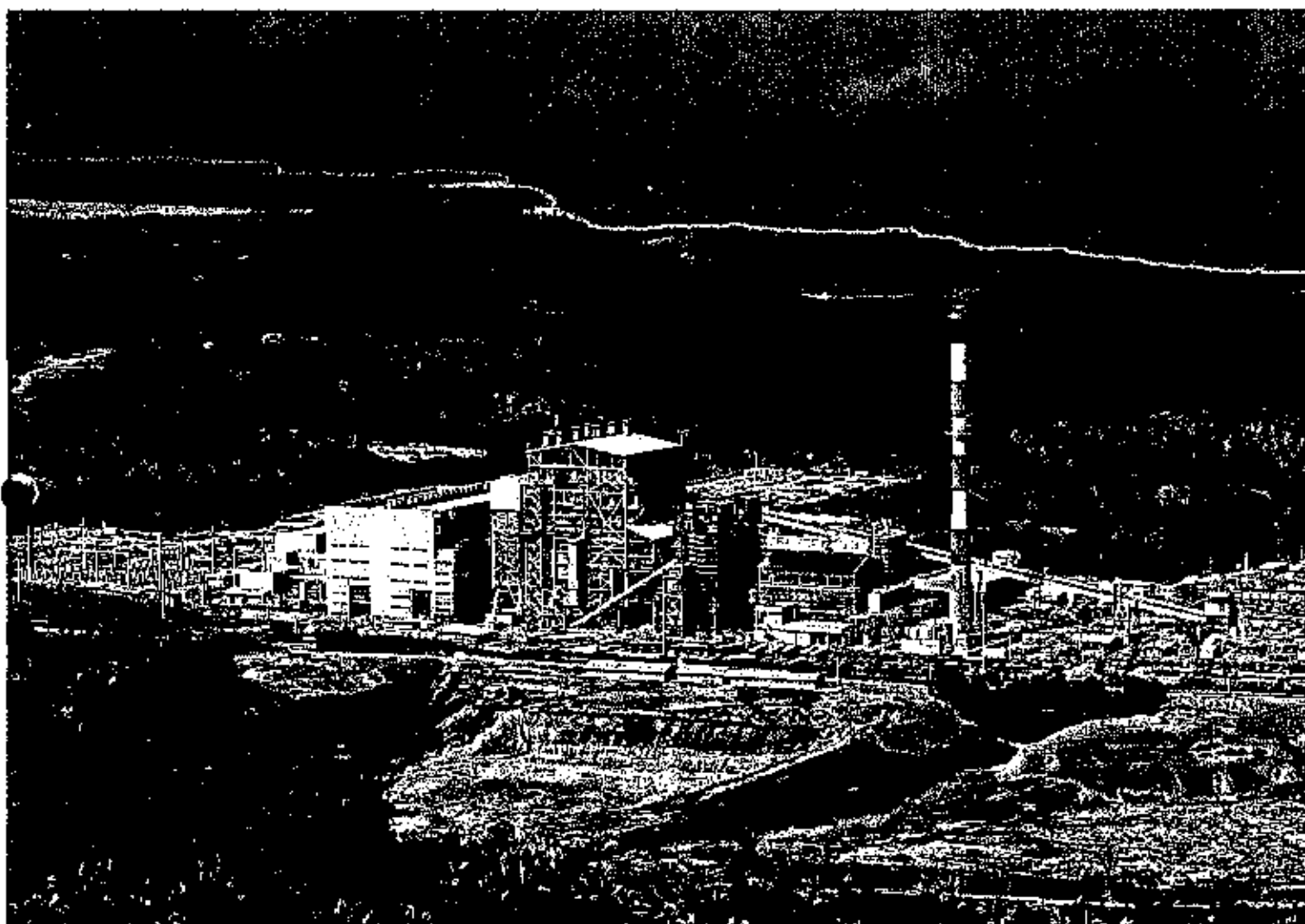


# **ANEXO 02**

# Programa Básico Ambiental Meio Socioeconômico

UTE Itaqui

Fase de Operação



## Índice

1. Apresentação.....	4
2. Atendimento às Condicionantes para a Fase de Operação .....	6
3. Programas.....	9
3.1. Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas .....	9
3.1.1. Introdução e Justificativas .....	9
3.1.2. Objetivos .....	10
3.1.3. Metas .....	10
3.1.4. Indicadores .....	11
3.1.5. Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos	12
3.1.6. Quadro Síntese .....	15
3.1.7. Público de Interesse .....	17
3.1.8. Metodologia .....	17
3.1.9. Recursos Humanos.....	19
3.1.10. Cronograma .....	19
3.2. Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde .....	20
3.2.1. Introdução e Justificativas .....	20
3.2.2. Objetivos .....	20
3.2.3. Metas.....	21
3.2.4. Indicadores.....	21
3.2.5. Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos	22

---

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaqui

3.2.6.	Quadro Síntese .....	24
3.2.7.	Público de Interesse.....	25
3.2.8.	Metodologia.....	25
3.2.9.	Recursos Humanos.....	26
3.2.10.	Cronograma.....	26
3.3	Programa de Educação Ambiental.....	27
3.3.1	Introdução e Justificativas.....	27
3.3.2	Projeto do Pólo Agrícola.....	27
3.3.3	Projeto Vila Nova Canaã.....	36
3.3.3.1	Objetivos .....	37
3.3.3.1.1	Objetivo Geral.....	37
3.3.3.1.2	Objetivos Específicos .....	37
3.3.3.8	Recursos Humanos.....	41
3.3.3.9	Cronograma.....	42
3.3.4.8	Recursos Humanos.....	46
3.3.4.9	Cronograma.....	46
3.3.5.1	Objetivos .....	48
3.3.5.2	Metas.....	48
3.3.5.3	Indicadores.....	48
3.3.5.4	Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos	49
3.3.5.5	Quadro Síntese.....	50
3.3.5.6	Público de Interesse.....	51



---

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaqui

3.3.5.7	Metodologia.....	51
3.3.5.8	Recursos Humanos.....	51
3.3.5.9	Cronograma.....	51
3.3.6.3	Metas.....	54
3.3.6.4	Indicadores.....	54
3.3.6.7	Quadro Síntese.....	55
3.3.6.8	Metodologia.....	56
3.3.6.10	Cronograma.....	56
	Referências Bibliográficas.....	57

## 1. Apresentação

O Programa Básico Ambiental (PBA) que se apresenta vem a atender às condicionantes das Licenças de Operação (LO) nº 1.101/2012, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), respectivamente para a Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí e para a Linha de Transmissão (LT) 230kV UTE – Subestação São Luís II.

Tais condicionantes advêm da avaliação do órgão ambiental frente às ações executadas na fase de instalação dos empreendimentos no âmbito do PBA referente à Licença de Instalação (LI) nº 601/2009. A análise do IBAMA apontou, por meio do Parecer Técnico nº 063/2012, para a continuidade ou complementação das ações previstas pelos programas socioambientais.

Neste PBA serão apresentadas as atividades previstas pelos programas de meio socioeconômico e seus subprogramas para a etapa de operação dos empreendimentos, a saber:

- Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas;
- Programa de Educação Ambiental; e
- Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde.

O Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas visa, em um aspecto geral, manter canais de informação e diálogo estabelecidos, difundir informações qualificadas sobre os empreendimentos, prestar apoio aos demais programas ambientais e garantir a transparência das suas ações.

O Programa de Educação Ambiental intenciona oportunizar a reflexão crítica sobre meio ambiente, qualidade de vida e sustentabilidade. Para isso, são previstas a realização de diferentes ações e estratégias junto aos públicos atendidos visando à participação cidadã, autonomia e emancipação social.

O Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde tem como prioridade oferecer condições para que todos os públicos atendidos possam estar bem informados a respeito da prevenção de doenças, o combate a vetores endêmicos, e ainda manter um

---

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaqui

processo de análise da evolução do quadro da saúde nas localidades atendidas e das possíveis relações com a operação da UTE.

## 2 .Atendimento às Condicionantes para a Fase de Operação

Os programas apresentados neste PBA foram elaborados em atendimento às condicionantes das Licenças de Operação nº 1101/2012 do IBAMA. As Tabelas 2-1 , apresentada a seguir, apontam as condicionantes.

Destaca-se que todas as ações previstas para atendimento das condicionantes foram subsidiadas por ações de planejamento, que se encontram descritas ao longo dos programas neste documento.

**Tabela 0-1 - Itens de Atendimento às Condicionantes da LO Nº 1101/2012**

<b>Condicionantes do IBAMA</b>
2.6 Dar continuidade aos Programas Ambientais do Meio Socioeconômico: a) Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas b) Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde c) Programa de Educação Ambiental Socioeconômico.
2.8 Coordenar as ações dos programas - concepção, planejamento, implementação, acompanhamento, avaliação e devolução, apresentando ao IBAMA relatórios anuais de suas atividades aos quais deverá ser dado publicidade.
2.9. Reapresentar ao IBAMA, em 90 dias, a concepção de cada um desses PBAs definindo seu escopo, os sujeitos das ações, o Objetivo Geral, desdobrado em Objetivos Específicos, com ações/atividades para consecução de cada um dos objetivos específicos, a metodologia para execução dessas ações/atividades programadas, o cronograma de execução das ações/atividades, as metas a serem alcançadas, as estratégias de execução, Indicadores de avaliação dos resultados e estratégias de devolução às comunidades interessadas.
2.10 Realizar reuniões de planejamento permanentes relativas aos Programas de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas, de Controle e Monitoramento de Condições de Saúde e de Educação Ambiental, buscando avaliar permanentemente as interfaces entre eles.
2.11 Criar instrumentos de avaliação periódica que permitam aferir os resultados dos Programas junto aos diferentes grupos sociais, avaliando sua eficácia

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaqui

Condicionantes do IBAMA
2.12 Realizar a cada ano, seminários de devolução das ações dos PBAs da Socioeconomia, compartilhando com os sujeitos das ações de cada programa a avaliação de seus resultados, assim como proposições de mudanças e avanços. O Seminário deverá ser organizado em conjunto com o IBAMA, e a MPX deverá dar publicidade aos resultados, nos moldes da publicação do 3º Seminário, e cuidar do seu histórico e documentação.
2.13 A MPX deverá continuar a dar suporte técnico e financeiro às ações/atividades do Projeto do Polo Agrícola, assim como à Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã.
2.14 Implementar o Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas, de acordo com as seguintes diretrizes:
2.15 Conceber estratégias de aporte às ações/atividades dos Programas de Educação Ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde
2.16 Dar suporte à concepção, formatação, planejamento e formas de execução das ações (programação, calendário, promoções, festas e festejos etc.) da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã em seu processo de expansão; e a) Estabelecer estratégias de avaliação das ações dos PBAs divulgando e disponibilizando informações ao público sobre o empreendimento e ações decorrentes de seu processo de licenciamento.
2.17 a) ações a serem previstas com as famílias de Camba dos Frades, da Vila Nova Canaã, com moradores ao longo da faixa de servidão da LT e dos três bairros da AID;
2.17 b) com os ACS, incluindo os Agentes do Posto de saúde da Vila Nova Canaã; oficinas relativas ao programa Vigiar: o AR, as ÁGUAS e o SOLO;
2.17 c) com as Secretarias de Saúde dos municípios da AII, bem como com os Conselhos Municipais, referentes aos convênios, incorporando novos dados de monitoramento das ÁGUAS e do SOLO, às estratégias de implementação do Programa Vigiar.
2.18 a) Fortalecer a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola Nova Canaã, possibilitando e facilitando seu papel frente ao desafio de liderar o processo de autonomia e emancipação do processo de produção, escoamento e comercialização
2.18 b) Incentivar a participação ativa fortalecendo o sentido de pertencimento e de atitudes proativas das pessoas e dos grupos familiares do polo Agrícola incorporando às práticas a busca do entender e do saber/fazer
2.18 c) Proporcionar e incentivar a capacitação e a formação técnica dos grupos familiares do polo Agrícola buscando incorporar os jovens no processo produtivo buscando refletir no presente a perspectiva do futuro

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí

<b>Condicionantes do IBAMA</b>
2.18 d) Possibilitar que os grupos familiares se auto-retratam como forma de memória e documentação, buscando o sentido de coletividade, inclusive como forma de marketing do Polo Agrícola em torno de sua marca
2.18 e) Envolver a Universidade, a Escola, a Associação dos Moradores da Vila Nova Canaã e a Associação dos Agricultores/Agricultoras do Polo Agrícola na criação de um espaço de formação e capacitação de jovens e adultos
2.18 f) Constituir estratégias que permitam a incorporação paulatina dos custos orçamentários, inclusive da manutenção das atividades do Polo Agrícola, orientando e dando suporte à Associação dos Agricultores/Agricultoras nas etapas de concepção e implementação das ações/atividades previstas nas estratégias concebidas
2.18 g) Trabalhar em conjunto - dando aporte teórico/metodológico e didático/pedagógico - com o Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde a concepção e estratégias de implementação de suas ações/atividades junto aos diferentes públicos
2.19 Atender o disposto na Instrução Normativa do IBAMA nº 02/2012, no que se refere a qualquer divulgação ou publicações de ações da MPX Porto de Itaquí decorrente do processo de licenciamento ambiental.

### 3. Programas

#### 3.1. Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas

##### 3.1.1. Introdução e Justificativas

O Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas integra o conjunto dos programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí e da Linha de Transmissão (LT) 230 kV UTE-Subestação São Luís II para a etapa de operação dos empreendimentos.

Todas as atividades aqui propostas visam atender às condicionantes das Licenças de Operação nº 1101/2012 (UTE Itaquí), expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como parte do processo de licenciamento ambiental.

As diretrizes adotadas por este programa visam dar continuidade às atividades implantadas e desenvolvidas na fase de instalação da UTE e da LT, no período de 2008 a 2012, adequando-as ao novo contexto dos empreendimentos: a etapa de operação.

Durante a fase de instalação as ações do programa foram intensas e abrangentes, tendo em vista o grau de interferência da etapa de obras sobre a rotina da população e a intensidade das demandas por informações no contexto de inserção de novos empreendimentos. Ao final dessa etapa, as informações de base sobre o empreendimento e suas etapas foram amplamente disseminadas, os canais de comunicação implantados, e o relacionamento com as partes interessadas estabelecido.

Para elaborar este programa para a nova fase, considerou-se a base documental produzida durante a fase de instalação, como os relatórios periódicos de atividades do programa durante a fase de instalação, os resultados das pesquisas de percepção e do seminário de devolução dos PBAs, bem como as estratégias operacionais definidas. Foi possível avaliar que os canais de informação e diálogo implantados na fase de instalação devem ser mantidos disponíveis.

Esse novo programa possibilitará que os públicos de interesse sejam mantidos informados sobre o empreendimento e sua operação, com acesso a canais adequados para esclarecer suas

---

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaqui

dúvidas. O programa fornece também instrumentos de avaliação periódicas que auxiliarão ao empreendedor na realização de ajustes das ações sempre que necessário, bem como empresata ferramentas de multimídia às ações/atividades dos demais Programas de Saúde e de Educação, fortalecendo a eficiência e eficácia daquelas ações.

### **3.1.2. Objetivos**

#### **3.1.2.1. Objetivo Geral**

- Implementar o Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas, dando aporte às ações/atividades aos demais Programas Socioambientais de Saúde e de Educação.

#### **3.1.2.2. Objetivos Específicos**

- a) Conceber estratégias de aporte às ações/atividades dos Programas de Educação Ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde;
- b) Dar suporte à concepção, formatação, planejamento e formas de execução das ações (programação, calendário, promoções, festas e festejos etc.) da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã em seu processo de expansão;
- c) Realizar, a cada ano, o Seminário de Devolução das Ações dos PBAs, cuidando do seu histórico, sua documentação, divulgação e publicações de devolução;
- d) Estabelecer estratégias de avaliação do escopo dos PBAs divulgando e disponibilizando informações ao público sobre o empreendimento e ações decorrentes do processo de licenciamento.

### **3.1.3. Metas**



---

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaqui

- Elaborar estratégias de comunicação que deem aporte às ações dos Programas de Educação Ambiental e Controle e Monitoramento das Condições de Saúde, otimizando as ações dos mesmos;
- Realizar anualmente campanhas informativas, alinhadas com os Programas de Educação ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde;
- Desenvolver um plano de revitalização da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã, prestando consultoria técnica à comunidade ao longo de seis meses;
- Realizar Seminário de Devolução das Ações dos PBAs anual;
- Publicar livro com resultados do seminário, após a realização deste;
- Dar tratamento a 100% das demandas do sistema de ouvidoria (telefone, digital e caixas);
- Realizar pesquisas de opinião em 100% dos eventos e visitas realizados pela UTE.
- Padronizar 100% dos materiais previstos pelos Programas Ambientais em conformidade com a identidade visual da empresa e da Instrução Normativa nº 02/2012 do IBAMA;
- Disponibilizar agenda de visitas à UTE Porto do Itaqui;
- Orientar 100% da diretoria da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Hortcanaã, para a padronização dos materiais impressos por eles produzidos;
- Desenvolver uma pesquisa de percepção por biênio;
- Promover reuniões trimestrais de acompanhamento, avaliação e planejamento das ações implementadas pelos programas de meio socioeconômico para a fase de operação, entre as áreas Sociais e Comunicação (interface);
- Elaborar Relatórios semestrais de atividades; e
- Elaborar Relatórios anuais consolidados.

#### **3.1.4. Indicadores**

- Números de campanhas e eventos informativos realizados;
- Números de materiais elaborados no âmbito dos programas ambientais;
- Números de demandas recebidas/atendidas no sistema de ouvidoria;
- Números de partes interessadas envolvidas;

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí

- Percentual de satisfação dos públicos nos eventos/ações, aferido através de pesquisa de opinião aplicada;
- Resultados da Pesquisa de Percepção;
- Relatórios semestrais; e
- Relatórios anuais.

**3.1.5. Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos**

**a) Conceber estratégias de aporte às ações/atividades dos Programas de Educação Ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde.**

.a1) Levantar junto às equipes dos Programas de Educação e de Saúde o conjunto das ações/atividades que vão demandar suporte técnico na elaboração, formatação e diagramação de seus instrumentos de comunicação junto ao seu público;

.a2) Conceber, elaborar e apresentar às equipes dos Programas de Educação e de Saúde os layouts gráficos dos produtos demandados;

.a3) Sugerir alternativas que possam dinamizar as ações/atividades dos Programas de Educação e de Saúde, melhorando as formas de se relacionar e comunicar com os sujeitos dessas ações;

.a4) Classificar, organizar e manter o acervo dos instrumentos de comunicação das ações/atividades dos PBAs, disponibilizando-os sempre que demandado.

**b) Dar suporte à concepção, formatação, planejamento e formas de execução das ações (programação, calendário, promoções, festas e festejos etc.) da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã em seu processo de expansão (Condicionante 2.10).**

.b1) Articular com a equipe do Programa de Educação Ambiental, discutindo no âmbito do Projeto da Rádio Comunitária, e com a equipe responsável pelo projeto, as concepções de suas ações;

.b2) Conceber, formular e apresentar, para cada uma das ações do projeto, suas estratégias de comunicação e exposição das idéias, planejando em conjunto e acompanhando a sua execução;

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí

.b3) Acompanhar a dinâmica de desenvolvimento do Projeto, avaliando, sugerindo e apoiando o processo, possibilitando formas alternativas e mais eficazes para a comunicação com os grupos associados ao Projeto.

c) Realizar a cada ano, nos termos da **Condicionante 2.8<sup>1</sup>**, o Seminário de Devolução das Ações dos PBAs, cuidando do seu histórico, sua documentação, divulgação e publicações de devolução.

.c1) Organizar o acervo documental dos seminários, cuidando da guarda e disponibilização das informações, para atendimento em caso de demanda;

.c2) Planejar, em conjunto com o IBAMA, a pauta de organização, realização e documentação do seminário, que será realizado a cada ano;

.c3) Realizar, nos termos do planejamento, o seminário anual cuidando dos procedimentos adequados para a sua consecução, inclusive de sua documentação e avaliação;

.c4) Preparar o relatório do evento e cuidar da publicação do mesmo, no sentido de sua devolução ao público interessado.

d) Estabelecer estratégias de avaliação do escopo dos PBAs divulgando e disponibilizando informações ao público sobre o empreendimento e ações decorrentes do processo de licenciamento.

.d1) Formular, acompanhar e avaliar, a cada trimestre, o cumprimento dos cronogramas das ações/atividades e das metas, dos PBAs da Socioeconomia, mantendo o controle da realização das mesmas;

.d2) Realizar reuniões a cada trimestre, com as equipes dos PBAs, cuidando das providências quanto ao não cumprimento dos cronogramas comprometidos;

.d3) Realizar a cada ano, avaliação das ações dos PBAs, junto ao público sujeito de suas ações, explicitando suas realizações e pendências;

---

1 - Realizar a cada ano, seminários de devolução das ações dos PBAs da Socioeconomia, compartilhando com os sujeitos das ações de cada programa a avaliação de seus resultados com proposições de mudanças e avanços. O Seminário deverá ser organizado em conjunto com o IBAMA, e a MPX deverá dar publicidade aos resultados, nos moldes da publicação do 3º Seminário.

---

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaqui

Usina Termoeleétrica (UTE) Porto do Itaqui

3.1.6. Quadro Síntese

Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<p>Conceber estratégias de aporte às ações/atvidades dos Programas de Educação Ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde;</p> <p>Dar suporte à concepção, formação, planejamento e formas de execução das ações (programação, calendário, promoções, festas e festejos etc.) da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã em seu processo de expansão;</p> <p>Realizar, a cada ano, o Seminário de Devolução das Ações dos PBAs, cuidando do seu histórico, sua documentação, divulgação e publicações de devolução;</p> <p>Estabelecer estratégias de avaliação do escopo dos PBAs divulgando e disponibilizando informações ao público sobre o empreendimento e ações decorrentes do processo de licenciamento.</p>	<p>Elaborar estratégias de comunicação que deem aporte às ações dos Programas de Educação Ambiental e Controle e Monitoramento das Condições de Saúde, otimizando as ações dos mesmos;</p> <p>Realizar anualmente campanhas informativas, alinhadas com os Programas de Educação ambiental e de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde;</p> <p>Desenvolver um plano de revitalização da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã, prestando consultoria técnica à comunidade ao longo de seis meses;</p> <p>Realizar Seminário de Devolução das Ações dos PBAs anual;</p> <p>Publicar livro com resultados do seminário, após a realização deste;</p> <p>Dar tratamento a 100% das demandas do sistema de ouvidoria (telefone, digital e caixas);</p> <p>Padronizar 100% dos materiais previstos pelos Programas Ambientais em conformidade com a identidade visual da empresa e da Instrução Normativa nº 02/2012 do IBAMA;</p> <p>Disponibilizar agenda de visitas à UTE Porto do Itaqui;</p> <p>Orientar 100% da diretoria da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares Hortcanaã, para a padronização dos materiais</p>	<p>Números de campanhas e eventos informativos realizados;</p> <p>Números de materiais elaborados no âmbito dos programas ambientais;</p> <p>Números de demandas recebidas/atendidas no sistema de ouvidoria;</p> <p>Números de partes interessadas envolvidas;</p> <p>Percentual de satisfação dos públicos nos eventos/ações, aferido através de pesquisa de opinião aplicada;</p> <p>Resultados da Pesquisa de Percepção;</p> <p>Relatórios semestrais; e</p> <p>Relatórios anuais.</p>

---

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí

Objetivos Especificos	Metas	Indicadores
	impressos por eles produzidos;  Desenvolver uma pesquisa de percepção por biênio.	

### 3.1.7. Público de Interesse

#### 3.3.1.1 Público Interno

- Colaboradores da empresa; e
- Terceirizados diretos.

#### 3.3.1.2 Público Externo

- a) Comunidades:
  - Comunidades da AID da UTE;
  - Comunidades ao Longo do traçado da LT;e
  - Moradores da Vila Nova Canãa
- b) Representantes do Poder Público Estadual e Municipal;
- c) Sociedade Civil Organizada;
- d) Profissionais da Imprensa;
- e) Instituições de Ensino locais;
- f) Empresas vizinhas à UTE; e
- g) Representantes dos órgãos ambientais de fiscalização.
- h) Público em geral: constituído pela população que, habitando ou não a área de influência possui interesse sobre os empreendimentos;

### 3.1.8. Metodologia

Para determinar as estratégias, os meios e as mensagens adequados aos diversos públicos nesta nova etapa dos empreendimentos, é fundamental considerar o contexto e estabelecer uma abordagem metodológica que oriente as ações de comunicação e relacionamento com as partes interessadas. A elaboração deste Programa partiu da análise documental sobre os empreendimentos e das atividades realizadas na fase de instalação, tendo como principais

---

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaquí

referências os relatórios periódicos de atividades do programa e as pesquisas de percepção realizadas.

A metodologia utilizada para as ações aqui determinadas fundamenta-se nos seguintes princípios de comunicação:

- **Diálogo social:** considera um processo de comunicação multilateral, que busca o entendimento e o consenso na articulação de valores, representações e significados sociais compartilhados na relação entre a organização e seus públicos de interesse;
- **Transparência:** permite que a operação seja conhecida e desmistifica algumas dimensões de seus processos; e
- **Accountability:** comunicação como ferramenta de prestação de contas à sociedade, considerando que a organização deve ser transparente e pró-ativa na divulgação dos impactos de suas políticas, decisões, ações e desempenho.

Por se tratar de um processo dinâmico, as ações deste programa devem ser constantemente avaliadas, garantindo sua adequação sempre que necessário.

A estratégia metodológica a ser adotada pelo presente programa pauta-se no encadeamento das atividades de tal maneira que uma serve de aporte às demais, seguindo os princípios da administração.

Serão utilizadas ferramentas diversas para a execução deste PBA:

- Cartilhas;
- Cartazes;
- Panfletos;
- Spots para carro de som;
- Formulários de avaliação;
- Planilhas de acompanhamento para o sistema de ouvidoria;
- Apresentações informativas;
- Formulários de pesquisas de opinião e percepção;
- 0800;
- Email institucional;
- Formulários para caixa de sugestão.



---

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaqui

**3.1.9. Recursos Humanos**

A MPX disponibilizará mão de obra especializada para o atendimento das atividades do Programa.

**3.1.10. Cronograma**

O Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas contempla ações. Dada a mobilidade das ações de comunicação face ao seu caráter de suporte aos demais programas ambientais, o detalhamento do cronograma deverá ser apresentado junto aos relatórios de atividades do programa.

## **3.2. Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde**

### **3.2.1. Introdução e Justificativas**

O Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde da Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí que se apresenta visa atender às orientações e demandas do IBAMA para a Licença de Operações do empreendimento.

Tal Programa se faz necessário devido à variedade de doenças endêmicas na região – notadamente dengue, malária e leishmaniose – e devido à necessidade de manter um registro e controle de possíveis impactos sobre a saúde pública advindos da emissão de gases da UTE.

As ações do Programa deverão prever então um escopo amplo que permeará as diferentes Áreas de Influência, devendo atribuir ações em diferentes escala para todas elas. A prioridade, considerando as características intrínsecas aos Programas de Saúde em PBAs, é um esforço concentrado em ações direcionadas para a Área de Influência Direta, devido a sua maior sujeição ao risco de impactos.

Considerando as ações já realizadas durante todo o período de licenciamento e instalação do empreendimento, e observando o status previsto para a continuidade das operações conforme a renovação de suas licenças, as atividades bem sucedidas dos Programas da área de saúde anteriores serão mantidas e fortalecidas, enquanto outras relacionadas a etapas já concluídas poderão dar vez a ações mais adequadas às características atuais do empreendimento.

### **3.2.2. Objetivos**

#### **3.2.2.1. Objetivo Geral**

- O Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde apresenta como principal objetivo trabalhar junto às famílias e grupos sociais do contexto da UTE, ações/atividades para decodificar os possíveis efeitos decorrentes das atividades do empreendimento sobre a saúde e apoiar Políticas Públicas do setor.

---

Usina Termoelétrica (UTE) Porto do Itaqui

### 3.2.2.2. Objetivos Específicos

- Formular e trabalhar ações/atividades voltadas à compreensão dos problemas de saúde que possam ser decorrentes do empreendimento:
  - a) com as Secretarias de Saúde dos municípios da AII, bem como com os Conselhos Municipais, referentes aos convênios, incorporando novos dados de monitoramento das ÁGUAS e do SOLO, às estratégias de implementação do Programa Vigiar;
  - b) com os ACS, incluindo os Gestores do Posto de Saúde, inclusive os da Vila Nova Canaã, oficinas relativas ao Programa Vigiar: o AR, as ÁGUAS e o SOLO;
  - c) com as famílias dos três bairros da AID, da Vila Nova Canaã e com moradores ao longo da faixa de servidão da LT.

### 3.2.3. Metas

- Firmar parcerias e apoiar as Secretarias de Saúde junto aos Conselhos Municipais com a implementação do Programa Vigiar;
- Desenvolver e capacitar profissionalmente os agentes de saúde atendidos pelo Programa;
- Realizar ações de saúde com as comunidades que compõe a AID, a faixa de servidão da LT e a Vila Nova Canaã;
- Monitorar os registros de doenças em unidades de atendimento em saúde conforme convênio firmado;
- Fornecer regularmente dados coletados pelos Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar para as Secretarias de Saúde.

### 3.2.4. Indicadores

- Número de ações realizadas.
- Número de Agentes de Saúde participantes.

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaqui

- Avaliação da atividade pelos participantes.
- Tiragem de materiais distribuídos.
- Número de participantes comunitários.
- Número de ofícios, cartas encaminhados.
- Número de reuniões realizadas.

**3.2.5. Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos**

Formular e trabalhar ações/atividades voltadas à compreensão dos problemas de saúde que possam ser decorrentes do empreendimento:

a) com as Secretarias de Saúde dos municípios da AI, bem como com os Conselhos Municipais, referentes aos convênios, incorporando novos dados de monitoramento das ÁGUAS e do SOLO, às estratégias de implementação do Programa Vigiar.

.a1) Planejar e articular em conjunto com a equipe do Programa de Educação Ambiental, a implementação do Projeto Vigiar, cuidando dos termos dos convênios junto às Prefeituras e aos Conselhos de Saúde;

.a2) Articular com os Gestores do Projeto Vigiar, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, a participação neste processo, realizando se necessárias reuniões com a participação do IBAMA.

b) com os ACS, incluindo os Gestores dos Posto de Saúde, inclusive os da Vila Nova Canaã, oficinas relativas ao Programa Vigiar: o AR, as AGUAS e o SOLO.

.b1) Planejar e articular em conjunto com a equipe do Programa de Educação Ambiental, a implementação do Projeto de Formação dos ACS, cuidando da articulação e participação dos Gestores dos PSF dos Postos de Saúde;

.b2) Apresentar às Secretarias de Saúde dos Municípios, assim como aos Conselhos de Saúde, os resultados e encaminhamentos do Projeto de Formação, negociando um seminário conjunto com os ACS e de Epidemiologia.

---

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí

- c) com as famílias dos três bairros da AID, da Vila Nova Canaã e com moradores ao longo da faixa de servidão da LT.
- .c1) Planejar e articular em conjunto com a equipe do Programa de Educação Ambiental, a realização das visitas monitoradas, cuidando da articulação e participação dos Gestores dos PSF dos Postos de Saúde;
  - .c2) Apresentar às Secretarias de Saúde dos Municípios, assim como aos Conselhos de Saúde, e aos Gestores dos PSF dos Postos de Saúde, os resultados das visitas monitoradas as famílias, negociando um seminário conjunto com a participação inclusive de representantes das famílias.

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaqui

3.2.6. Quadro Síntese

Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde		
Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<p>Formular e trabalhar ações/atividades com as Secretarias de Saúde dos municípios da AI, bem como com os Conselhos Municipais, referentes aos convênios, incorporando novos dados de monitoramento das ÁGUAS e do SOLO, às estratégias de implementação do Programa Vigiar.</p> <p>Formular e trabalhar ações/atividades com os ACS, incluindo os Gestores do Posto de Saúde, inclusive os da Vila Nova Canaã, oficinas relativas ao Programa Vigiar: o AR, as ÁGUAS e o SOLO.</p> <p>Formular e trabalhar ações/atividades com as famílias dos três balços da AID, da Vila Nova Canaã e com moradores ao longo da faixa de servidão da LT.</p>	<p>Firmar parcerias e apoiar as Secretarias de Saúde junto aos Conselhos Municipais com a implementação do Programa Vigiar;</p> <p>Monitorar os registros de doenças em unidades de atendimento em saúde conforme convênio firmado;</p> <p>Fornecer regularmente dados coletados pelos Programas de Monitoramento da Qualidade do Ar para as Secretarias de Saúde.</p> <p>Desenvolver e capacitar profissionalmente os agentes de saúde atendidos pelo Programa;</p> <p>Realizar ações de saúde com as comunidades que compõe a AID, a faixa de servidão da LT e a Vila Nova Canaã;</p>	<p>Número de ofícios, cartas encaminhados.</p> <p>Número de reuniões realizadas.</p> <p>Número de reuniões realizadas junto aos Conselhos.</p> <p>Número de ações realizadas.</p> <p>Número de Agentes de Saúde participantes.</p> <p>Tiragem de materiais distribuídos.</p> <p>Avaliação da atividade pelos participantes.</p> <p>Número de ações realizadas.</p> <p>Número de participantes comunitários.</p> <p>Tiragem de materiais distribuídos.</p> <p>Avaliação da atividade pelos participantes.</p>

### **3.2.7. Público de Interesse**

O público de interesse do Programa se organiza em torno dos seguintes atores:

- Secretarias de Saúde e Conselhos Municipais da AII;
- Agentes e Gestores de Saúde dos municípios da AII;
- População residente dos três bairros da AID da UTE, das comunidades da AID da LT e a comunidade realocada da Vila Nova Canaã; e
- Lideranças comunitárias da população residente indicada no item anterior;

### **3.2.8. Metodologia**

Com a finalidade de buscar atender o objetivo geral do Programa e de realizar devidamente os objetivos específicos indicados, foram previstas diferentes atividades. Sendo assim estão previstas ações de multiplicação de informações, de forma direta ou mediada, ao público amplo e às comunidades da AID, fomentando a prevenção e o combate de doenças.

A estratégia metodológica a ser adotada pelo presente Programa pauta-se no encadeamento das atividades de tal maneira que uma serve de aporte às demais. Sua execução ganha maior sentido e eficácia quando as atividades são vistas em conjunto.

#### **3.2.8.1. Estratégias de Devolução para as comunidades envolvidas**

Como instrumento de sistematização das diferentes ações realizadas no âmbito do Programa, e principalmente para garantir publicidade e transparência aos diferentes públicos atendidos, deverão ser realizados seminários anuais, com o intuito de apontar os resultados de todas as ações realizadas e garantir o diálogo junto ao público, sempre visando o melhoramento das atividades propostas.

O seminário integrará ainda diferentes programas da área de socioeconomia, com o intuito de promover troca de informações e demonstrar a integração entre diferentes ações. Devido ao seu caráter multidisciplinar, o detalhamento do Seminário está apresentado no Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas.

---

Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Itaquí

**3.2.9. Recursos Humanos**

A MPX disponibilizará equipes capacitadas para a execução de cada atividade específica.

**3.2.10. Cronograma**

O presente programa será desenvolvido em um prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por igual período ou de acordo com as exigências do órgão licenciador.

O empreendedor disponibilizará os recursos financeiros necessários para sua execução, dentro dos limites orçados.



### **3.3 Programa de Educação Ambiental**

#### **3.3.1 Introdução e Justificativas**

O Programa de Educação Ambiental (PEA) para os empreendimentos Usina Termoelétrica (UTE) e Linha de Transmissão (LT) 230 kV UTE-Subestação São Luís II para a etapa de operação é uma das condicionantes exigidas pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O Programa será focado em 5 (cinco) Projetos Básicos abordando as questões referentes:

1. – aos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola com o desafio de levá-los à emancipação;
2. – às famílias, reassentadas para a Vila Nova Canaã, auxiliando-as nas ações de gestão socioambientais do contexto do novo bairro;
3. – à Rádio Comunitária auxiliando a estruturação de sua programação diária até o momento de sua expansão nos termos da **Condicionante 2.10**;
4. – à Formação dos ACS para trabalhar com as famílias dos bairros Anjo da Guarda, Vila Embratel, Vila Maranhão; Vila Nova Canaã e às famílias ao longo da faixa de servidão da LT;
5. – aos Convênios com as Secretarias de Saúde, envolvendo os Conselhos de Saúde dos Municípios de São Luís, São José do Ribamar, Passo do Lumiar e Raposo, voltado ao apoio à implementação do Programa Vigiar do Ministério da Saúde.

#### **3.3.2 Projeto do Pólo Agrícola.**

De início, faz-se necessário enfatizar que, para essa proposta de intervenção, esse panorama será observado com enfoque na emancipação dos grupos de produtores de Vila Nova Canaã.

No Polo Agrícola da Vila Residencial Nova Canaã as variáveis mencionadas vem sendo enfrentadas com o aporte financeiro e assistência técnica qualificada. Nesse espaço, os agricultores e agricultoras vêm recebendo insumos, ferramentas e estruturas adequadas de produção além do acompanhamento de profissionais qualificados no setor.

A produção agrícola local adota bases agroecológicas, o que vai ao encontro das principais orientações do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de uma agricultura orientada para a sustentabilidade.

A comercialização de produtos agrícolas, considerada um dos maiores gargalos no processo produtivo, vem sendo realizada atualmente com relativo sucesso. Reitera-se que o grupo de agricultores do Polo já apresenta uma rede de contatos e clientes e encontra-se inserida em programas públicos, como por exemplo, Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Municipal/PAA..

Dito isto, o projeto reconhece a importância das ações implementadas até o momento e aposta na continuidade do trabalho junto aos agricultores, potencializando-se ainda mais as ações voltadas ao escoamento da produção, a divulgação do Polo e a educação ambiental.

### **3.3.2.1 Objetivos**

#### **3.3.2.1.1 Objetivo Geral**

Levar os Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola Nova Canaã à emancipação do seu processo produtivo, imprimindo independência conceitual e financeira à condução do processo.

#### **3.3.2.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Construir, junto aos Agricultores e Agricultoras, alternativas de produção de curta, média e longa duração, buscando diversificar e agregar valor aos produtos, garantindo estabilidade ao processo produtivo;
- b) Fortalecer e ampliar alternativas de comercialização da diversidade dos produtos, procurando associar-se a políticas públicas favoráveis e dar visibilidade à qualidade dos produtos;
- c) Criar alternativas de escoamento dos produtos comercializados, dando garantia de entrega em tempo hábil, preservando a qualidade dos mesmos;
- d) Fortalecer a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, possibilitando e facilitando seu papel frente ao desafio de liderar o processo de emancipação;

e) Construir e implementar estratégias que permitam a incorporação paulatina dos custos de manutenção do Pólo Agrícola, auferindo à Associação dos Agricultores e Agricultoras a responsabilidade desta incumbência.

#### **3.3.2.2 Metas**

- Promover o fortalecimento da Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola;
- Aplicar ações que promovam aos agricultores a independência e emancipação;
- Inserir custos , paulatinamente, no orçamento da Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, com recursos obtidos pela produção coletiva dos mesmos;
- Promover convênios/parcerias com as Universidades, órgãos e instituições públicas referentes as políticas agrárias;
- Inserção da Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola nos programas e políticas públicas municipais, estaduais e federais;
- Inserir maior qualidade aos produtos do Pólo Agrícola;
- Criar Linha de Produtos do Pólo Agrícola, assim como a sua divulgação;
- Implantar Horta Comunitária, com a participação da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã, a Unidade de Ensino Básica da Vila Canaã e Associação de Agricultores e Agricultoras da Vila Canaã;
- Formar espaço de capacitação agrícola na UEB Vila Canaã, firmando parcerias com a Universidade, prefeitura e secretaria de educação do município;
- Aumento da produtividade, da diversidade da produção e da área de produção;
- Promoção de eventos (visitas técnicas, de intercâmbio, treinamentos e etc.) como parte constituinte da assistência técnica aplicada;
- Garantir continuidade do serviço de assistência técnica ao Polo
- Promover o aumento das vendas/Sustentabilidade;

#### **3.3.2.3 Indicadores**

- Grau de envolvimento dos agricultores nas ações e decisões da Associação de Agricultores ;

- Participação na produção das áreas comuns;
- Quantidade de convênios e parcerias firmadas;
- Nível de absorção dos custos de manutenção da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola ;
- Grau de participação e envolvidos na horta comunitária e espaço de capacitação técnica;
- Índice de Implementação de Eventos Programados;
- Índice de Produtividade por Hectare;
- Índice de Diversidade de Produção;
- Índice de Utilização da Área Disponível;
- Índice de Fontes Alternativas de Produção;
- Índice de Venda da Produção;
- Índice de Reaproveitamento da Produção;
- Índice de Economia/Preservação do Recurso Água;
- Índice de Economia/Preservação do Recurso Solo;
- Índice de Economia/Preservação do Recurso Energia Elétrica;
- Índice de Parcerias Estabelecidas;
- Quantitativo de atividades formativas/semestre desenvolvidas;
- Frequência dos participantes nas reuniões, treinamentos, oficinas e cursos realizados;

### 3.3.2.4 Quadro Síntese

Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde		
Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<p>Construir, junto aos Agricultores e Agricultoras, alternativas de produção de curta, média e longa duração, buscando diversificar e agregar valor aos produtos, garantindo estabilidade ao processo produtivo;</p> <p>Fortalecer e ampliar alternativas de comercialização da diversidade dos produtos, procurando associar-se a políticas públicas favoráveis e dar visibilidade à qualidade dos produtos;</p> <p>Criar alternativas de escoamento dos produtos comercializados, dando garantia de entrega em tempo hábil, preservando a qualidade dos mesmos;</p> <p>Fortalecer a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, possibilitando e facilitando seu papel frente ao desafio de liderar o processo de emancipação;</p> <p>Construir e Implementar estratégias que permitam a incorporação paulatina dos custos de manutenção do Pólo Agrícola, auferindo à Associação dos Agricultores e Agricultoras a responsabilidade desta incumbência.</p>	<p>Promover o fortalecimento da Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola;</p> <p>Aplicar ações que promovam aos agricultores a independência e emancipação;</p> <p>Inserir custos, paulatinamente, no orçamento da Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, com recursos obtidos pela produção coletiva dos mesmos;</p> <p>Promover convênios/parcerias com as Universidades, órgãos e instituições públicas referentes as políticas agrárias;</p> <p>Inserção da Associação de Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola nos programas e políticas públicas municipais, estaduais e federais;</p> <p>Inserir maior qualidade aos produtos do Pólo Agrícola;</p> <p>Criar Linha de Produtos do Pólo Agrícola, assim como a sua divulgação;</p> <p>Implantar Horta Comunitária, com a participação da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã, a Unidade de Ensino Básica da Vila Canaã e Associação de Agricultores e Agricultoras da Vila Canaã;</p> <p>Formar espaço de capacitação agrícola na UEB Vila Canaã, firmando parcerias com a Universidade, prefeitura e secretaria de educação do município;</p> <p>Aumento da produtividade, da diversidade da produção e da área de produção;</p> <p>Promoção de eventos (visitas técnicas,</p>	<p>Grau de envolvimento dos agricultores nas ações e decisões da Associação de Agricultores;</p> <p>Participação na produção das áreas comuns;</p> <p>Quantidade de convênios e parcerias firmadas;</p> <p>Nível de absorção dos custos de manutenção da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola;</p> <p>Grau de participação e envolvidos na horta comunitária e espaço de capacitação técnica;</p> <p>Índice de implementação de Eventos Programados;</p> <p>Índice de Produtividade por Hectare;</p> <p>Índice de Diversidade de Produção;</p> <p>Índice de Utilização da Área Disponível;</p> <p>Índice de Fontes Alternativas de Produção;</p> <p>Índice de Venda da Produção;</p> <p>Índice de Reaproveitamento da</p>

Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde		
Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
	de intercâmbio, treinamentos e etc.) como parte integrante da assistência técnica aplicada; Garantir continuidade do serviço de assistência técnica ao Polo Promover o aumento das vendas/Sustentabilidade;	Produção; Índice de Economia/Preservação do Recurso Água; Índice de Economia/Preservação do Recurso Solo; Índice de Economia/Preservação do Recurso Energia Elétrica; Índice de Parcerias Estabelecidas; Quantitativo de atividades formativas/semestre desenvolvidas; Frequência dos participantes nas reuniões, treinamentos, oficinas e cursos realizados

### 3.3.2.5 Metodologia

A diretriz metodológica adotada por este projeto é norteada pelo reconhecimento e ênfase dada ao papel transformador da assistência técnica voltada à criação de condições de emancipação dos agricultores de Vila Canaã. Para tal, a educação exerce um papel fundamental na formação de indivíduos críticos e atuantes no e para o coletivo.

Assim, a metodologia em pauta aposta na intensificação de processos formativos, no envolvimento de seus atores e no fortalecimento estrutural, técnico e político da associação de produtores.

### 3.3.2.6 Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específico

a) Construir, junto aos Agricultores e Agricultoras, alternativas de produção de curta, média e longa duração, buscando diversificar e agregar valor aos produtos, garantindo estabilidade ao processo produtivo.

- .a1) Montar um Calendário de Produção, em função das demandas já formalizadas, de forma a permitir à Associação agir proativamente frente à busca de novas alternativas de comercialização;
- .a2) Intensificar e sedimentar a produção de hortaliças estruturando a produção de mudas que permitam atender às demandas de comercialização;
- .a3) Criar alternativas tecnológicas que permitam dinamizar a produção de mudas emprestando celeridade de respostas às necessidades da produção;
- .a4) Planejar a alternância da produção em função das características climáticas locais, buscando as espécies vegetais mais adequadas a cada situação;
- .a5) Analisar alternativas de demandas de consumo, de produtos cuja produtividade agrícola caracterizam-se como de média e longa duração, e projetar a produção assegurando a longevidade do processo;
- .a6) Projetar, e negociar com os Agricultores e Agricultoras, as alternativas das produções de média e longa duração nas áreas coletivas, sendo administrada pela Associação;
- .a7) Buscar Assistência Técnica através de convênios/parcerias e políticas públicas com a Associação prestando serviço para a mesma nas áreas comuns, possibilitando não só dar o exemplo da utilização de técnicas, como viabilizando renda para sua manutenção;
- .a8) Projetar e analisar a produção de animais de pequeno porte (aves, caprinos), como iniciativa da associação, por meio da inserção dos programas e políticas públicas;
- .a9) Projetar formas de agregar valor à produção das hortaliças, definindo estratégias para sua implementação, equipando para tanto o prédio da higienização dos produtos (câmara para resfriamento, freezer horizontal, centrífuga, mesa de inox, etc..);
- .a10) Contratar um profissional que oriente as formas de produção, qualidade, segurança alimentar e higiene, emprestando segurança aos consumidores e qualidade aos produtos;
- .a11) Criar uma Linha de Produtos com a marca do pólo Agrícola, preferencialmente com embalagens artesanais, que evidenciem a natureza do Projeto do Pólo Agrícola(Produtos do SAF e Produtos Orgânicos);
- .a12) Montar um Portfolio dos produtos do Pólo Agrícola, facilitando aos Agricultores e Agricultoras o seu papel demonstrar aos consumidores a disponibilidade de seus produtos.

b) Fortalecer e ampliar alternativas de comercialização da diversidade dos produtos, procurando associar-se a políticas públicas favoráveis e dar visibilidade à qualidade dos produtos.

.b1) Realizar campanha junto à mídia local, às entidades públicas, associações comerciais, câmara de vereadores etc, dando visibilidade ao Projeto do Pólo Agrícola;

.b2) Envolver os Agricultores e Agricultoras nessa campanha, como atores e protagonistas de seu processo, dando identidade e personificando o projeto;

.b3) Centralizar junto à Associação o processo de negociação das comercializações de maior vulto formalizando contratos e estabelecendo cláusulas de responsabilidades, inclusive referente às garantias de entrega dos produtos com qualidade e em tempo hábil.

c) Criar alternativas de escoamento dos produtos comercializados, dando garantia de entrega em tempo hábil, preservando a qualidade dos mesmos.

.c1) Planejar e organizar, junto aos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, as estratégias de produção, disponibilização e preparo dos produtos a serem comercializados, incumbindo à Associação a responsabilidade de liderar este processo.

d) Fortalecer a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, possibilitando e facilitando seu papel frente ao desafio de liderar o processo de emancipação.

.d1) Realizar reuniões periódicas da Associação com os associados, estabelecendo uma agenda temática que formalize compromissos com as questões referentes: à Participação e o Envolvimento dos Agricultores e Agricultoras nas ações da Associação; à Organização da Produção; à Produção nas Áreas Coletivas; à Idéia de uma Cooperativa de Produção; e, aos Desafios da Emancipação do Pólo Agrícola;

.d2) Incentivar a participação ativa, fortalecendo o sentido de pertencimento e de atitudes proativas das pessoas e dos grupos familiares do Pólo Agrícola, incorporando às práticas a busca do entender e do saber/fazer;

.d3) Possibilitar que os grupos familiares se autoretratam, como forma de memória e documentação, buscando o sentido de coletividade, inclusive como forma de marketing do Pólo Agrícola em torno de sua marca;

.d4) Proporcionar e incentivar a capacitação e a formação técnica dos grupos familiares do Pólo Agrícola buscando incorporar os jovens no processo produtivo buscando refletir no presente a perspectiva do futuro ( Projeto Horta na Escola-UEB Vila Canaã);



.d5) Envolver a Universidade, a Escola, a Associação dos Moradores da Vila Nova Canaã e a Associação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola na criação de um espaço de formação e capacitação de jovens e adultos a ser realizado na UEB Vila Canaã e Pólo Agrícola.

e) Construir e implementar estratégias que permitam a incorporação paulatina dos custos de manutenção do Pólo Agrícola, auferindo à Associação dos Agricultores e Agricultoras a responsabilidade desta incumbência.

.e1) Realizar um encontro dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, liderado pela Associação, para discutir as estratégias da Emancipação do Pólo Agrícola, com a participação do IBAMA, da MPX, da Associação da Vila Nova Canaã, da Rádio Comunitária e da Escola da Vila;

.e2) Realizar um levantamento dos custos de manutenção do Pólo Agrícola, e dos valores atualizados dos investimentos em infraestrutura, discriminando os valores do metro quadrado do terreno, da aplicação e dos gastos mensais com energia, com a disponibilização da água, com o sistema de irrigação, com os insumos para a produção, com os telados disponibilizados para a produção e outros custos associados;

.e3) Planejar e realizar reuniões específicas da Associação, com os Agricultores e Agricultoras, para discutir as estratégias de incorporação dos custos de cada um destes gastos de manutenção a ser assumido no orçamento da Associação;

.e4) Preparar um documento com as conclusões e encaminhamentos das formas encontradas para a incorporação no orçamento da Associação destes custos, a ser encaminhado a MPX e ao IBAMA, com os fins de iniciar uma negociação para a emancipação do Pólo Agrícola;

.e5) Propor e realizar uma oficina com a participação dos Agricultores e Agricultoras do Pólo Agrícola, com as equipes dos PBAs da Socioeconomia da MPX e com a participação do IBAMA, para avaliar e deliberar sobre o documento formalizado pela Associação.

### **3.3.2.7 Estratégias de devolução**

Como instrumento de sistematização das diferentes ações realizadas no âmbito do Programa, e, principalmente, para garantir a publicidade e a transparência aos diferentes públicos

atendidos, deverão ser realizados seminários anuais, com o intuito de apontar os resultados de todas as ações realizadas e garantir o diálogo junto ao público, sempre visando o melhoramento das atividades propostas.

O seminário integrará diferentes programas da área de socioeconômica, com o intuito de promover troca de informações e demonstrar a integração entre diferentes ações. Devido ao ser caráter multidisciplinar, o detalhamento do Seminário está apresentado no Programa de Comunicação e Relacionamentos com as Partes Interessadas.

#### **3.3.2.8 Cronograma**

Todas as atividades previstas encontram-se pautadas na educação ambiental que proporciona nessa caso, sentimento de pertencimentos dos agricultores. O cronograma pauta-se em 36 meses, prevendo prolongação de mais 24 meses conforme andamento do processo.

O presente projeto prevê o investimento, por parte do empreendedor que disponibilizará os recursos financeiros necessários para sua execução dentro dos limites orçados.

#### **3.3.3 Projeto Vila Nova Canaã**

A vila Nova Canaã nasce em decorrência do reassentamento de 95 famílias da Antiga Vila Madureira, que ocupavam a área do Lote G do Distrito Industrial de São Luís, onde foi construído e está em operação a UTE Porto do Itaqui. As casas construídas em lotes de 250 m<sup>2</sup>, com área de 57 m<sup>2</sup>, com infraestrutura básica contendo fogão, botijão de gás, geladeira, liquidificador, televisão, banheiro com vaso sanitário, pia e chuveiro elétrico, além de escrivaninha com computador. Este processo teve uma longa negociação com os moradores, mediada pela Associação dos Moradores da Vila Madureira, e as famílias tiveram durante todo este período, orientação inclusive sobre a utilização dos equipamentos a eles disponibilizados. Receberam a Vila equipada com uma escola, hoje administrada pelo município do Paço do Lumiar, com três igrejas de cultos diferenciados, sede para a Nova Associação dos Moradores, ruas demarcadas e com iluminação pública, uma Rádio Poste Comunitária, uma Unidade Básica de Saúde com previsão de duas equipes do Programa de Saúde Familiar e uma sede de um Batalhão para a Polícia Militar já construída em fase de ocupação. Reassentados para um loteamento com 2200 lotes, foram os primeiros a ocupar os cem lotes a eles destinados. Neste

sentido o caráter dessa ocupação deve se complexar com o adensamento das ocupações. O sentido deste projeto será o de equacionar junto às famílias dos reassentados uma forma de Gestão Socioambiental que incorpore a racionalidade ambiental nas formas de relacionar com, e no, contexto do bairro, tomando a Associação dos Moradores como o lócus dessas ações/atividades.

### **3.3.3.1 Objetivos**

#### **3.3.3.1.1 Objetivo Geral**

Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem - a união dos moradores; - o desenvolvimento de atitudes proativas na solução de problemas; - a busca pela implementação de políticas públicas; e, - a efetivação de espaços de lazer e cultura.

#### **3.3.3.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem o fortalecimento da união dos moradores;
- b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem o desenvolvimento de atitudes proativas na solução de problemas;
- c) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem a busca pela implementação de políticas públicas;

#### **3.3.3.2 Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específico**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem o fortalecimento da união dos moradores.

.a1) Realizar, através da Associação dos Moradores, um encontro dos moradores da Vila, dando início ao desafio de uma gincana voltada à premiação com apoio das melhores atitudes e propostas de viabilização dos temas – a criação do grupo de Tambor de Crioula da Vila Canaã; o Grupo de Teatro da Vila; a criação ou viabilização do Cine Clube da Vila; nossa Biblioteca da Vizinhança; e, a Proposta de um Festival de Cultura e Artes da Vila – musica, culinária, artesanato e esportes na Vila;

.a2) Aos Grupos que derem iniciativas as propostas da gincana, viabilizar a implantação do projeto básico possibilitando uma apresentação do evento em um calendário previamente organizado pela Associação;

.a3) Planejar e implementar a Casa de Cultura da Vila, adaptando e reformando uma das casas, fazendo instalar a Biblioteca Comunitária da Vizinhaça, com espaços adaptados para o Grupo de Teatro, Cineclube e apresentações dos grupos organizados da comunidade da Vila;

.a4) Envolver as lideranças religiosas nas ações comuns de decisão da comunidade, buscando fortalecer as formas de organização comunitária com o apoio das igrejas, relevando entretanto o caráter laico desta iniciativa.

b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem o desenvolvimento de atitudes proativas na solução de problemas.

.b1) A Associação de Moradores deverá buscar apoio em todas as formas de organização dos grupos locais, á realização de iniciativas como a coleta seletiva do lixo, a limpeza das ruas e dos logradouros públicos, o reforço a comportamentos da boa convivência e da civildade entre as pessoas.

c) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem a busca pela implementação de políticas públicas.

.c1) Articular junto a Secretaria de Saúde do município de Passo do Lumiar, bem como com o Conselho Municipal de saúde, a efetivação do Posto de Saúde da Vila, de forma a atender os interesse da comunidade;

.c2) Articular junto ao Comando da Polícia Militar da região, a efetivação da implantação do Pelotão Militar, cuidando da segurança e da prevenção da violência e das drogas na vila;

.c3) Articular junto a Câmara dos Vereadores e aos Órgãos municipais, o apoio a implementação das políticas publicas na Vila, como transportes coletivos, pavimentação das vias, coleta seletiva de lixo e suporte as atividades de cultura e lazer.

### 3.3.3.3 Metas

- Garantir o fortalecimento da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã;

- Promover a revitalização das manifestações culturais, principalmente as remanescentes da Vila Madureira;
- Fortalecer as articulações entre os moradores ,representado pela Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã com as lideranças religiosas do reassentamento no processo de ações e decisões coletivas e comuns;
- Promover o empoderamento da comunidade nas ações e encaminhamentos a objetivos comuns, incentivando a proatividade na soluções de problemas;
- Fortalecer os vínculos da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã com os órgãos e Instituições públicas , buscando a inserção dos mesmos nas principais políticas públicas locais;
- Promover a participação dos reassentados nos encaminhamentos coletivos condizentes ao seu município;

#### 3.3.3.4 Indicadores

- Grau de envolvimento dos moradores nas Assembleias Gerais e Extraordinárias da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã;
- Inserção da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã na participação e atendimento das políticas públicas;
- Grau de atendimento aos moradores do reassentamento ao Posto de Saúde da Vila Canaã;
- Participação da Associação nas ações desenvolvidas no Posto Policial da Vila Canaã;
- Nível de participação dos realocados nas atividades do Tambor de Crioula e grupo de teatro da Vila Canaã;
- Participação dos moradores, alunos e agricultores no Festival de Cultura e Artes da Vila Canaã;

### 3.3.3.5 Quadro Síntese

<p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem o fortalecimento da união dos moradores.</p>	<p>Garantir o fortalecimento da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã;</p> <p>Promover a revitalização das manifestações culturais, principalmente as remanescentes da Vila Madureira;</p>	<p>Grau de envolvimento dos moradores nas Assembleias Gerais e Extraordinárias da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã;</p> <p>Inserção da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã na participação e atendimento das políticas públicas;</p>
<p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem o desenvolvimento de atitudes proativas na solução de problemas.</p>	<p>Fortalecer as articulações entre os moradores, representado pela Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã com as lideranças religiosas do reassentamento no processo de ações e decisões coletivas e comuns;</p> <p>Promover o empoderamento da comunidade nas ações e encaminhamentos a objetivos comuns, incentivando a proatividade nas soluções de problemas;</p>	<p>Grau de atendimento aos moradores do reassentamento ao Posto de Saúde da Vila Canaã;</p> <p>Participação da Associação nas ações desenvolvidas no Posto Policial da Vila Canaã;</p>
<p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem a busca pela implementação de políticas públicas.</p>	<p>Fortalecer os vínculos da Associação de Moradores e Moradoras da Vila Canaã com os órgãos e Instituições públicas, buscando a inserção dos mesmos nas principais políticas públicas locais;</p> <p>Promover a participação dos reassentados nos encaminhamentos coletivos condizentes ao seu município;</p>	<p>Nível de participação dos realocados nas atividades do Tambor de Crioula e grupo de teatro da Vila Canaã;</p> <p>Participação dos moradores, alunos e agricultores no Festival de Cultura e Artes da Vila Canaã;</p>

### **3.3.3.6 Metodologia**

A diretriz metodológica adotada por este projeto é norteada pela continuidade e finalização do processo de emancipação do Residencial Vila Nova Canaã por meio do protagonismo da Associação dos Moradores diante da inserção das políticas públicas. Para tal, a educação ambiental exerce um papel fundamental na formação desses moradores transformando-os em indivíduos críticos e atuantes.

Assim, a metodologia em pauta aposta na intensificação de processos formativos, no envolvimento de seus atores e no fortalecimento estrutural, técnico e político dos moradores.

### **3.3.3.7 Estratégias de Devolução**

Como instrumento de sistematização das diferentes ações realizadas no âmbito do Programa, e, principalmente, para garantir a publicidade e a transparência aos diferentes públicos atendidas, deverão ser realizados seminários anuais, com o intuito de apontar os resultados de todas as ações realizadas e garantir o diálogo junto ao público, sempre visando o melhoramento das atividades propostas.

O seminário integrará diferentes programas da área de socioeconômica, com o intuito de promover troca de informações e demonstrar a integração entre diferentes ações. Devido ao ser caráter multidisciplinar, o detalhamento do Seminário está apresentado no Programa de Comunicação e Relacionamentos com as Partes Interessadas.

### **3.3.3.8 Recursos Humanos**

A MPX disponibilizará mão de obra especializada para o atendimento das atividades do Programa.

### 3.3.3.9 Cronograma

O cronograma deverá atender todas ações previstas de planejamento e execução no período de 36 meses, podendo ser postergado em mais 24 meses para acompanhamento e monitoramento dos resultados alcançados.

O presente projeto prevê o investimento, por parte do empreendedor que disponibilizará os recursos financeiros necessários para sua execução dentro dos limites orçados.

### 3.3.4 Projeto Rádio Comunitária

A ideia básica que orientou a criação da rádio comunitária foi a de criar um espaço coletivo de discussão dos problemas afetos à comunidade da Vila Nova Canaã permitindo o fortalecimento da união e luta em prol da consecução do projeto de reassentamento dos moradores da Vila Madureira, hoje extinta. Realizado o reassentamento daquelas famílias e tendo avançado as condições de infraestrutura da Vila Residencial Nova Canaã, a Associação dos Moradores da Vila Nova Canaã reivindica a expansão da Rádio Comunitária como estratégia para constituir sua autonomia. Estes termos, então negociados, levou à formulação da **Condicionante 2.10<sup>2</sup>**, tendo como propósito básico deste projeto preparar uma equipe de Gestão da Rádio Comunitária que propicie condições e meios para continuar, com autonomia, a tarefa de ser um veículo que possibilite à Comunidade da Vila Nova Canaã expressar a sua identidade coletiva.

#### 3.3.4.1 Objetivos

##### 3.3.4.1.1 Objetivo Geral

Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem – tornar a rádio um espaço de expressão para os grupos locais; estruturar e fazer implementar a Biblioteca Comunitária da Vila Canaã; criar e implementar o Cine-Clube da Vila Nova Canaã; e, criar um espaço físico que permita a acomodação dessas iniciativas com o apoio de parcerias e

---

<sup>2</sup> - A MPX deverá dar aporte técnico e financeiro para a expansão da Rádio Comunitária da Vila Nova Canaã em acordo com as normas legais que regem o assunto.



convênios de ONGS, instituições governamentais etc.

#### **3.3.4.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem tornar a rádio um espaço de expressão para os grupos locais;
- b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar a Biblioteca Comunitária da Vila Nova Canaã;
- c) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem criar e implementar o Cine-Clube da Vila Nova Canaã

#### **3.3.4.2 Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem tornar a rádio um espaço de expressão para os grupos locais.
  - .a1) Refletir a proposição da Condicionante 2.10 e apresentar proposta dos moldes intencionados para a expansão da radio, buscando referencias em outras experiências que possam embasar o propósito intencionado;
  - .a2) Planejar a transição para o novo modelo intencionado, buscando fortalecer suas programações junto aos grupos organizados e que buscam se organizar na Vila Nova Canaã;
  - .a3) Constituir uma referencia de identidade para a Radio Comunitária que funde seu significado no histórico que permitiu sua existência, ou seja, a luta dos moradores da extinta Vila Madureira e de Camboa dos Frades e a instituição da Vila Nova Canaã;
  - .a4) Incluir na Programação da Radio a divulgação de todos os eventos previstos e programados pelos Projetos da Vila Nova Canaã e pelo Projeto do Pólo Agrícola;
  - .a5) Dar prioridade efetiva em suas programações as manifestações e apresentações culturais dos grupos da Vila Nova Canaã.
- b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar a Biblioteca Comunitária da Vila Nova Canaã.
  - .b1) Buscar referencias junto ao Instituto Nacional do Livro – INL para o apoio e suporte à

criação da Biblioteca Comunitária da Vila;

.b2) Articular junto aos Órgãos do Estado e do Município o apoio e suporte à criação da Biblioteca Comunitária da Vila;

.b3) Realizar campanha junto às famílias da Vila incentivando a participação e o hábito da leitura.

c) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem criar e implementar o Cine-Clube da Vila Nova Canaã.

.c1) Buscar referências junto a EMBRAFILME para o apoio e suporte à criação do Cine Clube da Vila;

.c2) Articular junto aos Movimentos Organizados de São Luís o apoio e o suporte à criação do Cine Clube da Vila;

.c3) Realizar campanha junto às famílias da Vila incentivando a participação nas atividades do Cine Clube.

#### **3.3.4.3 Metas**

- Instituir a equipe de Gestão da Rádio Comunitária;
- Promover a formação de novos comunicadores;
- Reciclar os comunicadores atuantes;
- Revitalizar a Rádio Comunitária, em estrutura e programação, instituindo uma fase para o processo de comunicação e assim emancipação da comunidade;
- Realizar estudo de viabilidade de expansão da Rádio Comunitária.

#### **3.3.4.4 Indicadores**

- Grau de envolvimento dos moradores nos cursos de formação e capacitação da Rádio Comunitária;
- Nível de satisfação da nova programação da Rádio Comunitária;
- Envolvimento dos moradores nas decisões pertinentes a Rádio Comunitária;
- Avaliar a qualidade da formação dos comunicadores;

- Avalia a nova grade da programação da Rádio Comunitária.

### 3.3.4.5 Quadro Síntese

Vila Nova		
<p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem tornar a rádio um espaço de expressão para os grupos locais;</p> <p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar a Biblioteca Comunitária da Vila Nova Canaã;</p> <p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem criar e implementar o Cine-Clube da Vila Nova Canaã</p>	<p>Instituir a equipe de Gestão da Rádio Comunitária;</p> <p>Promover a formação de novos comunicadores;</p> <p>Reciclar os comunicadores atuantes;</p> <p>Revitalizar a Rádio Comunitária, em estrutura e programação, instituindo uma fase para o processo de comunicação e assim emancipação da comunidade;</p> <p>Realizar estudo de viabilidade de expansão da Rádio Comunitária.</p>	<p>Grau de envolvimento dos moradores nos cursos de formação e capacitação da Rádio Comunitária;</p> <p>Nível de satisfação da nova programação da Rádio Comunitária;</p> <p>Envolvimento dos moradores nas decisões pertinentes à Rádio Comunitária;</p> <p>Avallar a qualidade da formação dos comunicadores;</p> <p>Avalia a nova grade da programação da Rádio Comunitária.</p>

### 3.3.4.6 Metodologia

A metodologia utilizada neste projeto é baseada na capacitação e formação de comunicadores, buscando como objetivo fortalecer a emancipação dos reassentados por meio da amplitude da propagação e articulação com as comunidades entorno, sendo necessária a revitalização da Rádio Comunitária, indo além da estrutura, passando por novas formas de propagar a comunicação e programas contemplados pelos reassentados.

#### **3.3.4.7 Estratégias de Devolução**

Como instrumento de sistematização das diferentes ações realizadas no âmbito do Programa, e, principalmente, para garantir a publicidade e a transparência aos diferentes públicos atendidas, deverão ser realizados seminários anuais, com o intuito de apontar os resultados de todas as ações realizadas e garantir o diálogo junto ao público, sempre visando o melhoramento das atividades propostas.

O seminário integrará diferentes programas da área de socioeconômica, com o intuito de promover troca de informações e demonstrar a integração entre diferentes ações. Devido ao ser caráter multidisciplinar, o detalhamento do Seminário está apresentado no Programa de Comunicação e Relacionamentos com as Partes Interessadas.

#### **3.3.4.8 Recursos Humanos**

A MPX disponibilizará mão de obra especializada para o atendimento das atividades do Programa.

#### **3.3.4.9 Cronograma**

O cronograma deverá atender todas ações previstas de planejamento e execução no período de 24 meses, se assim os resultados forem obtidos.

O presente projeto prevê o investimento, por parte do empreendedor que disponibilizará os recursos financeiros necessários para sua execução dentro dos limites orçados.

### 3.3.5 Projeto Formação dos ACS

Este Projeto tem grande complementaridade com o Programa de Saúde e a perspectiva da ação conjunta, conforme item "G"<sup>3</sup> da Condicionante 2.13, se efetiva tanto neste Projeto quanto no Projeto Vigiante, que de certa forma são complementares.

Trabalhar com os ACS no âmbito do Processo de Licenciamento tem um significado expressivo dado às características de capilaridade das funções do Agente junto às famílias locais, como ação preventiva de saúde. Pelo lado da UTE, a estratégia permanente de auscultar os grupos sociais locais quanto às suas percepções relativas aos efeitos do empreendimento sobre a saúde dos moradores, é um dado relevante na perspectiva de sua inserção. Os dados de monitoramento e análises das emissões, da qualidade das águas e do solo, podem e devem ser uma contribuição do empreendimento para as Políticas Públicas enquanto espaço de responsabilidade social da empresa concessionária. Assim este Projeto terá muito a contribuir com a formação dos Agentes Comunitários de Saúde e de Epidemiologia, fazendo incorporar em sua formação básica os dados dos controles e monitoramentos ambientais, refletindo os possíveis efeitos sobre a saúde.

O projeto, em comum acordo com as Secretarias Municipais de Saúde dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, deverá formatar e executar cursos voltados aos Agentes de Saúde e de Epidemiologia, fazendo-os desdobrar, através dos trabalhos cotidianos dos agentes, em ações pedagógicas junto às famílias por eles visitadas. Materiais didáticos, concebidos por especialistas em educação de adultos, deverão ser preparados tanto para os cursos dos Agentes, como para os seus exercícios junto às famílias visitadas. Estes cursos deverão ter carga horária mínima de 40 horas/aula e as prefeituras, através de suas secretarias de Educação e de Saúde, deverão responsabilizar-se pela emissão dos atestados de validação dos mesmos.

---

3 - Trabalhar em conjunto - dando aporte teórico/metodológico e didático/pedagógico - com o Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde a concepção e estratégias de implementação de suas ações/atividades junto aos diferentes públicos.

### **3.3.5.1 Objetivos**

#### **3.3.5.1.1 Objetivo Geral**

O Programa de Formação dos ACS apresenta como principal objetivo conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem – Inserir na formação dos Agentes de Saúde os possíveis efeitos decorrentes das emissões da UTE; – estruturar e fazer implementar cursos voltados para a formação dos Agentes de Saúde

#### **3.3.5.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem inserir na formação dos Agentes de Saúde os possíveis efeitos decorrentes das emissões da UTE;
- b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar cursos voltados para a formação dos Agentes de Saúde e de Epidemiologia;

#### **3.3.5.2 Metas**

- Desenvolver e capacitar profissionalmente os agentes de saúde e epidemiologia atendidos pelo Projeto, promovendo treinamentos e cursos voltados para os dados de emissão atmosférica, saúde e qualidade do ar.

#### **3.3.5.3 Indicadores**

- Número de cursos realizados.
- Número de Agentes de Saúde e Epidemiologia participantes.
- Avaliação da atividade pelos participantes.
- Tiragem de materiais didáticos

#### **3.3.5.4 Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos**

**a)** Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem inserir na formação dos Agentes de Saúde os possíveis efeitos decorrentes das emissões da UTE

**.a1)** Elaborar textos conceituais referentes aos efeitos de emissões (SO<sub>2</sub>, NO<sub>x</sub>, CO<sub>2</sub>, Particulados etc) bem como das qualidades das Águas e do Solo, didaticamente elaborados, para dar suporte aos cursos de formação dos ACS e de Epidemiologia;

**.a2)** Incorporar, aos materiais didáticos elaborados para os cursos, as tecnologias de controle e os dados de monitoramento das emissões e da qualidade das Águas e do Solo, envolvendo nos cursos os técnicos da MPX responsáveis pelos controles;

**b)** Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar cursos voltados para a formação dos Agentes de Saúde e de Epidemiologia.

**.b1)** Negociar com os Gestores das Estratégias de Saúde Familiar a incorporação dos temas referentes às qualidades do ar, das águas e do solo, na formação dos ACS e de Epidemiologia;

**.b2)** Elaborar propostas de cursos, oficinas e espaços de debates, voltados à incorporação dos temas qualidades do ar, das águas e dos solos, na formação dos ACS e de Epidemiologia;

**.b3)** Elaborar cronograma de execução das atividades, negociando e formalizando sua execução, junto aos Gestores das Estratégias de Saúde Familiar dos Postos de Saúde.

### 3.3.5.5 Quadro Síntese

Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde		
Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem inserir na formação dos Agentes de Saúde os possíveis efeitos decorrentes das emissões da UTE.</p> <p>Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar cursos voltados para a formação dos Agentes de Saúde e de Epidemiologia.</p>	<p>Desenvolver e capacitar profissionalmente os agentes de saúde e epidemiologia atendidos pelo Projeto, promovendo treinamentos e cursos voltados para os dados de emissão atmosférica, saúde e qualidade do ar.</p>	<p>Número de cursos realizados;</p> <p>Número de Agentes de Saúde e Epidemiologia participantes;</p> <p>Avaliação da atividade pelos participantes;</p> <p>Tiragem de materiais didáticos</p>



### **3.3.5.6 Público de Interesse**

O público de interesse do Programa se organiza em torno dos seguintes atores:

- Agentes de Saúde e de Epidemiologia;
- Secretarias Municipais de Saúde dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa;
- População residente nas comunidades da AID e AII da UTE.

### **3.3.5.7 Metodologia**

A estratégia metodológica a ser adotada será elaborada e aplicada por especialistas da área ambiental. Será avaliada a participação em sala de aula, trabalhos em equipe, testes, interpretação ambiental que fortalece o sentimento de pertencimento a um determinado local, que leva o indivíduo a construir conhecimentos, exercitar valores, fazer questionamentos e despertar para outras perspectivas. Os cursos serão ministrados e apresentados utilizando-se datashow, slides, textos e aulas práticas.

### **3.3.5.8 Recursos Humanos**

A MPX disponibilizará equipes capacitadas para a execução de cada atividade específica.

### **3.3.5.9 Cronograma**

O presente programa será desenvolvido em um prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período ou de acordo com as exigências do órgão licenciado.

### **3.3.6 Projeto Vigiar**

Este Projeto tem grande complementaridade com o Programa de Saúde e a perspectiva da ação conjunta, conforme item "G"<sup>4</sup> da Condicionante 2.13, se efetiva tanto neste Projeto quanto no Projeto de Formação do ACS, que de certa forma são complementares.

Na mesma lógica do Projeto de Formação dos Agentes de Saúde este projeto, deve ser formulado em comum acordo com as Secretarias Municipais de Saúde dos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, assim como com o conjunto dos conselheiros dos Conselhos Municipais de Saúde desses municípios. Deverá apoiar as ações voltadas para instituir o Programa Vigiar, criando espaços de encontros, debates e formulações, tomando as questões afetas às emissões atmosféricas, à qualidade das águas e dos solos, às políticas públicas associadas a estes aspectos, como temários de diálogos. Nestes termos, trazer figuras públicas de referência, que possibilite aportes conceituais que possam influenciar processos é uma estratégia inteligente para viabilizar situações intencionadas. Frente a esta proposição o projeto deverá realizar três encontros temáticos voltados às questões dos desafios da qualidade do ar, das águas e dos solos, o quanto afeta a qualidade de vida das populações. Destes encontros, que deverá envolver autoridades e lideranças locais dos municípios, dever-se-á buscar referenciar novas estratégias que permitam avançar novas proposições, que possibilitem instituir o Programa Vigiar como política pública no contexto local.

#### **3.3.6.1 Objetivos**

##### **3.3.6.1.1 Objetivo Geral**

Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem – explicitar a importância da qualidade do ar, das águas e dos solos no contexto da Ilha; – estruturar e fazer implementar espaços de debates sobre os temas qualidade do ar, das águas e do solo na ilha; articular em conjunto com os municípios locais, estratégias de monitoramento e controle da qualidade ambiental da ilha.

---

4 - Trabalhar em conjunto - dando aporte teórico/metodológico e didático/pedagógico - com o Programa de Controle e Monitoramento das Condições de Saúde a concepção e estratégias de implementação de suas ações/atividades junto aos diferentes públicos.

### **3.3.6.1.2 Objetivos Específicos**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem explicitar a importância da qualidade do ar, das águas e dos solos no contexto da Ilha;
- b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar espaços de debates sobre os temas qualidade do ar, das águas e do solo na ilha;
- c) Apoiar ações e atividades estratégicas que possibilitem articular, em conjunto com os municípios locais, estratégias de monitoramento e controle da qualidade ambiental da ilha.

### **3.3.6.2 Caracterização das ações/atividades para cada um dos Objetivos Específicos**

- a) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem explicitar a importância da qualidade do ar, das águas e dos solos no contexto da Ilha.
  - .a1) Elaborar documentos, por especialistas reconhecidos, que apresentem análise conjuntural da situação da ilha em seus aspectos sociambientais, referenciados pela qualidade do ar, das águas e do solo, apontando a situação presente e perspectivas para o futuro;
  - .a2) Disponibilizar e dar publicidade a estes documentos, possibilitando o acesso público.
- b) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar espaços de debates sobre os temas qualidade do ar, das águas e do solo na ilha.
  - .b1) Planejar e realizar um fórum de debates relativo aos temas qualidade do ar, das águas e dos solos na ilha, levantando sugestões e formas de encaminhamento das mesmas;
  - .b2) Articular junto às autoridades locais a busca de alternativas frente às sugestões e encaminhamentos do fórum de debates.
- c) Conceber e implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem articular, em conjunto com os municípios locais, estratégias de monitoramento e controle da qualidade ambiental da ilha.
  - .c1) Conceber e apoiar ações e atividades estratégicas que possibilitem a implementação do Programa Vigiar do Ministério da Saúde nos municípios da ilha;
  - .c2) Estabelecer metodologias e alternativas de apoio voltadas à implantação e operacionalização de unidades sentinelas para o Programa VIGIAR.

### **3.3.6.3 Metas**

- Promover encontros que possibilitem explicar a importância do monitoramento da qualidade do ar, água e solo;
- Apoiar o planejamento e implementação do Programa Vigiar nas esferas e órgãos públicos;
- Articular com os órgãos públicos suporte as ações que possibilitem as atividades estratégicas à implementação do Programa Vigiar.

### **3.3.6.4 Indicadores**

- Nível de envolvimento e participação dos órgãos e instituições públicas no processo de implantação do Programa Vigiar;
- Grau de participação nos encontros de discussão do Programa Vigiar;
- Grau de ações apresentadas pelas Secretarias de Saúde da Ilha de São Luís , referente a execução do Programa Vigiar.

### 3.3.6.7 Quadro Síntese

Objetivos Específicos	Metas	Indicadores
<p>Conceber e Implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem explicitar a importância da qualidade do ar, das águas e dos solos no contexto da Ilha;</p> <p>Conceber e Implementar ações e atividades estratégicas que possibilitem estruturar e fazer implementar espaços de debates sobre os temas qualidade do ar, das águas e do solo na ilha;</p> <p>Apoiar ações e atividades estratégicas que possibilitem articular, em conjunto com os municípios locais, estratégias de monitoramento e controle da qualidade ambiental da ilha.</p>	<p>Promover encontros que possibilitem explicar a importância do monitoramento da qualidade do ar, água e solo;</p> <p>Apoiar o planejamento e implementação do Programa Vigiar nas esferas e órgãos públicos;</p> <p>Articular com os órgãos públicos suporte as ações que possibilitem as atividades estratégicas à implementação do Programa Vigiar.</p>	<p>Nível de envolvimento e participação dos órgãos e instituições públicas no processo de implantação do Programa Vigiar;</p> <p>Grau de participação nos encontros de discussão do Programa Vigiar;</p> <p>Grau de ações apresentadas pelas Secretarias de Saúde da Ilha de São Luís , referente a execução do Programa Vigiar</p>

#### **3.3.6.8 Metodologia**

Para determinar as estratégias, o planejamento e apoio das atividades do Programa Vigiar é necessário a participação ativa dos principais atores envolvidos , Secretárias Municipais e Estadual, por se encontrar no âmbito das políticas públicas e ser uma fermenta de importância ao empreendimento ,as ações são baseadas em estudo ,encontros de conhecimento e apoio as ações referentes ao Programa . A elaboração do projeto realizou-se pelo conhecimento do contexto atual do status da efetivação do Programa

#### **3.3.6.9 Recursos Humanos**

A MPX disponibilizará mão de obra especializada para o atendimento das atividades do Programa.

#### **3.3.6.10 Cronograma**

O Projeto Vigiar contempla ações alinhadas com os encaminhamentos realizados pelas órgãos municipais e estaduais ,participando de qualquer ação ou avanço dessa política. Sendo assim a perspectiva futura de execução se faz em 24 meses , podendo se postergar conforme a mobilidade do Programa em sua fase de planejamento e execução.

## Referências Bibliográficas

Além da consulta aos estudos, relatórios e demais materiais produzidos no âmbito do Programa de Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas, foram consideradas as referências bibliográficas a seguir para a orientação da metodologia proposta:

Arruda, A. Novos significados da saúde e as representações sociais. Cadernos Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, NESC/UFRJ, v. 10, n.2, p.215-227, 2002.

BARBOSA, Gustavo & RABAÇA, Carlos Alberto. Dicionário de comunicação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BRASIL. Lei 9795/99 - dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.188/2010 - institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e a Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) e define os princípios e os objetivos dos serviços de ATER. Brasília, 2010

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p

CGEAM /IBAMA. Como o Ibama exerce a Educação Ambiental. Brasília : Edições IBAMA, 2002.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA. 2010. Resolução Conama n° 422. Disponível em:< [www.mma.conama.gov.br/conama](http://www.mma.conama.gov.br/conama)> Acesso em 17/02/2013.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

IBAMA. Nota técnica nº 001/2010/IBAMA/DILIC/CGPEC. Rio de Janeiro, 2010.

KUNSCH, Margarida M. Krohling e KUNSCH. Relações públicas comunitárias – A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

LOUREIRO, C.F.B. Educação Ambiental no licenciamento: aspectos legais e teórico-metodológicos. In: Carlos Frederico B. Loureiro (org). Educação Ambiental no contexto de

medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva de licenciamento. Salvador: IMA, 2009 – Serie Educação Ambiental.

\_\_\_\_\_. Trajetórias e Fundamentos a Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, M.C.S. Contribuições da Antropologia para pensar e fazer saúde. In: Campos, G.W.S et al. (orgs.) Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Ed. Focruz, 2006, p.189-218.).

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. Brasília: MMA, 2005.

QUINTAS, J.S., *et al.* Pensando e praticando a educação ambiental não processo de gestão Ambiental – Uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2006.